



Resumo:

Os caminhos percorridos pelo Património Imaterial das Minas da Borralha são tão extensos como aliciantes de trilhar.

Através de um olhar transversal pela comunidade de antigos operários das Minas da Borralha, a presente dissertação discorre acerca das vivências experimentadas pela comunidade mineira ao longo de mais de quarenta anos de história. Partindo de um extenso trabalho de campo, a dissertação une os conceitos de história oral e museologia participativa em redor da apresentação de um conjunto de propostas museológicas, a implementar no âmbito do Ecomuseu de Barroso.

Procura-se desta forma demonstrar que a investigação em contexto museológico pode funcionar como fator potenciador da revitalização de áreas mineiras degradadas social e ambientalmente, ao mesmo tempo que contribui para a elevação da auto-estima de um lugar, mediante a valorização das suas narrativas.

Palavras-chave: Património Industrial Mineiro, Museologia, História Oral, Comunidade.

Abstract:

The paths taken by the Intangible Heritage of Borralha Mines are as extensive as attractive to tread.

Through a cross-community look about older workers of the Borralha Mines, this thesis discusses about the experiences that the mining community had lived for over the last forty years. Starting with an extensive field work, the dissertation combines the concepts of oral history and participatory museology around the presentation of a set of proposed museum practices, to be implemented under the Ecomuseu de Barroso. Looking up this way demonstrate that research on museological context can function as enhancer factor revitalization of degraded mining areas socially and environmentally, while contributing to increased self-esteem of a place by emphasizing their narratives.

Keywords: Industrial Mining Heritage, Museology, Oral History, Community.

Synopsis:

Les chemins empruntés par le patrimoine immatériel des Mines de Borralha sont aussi importants que séduisante à marcher. Grâce à un regard transversal à la communauté des anciens travailleurs des Mines de Borralha, cette thèse aborde les expériences de la communauté minière pour plus de quarante ans d'histoire. A partir d'un travail de terrain, la thèse combine les concepts de l'histoire orale et de la muséologie participative autour de la présentation d'un ensemble de musée proposé, qui sera mis en œuvre sous l'Ecomuseu de Barroso. En levant les yeux de cette manière démontrer que la recherche sur le contexte muséologique peut fonctionner en tant que facteur enhancer revitalisation des zones minières dégradées social et environnemental, tout en contribuant à augmenter l'estime de soi d'un lieu en insistant sur leurs récits.

Mots-clé : Patrimoine Industrielle Minière, Muséologie, Histoire Orale, Communauté.

Agradecimentos.

Ao Ecomuseu de Barroso pela oportunidade concedida. Ao prof. Orlando Alves, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Montalegre pelo desafio lançado e pela confiança depositada em mim.

À Sandra Pereira e Elvira Pereira, que com a sua ajuda e inestimável apoio tornaram possível este trabalho.

À Faculdade de Letras da Universidade do Porto e a todos os professores e colegas do Mestrado em Museologia 2010-2012.

Ao Rui Vieira, pela ajuda na elaboração das imagens e ao Paulo Mendes e Inês Moreira por acreditarem no meu trabalho.

Em especial :

A todos os informantes. Sem vocês este trabalho não teria sido possível. Agradeço do fundo do coração a confiança depositada no projeto e em mim quando nenhuma obrigação vos impelia a tal. Espero estar à altura da vossa confiança.

À Sandra Pereira, minha esposa, pelas injeções de perseverança que me foi dando ao longo destes anos.

A ti meu querido pai que me observas do Céu e a ti minha mãe pelo apoio prestado.

Índice.

| | | |
|------------------------------|---|----|
| Índice | | 6 |
| Lista fotos e imagens | | 8 |
| Introdução | | 10 |
| Capítulo I | A Pesquisa de Terreno como elemento transdisciplinar da investigação em Museologia – o exemplo das Minas da Borralha. | 14 |
| | O dispositivo teórico-metodológico. | 19 |
| | 1. Contexto e contingência. | 19 |
| | 2. Formalização de um dispositivo. | 22 |
| | a) Critérios de diversificação. | 22 |
| | b) Critérios de saturação. | 24 |
| | c) Questões de partida. | 25 |
| | d) Situação de entrevista. | 26 |
| | e) Metodologia de transcrição. | 27 |
| Capítulo II | Da <i>Fárria</i> ao declínio: pelos trilhos da memória (1940-1986). | 30 |
| | 1.1. História oral e Literatura. | 30 |
| | 1.2. Categorias Narrativas. | 32 |
| | a) Território. | 33 |
| | b) Contrabando. | 33 |
| | c) Apanhistas. | 33 |
| | d) Contextos de trabalho. | 34 |
| | 2. Década de 1940: a <i>Fárria</i> . | 34 |
| | 3. Da <i>Segunda Fárria</i> ao encerramento forçado (1947-1962). | 49 |

| | |
|--|-----|
| 4. Nova administração: esperança, dificuldades e decadência (1962-1986). | 56 |
| Capítulo III A persistência da memória. | 60 |
| 1. Integração, cidadania e aprendizagem. | 61 |
| 2. Desintegração e disseminação: o desafio da auto-determinação. | 66 |
| 3. Metodologias de ação: a investigação em Museologia sai para o terreno. | 69 |
| a) Conversas no Terreno. | 69 |
| b) Glossário de termos e expressões de gíria mineira. | 71 |
| Capítulo IV Caminhos do Património Cultural Imaterial nas Minas da Borralha: propostas para um projeto de museologia participativa. | 72 |
| 1. Breve história do Ecomuseu de Barroso. | 74 |
| 2. Minas da Borralha: linhas estratégicas. | 75 |
| a) Território. | 75 |
| b) Quotidiano operário e histórias de vida. | 78 |
| c) Investigação e promoção do Património Imaterial Mineiro. | 78 |
| 3. Minas da Borralha: núcleos museológicos. | 79 |
| a) Lavaria Velha e Afinagem. | 83 |
| b) Lavaria Nova e complexo do <i>stockwerk</i> . | 85 |
| c) Edifício da Fundação. | 91 |
| Conclusão | 97 |
| Bibliografia | 100 |
| Anexo 1 | 109 |

Lista de fotos.

- Foto 1** Aldeia de Caniçó : edifício ocupado por taberna clandestina (década de 1940).
- Foto 2** Atual estado do edifício dos escritórios (construído em 1941).
- Foto 3** Grupo de *apanhistas* junto ao rio Borralha (década de 1940?).
- Foto 4** *Apanhistas* nas Minas da Borralha (década de 1940).
- Foto 5** Procissão inaugural da Igreja das Minas da Borralha (1956).
- Foto 6** Construção de um *sarilho* por um informante.
- Foto 7** Complexo da Lavaria Velha/Afinagem atualmente.
- Foto 8** Vista geral do complexo da Lavaria Velha/Afinagem : década de 1960.
- Foto 9** Vista da entrada norte da Lavaria Nova.
- Foto 10** Mesas hidrogravíticas da Lavaria Nova.
- Foto 11** Edifício da Fundação : pormenor dos dois fornos e sistema de extração de fumos (nave central).
- Foto 12** Edifício da Fundação : acesso a secções de preparação do minério. É possível observar em último plano a casa de controlo dos fornos.
- Foto 13** Edifício da Fundação : área de preparação da pasta refratária para revestimento dos fornos.

Todas as fotos com créditos do autor exceto :

Foto 3 : cedida por Carla Fontes.

Foto 4 e foto 8 : cedidas por Sílvio Casais.

Foto 5 : cedida por Alívio Fernandes.

Lista de imagens.

- Imagem 1** Localização e traçado de dois percursos pedestres.
- Imagem 2** Minas da Borralha : localização dos núcleos museológicos e sua relação com os núcleos habitacionais e outros vestígios.

Imagem 3 Lavaria Nova e complexo do *stockwek*.

Imagens 4 e 5 Pormenor de caderno de controlo da Lavaria Nova.

Imagem 6 Edifício da Fundação : distribuição no espaço dos dispositivos das Conversas no Terreno e Glossário de Termos e Expressões.

Imagens retiradas de <http://www.google.com/earth/index.html> [Online]

Acedido entre agosto e setembro de 2012.

Introdução.

A temática do pós-industrial tem vindo a acompanhar o meu trabalho no decurso dos últimos anos. Entre 2007 e 2008, enquanto colaborador do Museu de Serralves, tive o privilégio de trabalhar, por duas ocasiões, na antiga Fábrica da Cerveja, em Faro, através do projeto Allgarve. Todavia, o meu contacto com o Património Industrial e com as Minas da Borralha já havia sido concretizado. Quando, por razões pessoais, conheci o complexo mineiro em 2005, longe estava de imaginar o trabalho que me iria tomar mais de quatro anos da minha vida. À partida, as Minas da Borralha não se afiguravam como um projeto no qual a minha atenção recaísse. A imensidão das ruínas, o vasto território ocupado pelas estruturas, a quase inexistência de trabalhos acerca deste caso e o facto de me sentir como um estranho numa comunidade à qual havia chegado há pouco tempo, afastavam de mim quaisquer intenções de trabalhar esta temática.

Entretanto, em finais de 2008, após uma análise ponderada, considerei que deveria pôr um ponto final na minha colaboração com o Museu de Serralves. Quase cinco anos a trabalhar com arte contemporânea haviam criado em mim o anseio por novos projetos, mais próximos da minha verdadeira vocação – a História e a Museologia – que me fizessem sentir mais próximo das pessoas.

O Ecomuseu de Barroso afigurava-se como um projeto no qual sentia que poderia contribuir para a vida das pessoas. Desde 2005 que conhecia o projeto e os seus responsáveis, tendo, inclusive, colaborado gratuitamente em pequenos trabalhos no pólo de Salto do Ecomuseu. Em 2009, a oportunidade concreta de trabalhar no Ecomuseu de Barroso surgiu sob forma de um estágio profissional. Colocado na Casa do Capitão, pólo de Salto do Ecomuseu de Barroso, para além de inventariar a coleção permanente do pólo, iniciei, quase por acaso, o projeto que agora apresento. O desafio de desenvolver um projeto de investigação, tendo por base a comunidade operária das Minas da Borralha, foi lançado pelo Prof. Orlando Alves, vice-presidente da C.M. de Montalegre, que, face à iminência do arranque das obras de reconversão das Minas para pólo museológico, necessitava conhecer em profundidade a comunidade, nomeadamente as narrativas do contrabando da década de 1940. Durante ano e meio vivi na aldeia de Caniçó, a poucas dezenas de metros do complexo do *stockwerk*, em casa de familiares da minha companheira.

O trabalho iniciou-se em Julho de 2009 com uma equipa de quatro estagiários do Ecomuseu de Barroso. Apenas um par de meses mais tarde, a equipa ficou reduzida a mim, com a colaboração da minha companheira.

Iniciar um projeto com esta magnitude nunca é fácil. Na Borralha, e certamente noutros locais idênticos, a temática do volfrâmio é um assunto muitas vezes desconfortável de abordar. Seja pelas memórias dolorosas que tempos difíceis trazem ao de cima, seja devido a algum tipo de ato praticado mais indesculpável, o facto é que penetrar na intimidade da comunidade operária e conhecer as suas narrativas mais privadas nunca foi fácil. Em honra da verdade, devo dizer que foi graças à minha companheira, Sandra Pereira, e à sua mãe Elvira Pereira, que consegui levar avante o projeto. Identificar potenciais informantes, delinear estratégias de abordagem e estabelecer prioridades torna-se ainda mais difícil quando não existe nenhum auxílio local. Graças à clareza das intenções reveladas logo desde o início à comunidade, e com a ajuda de alguns locais, foi sendo progressivamente criada uma rede que é muito mais do que de informantes – são, sim, amigos. Durante meses, em noites invernosas e frias como são as do Barroso, aos fins de semana, no campo, junto das manadas de vacas, no café, entre um jogo de cartas ou na privacidade do lar, foram sendo construídos laços de amizade que perdurarão muito para além da apresentação deste trabalho. A identidade que o trabalho reconstruía progressivamente, permitiu que hoje possam ser apresentados muitos mais dados do que meros depoimentos. Como será reconhecido, a série de *Conversas no Terreno* e o Glossário de Termos e Expressões Mineiras espelham o nível de confiança e empenho de todos os agentes envolvidos. Assim, em Julho de 2010, quando o meu contrato terminou, senti que ainda não havia feito tudo, que ainda devia algo a toda aquela gente. Durante mais um ano e a expensas próprias, continuei a recolher dados, visitar arquivos e contactar com os meus informantes, tentando recolher mais dados que me ajudassem a compreender melhor o que foi e o que são hoje as Minas da Borralha.

O projeto que aqui apresento para obtenção do grau de Mestre em Museologia é o culminar de cerca de quatro anos de trabalho, divididos entre trabalho de campo, organização, reflexão e interpretação dos dados e frequência de dois intensos e muito gratificantes anos do Mestrado em Museologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dos vários trabalhos concluídos ao longo do primeiro ano, a esmagadora maioria teve por base a temática mineira e as Minas da Borralha. Graças ao excelente *feed-back* – quer dos professores, quer das classificações finais alcançadas - pude afinar conceitos e delinear a melhor forma de executar o projeto que agora apresento.

A organização do trabalho obedece a uma lógica metodológica que visa testar a aplicabilidade dos resultados obtidos pela investigação, num projeto museológico que se pretende pioneiro em Portugal. Muito além de apenas recolher e sistematizar os discursos dos informantes, a dissertação *Vozes que falam: caminhos do PCI na Comunidade das Minas da Borralha* tem por objetivo, primeiro, devolver a memória da mina a todos os homens e mulheres que aí trabalharam, ou seja, demonstrar-lhes que por entre as ruínas e o abandono também pode estar a esperança de, num futuro próximo, a comunidade poder vir a renascer em torno daquilo que sempre a uniu – a mina e as relações por ela criadas. Neste campo, a Museologia é porventura a área do conhecimento que mais pode contribuir para a auto-estima de uma comunidade envelhecida e empobrecida. Dar a cada informante a oportunidade de se exprimir e de contribuir para uma segunda vida das Minas, constitui a razão fundamental para a apresentação deste trabalho nos moldes atuais.

O capítulo I intitulado **A Pesquisa de Terreno como elemento transdisciplinar da investigação em Museologia – o exemplo das Minas da Borralha**, serve de trampolim introdutório ao trabalho de campo realizado. Defende o recurso a este tipo de processos de investigação no contexto museológico, como forma de aproximar a Museologia das suas comunidades interpretativas. Por um lado, contextualizo o processo de investigação à luz dos diversos projetos científicos e investigacionais que propiciaram à temática dos Património Industrial Mineiro adquirir a visibilidade atual. Por outro lado, faço uma reflexão crítica acerca dos processos de trabalho e dos dispositivos teórico-metodológicos utilizados, remetendo esta parte do trabalho para uma apresentação/reflexão daquilo que será a base dos capítulos subsequentes – os depoimentos dos informantes. Procuo revelar os processos de comunicação, a construção de significados e a forma como estes foram, gradualmente, sendo construídos à medida que o projeto avançava.

Criar um dispositivo teórico-metodológico implica desenvolver a sua aplicação real. O capítulo II - **Da Fárria ao Declínio: pelos trilhos da memória (1940-1986)** – baliza temporalmente os depoimentos recolhidos. Trata-se de um capítulo descritivo, que prova que é possível desenhar uma narrativa histórica coerente a partir de narrativas avulsas ou individuais. Este processo reforça o estatuto da história oral como metodologia de investigação capaz de agregar num só tema diferentes visões e perspetivas de um determinado assunto, conferindo aos depoimentos o estatuto de documentos.

No contexto de um mestrado em Museologia, importa refletir acerca de algumas questões epistemológicas fundamentais na museologia de hoje. No capítulo III - **A persistência da**

memória - são cruzadas várias leituras do que constitui hoje alguns dos desafios para as instituições museológicas. Cruzando questões de representatividade, democratização no acesso à informação, aprendizagem e disseminação de práticas museológicas, procura-se construir uma ponte entre a reflexão e a apresentação de parte dos resultados do trabalho de campo efetuado, nomeadamente através da contextualização das *Conversas no Terreno* e com o Glossário de Termos e Expressões Mineiras. Procura-se, através do exemplo destes dois exercícios, chamar a atenção para a emergência de novas práticas, afirmadas por novos agentes, que se substituem ao papel institucional do museu em termos de agenda pública e que ultrapassam mesmo o alcance do museu enquanto agentes comunicadores de uma prática investigacional. Neste caso, o facto do projeto de investigação ter prosseguido para além do término do meu contrato de trabalho no Ecomuseu de Barroso, demonstra as limitações impostas à instituição museal, nomeadamente no apoio a projetos de investigação. Reforçando a componente contínua de um Mestrado em Museologia, neste capítulo é recuperado parte de um ensaio apresentado no 1º ano do curso, no seminário de Comunicação em Museus, orientado pela Prof^a. Doutora Alice Semedo, relacionado com as questões da aprendizagem em museus.

Um projeto museológico constrói-se a partir de propostas. O capítulo IV - **Caminhos do Património Cultural Imaterial nas Minas da Borralha: propostas para um projeto de museologia participativa** - recupera os depoimentos dos informantes dos capítulos I e II e as problemáticas e resultados da investigação do capítulo III, adaptando-os a um modelo de atuação que tem por base a memória coletiva da comunidade de operários. São objeto de proposta três linhas estratégicas, ou seja, três metodologias abrangentes que visam, essencialmente, programar a atuação no futuro do pólo museológico das Minas da Borralha, como pólo dedicado à memória operária e ao património industrial mineiro dentro do projeto Ecomuseu de Barroso. Paralelamente, do conjunto de eventuais núcleos museológicos que as Minas poderão vir a ter, são selecionados três: a Lavaria Velha/Afinagem, pelo seu carácter de ruína industrial e paisagem envolvente; a Lavaria Nova/*Stockwerk*, pela leitura e escala do assentamento industrial; e a Fundação, pelo papel estratégico e tecnológico que transformou, a partir da década de 1950, as Minas da Borralha no único couro mineiro nacional equipado com sistema de fundição de volfrâmio e seus derivados e transformação de matéria-prima em ferro-tungsténio.

Capítulo I

A Pesquisa de Terreno como elemento transdisciplinar da investigação em Museologia – o exemplo das Minas da Borralha.

A mina já não trabalha.

O ano de 1986 marca o final do percurso trilhado pelo Couto Mineiro da Borralha. Para trás permanecem cerca de 84 anos de exploração mineira, daquela que é considerada a segunda produtora de concentrados de volfrâmio do país¹. Durante quase um século, pobres e ricos, novos e velhos, transmontanos, minhotos e beirões, belgas, franceses, ingleses e alemães, marcaram indelevelmente com a sua presença a vida na mina. Uns, porventura os menos afortunados – os verdadeiros mineiros - agarrados aos martelos pneumáticos, à picareta, à *escombradeira* ou à vagoneta. Os *outros*, os do exterior, imersos pelos ruídos das oficinas mecânicas, pelo vai e vem constante das tremonhas, pelos fumos negros da fundição, pela máquina administrativa e burocrática da empresa. Todos partilhando, porém, o mesmo objetivo – a exploração do volfrâmio.

À semelhança de tantos outros coutos mineiros espalhados por território nacional, a Borralha atravessou uma boa parte do séc. XX português. Devido à especificidade estratégica das matérias-primas exploradas, os principais acontecimentos nacionais e internacionais obtiveram, neste pedaço de terra situado na confluência do Minho com Trás-os-Montes, uma ressonância que marcou gerações. Desde a implantação da República em 1910, passando pela Guerra Civil de Espanha, da 2ª Guerra Mundial à Guerra da Coreia e ao 25 de Abril de 1974, as Minas da Borralha a tudo assistiram, em tudo, direta ou indiretamente, inscreveram o seu nome para a posteridade; o início titubeante pautado pelos conflitos entre a administração francesa e a população local, a corrida ao volfrâmio de finais da década de 1930, a intensificação da exploração filoniana e do contrabando em grande escala durante a 2ª Guerra Mundial e o conflito na península da Coreia, até aos encerramentos forçados das décadas de 1940/1950, à atividade sindical propiciada pelos ventos revolucionários de Abril e ao declínio acentuado, já na década de 1980...

Do ponto de vista académico, literário e monográfico, até ao dealbar do séc. XXI, pouco ou nada se escreveu acerca das Minas da Borralha. Se excetuarmos a investigação, de natureza

¹ As primeiras concessões registadas são a Borralha, Monte Borralha nº1 e Monte Borralha nº 2, respetivamente de 25/05/1902, 28/05/1902 e 30/05/1902. in Ministério da Economia, 196?. *Minas Concedidas no Continente desde Agosto de 1836 a Dezembro de 1962*. Lisboa: Edição da Secretaria de Estado da Indústria e Direção Geral de Minas e Serviços Geológicos.

verdadeiramente impulsionadora, protagonizada pelo Professor Doutor Fernando Noronha no início da década de 1980 (1983), os breves apontamentos de José Jorge Álvares Pereira (1984) e da obra literária de Guida Nunes (1996), os trabalhos que contribuem para a perceção do que outrora terá sido o Couto Mineiro são praticamente inexistentes. Será apenas em 2002, com a publicação da tese de doutoramento da Professora Doutora Otilia Lage que parte da história começa a ser investigada, compreendida e assimilada². O impacto causado pelo seu trabalho teve o condão de abrir caminho para uma sensibilização progressiva da parte dos poderes políticos locais acerca das imensas questões deixadas em aberto com o encerramento das minas. Ultrapassado o período de *luto* da mina, que terá durado toda a década de 1990, o trabalho de investigação levado a cabo, essencialmente de âmbito histórico e sociológico, constituiu a ignição de um renovado movimento local, curioso em compreender os diversos papéis desempenhados pelas Minas da Borralha na historiografia mineira nacional.

Por outro lado, é impossível dissociar a convergência de interesses da academia pelo património industrial mineiro e o incremento da produção editorial verificada entre a década de 1990 e os primeiros anos do novo milénio nesta matéria. Os projetos de musealização, impulsionados pelo alargamento do próprio conceito de *património industrial*, catapultarão o campo de trabalho até à esfera da investigação académica³. Desde o início da década de 1990 que projetos como o Museu do Ferro de Moncorvo (Custódio, 1991a), o Museu das Minas de Aljustrel (Custódio, 1991b), o Museu das Minas de Argozelo (Brandão, 2002) e realidades como o Museu Mineiro de S. Pedro da Cova⁴, entre outros, animavam o debate museológico⁵. Da arqueologia à sociologia, passando pela história, as ciências sociais vão, progressivamente, assimilando o campo de trabalho emergente.⁶ José M. Brandão reforça inclusive o potencial futuro dos estudos de museologia mineira ao afirmar que “[...] *por detrás da leveza desta possível “definição” [de museu de mina], esconde-se uma realidade cultural muito mais complexa, multifacetada, inspiradora das mais variadas abordagens,*

² Cfr. Lage, Maria Otilia Pereira, 2002. *Wolfram=volfrâmio: terra revolvida, memória revolta, para uma análise transversal da sociedade portuguesa: anos 1930-1960*. Braga: Edição da Universidade do Minho.

³ Entende-se o Património Industrial como “[...] conjunto de vestígios que testemunham a actividade humana no domínio da utilização das matérias primas no sentido da produção de bens quotidianos.” in Brandão, 2002, p. 7.

⁴ Criado em 1989.

⁵ O papel mobilizador do Seminário Arqueologia e Museologia Mineiras, organizado pelo Museu do Instituto Geológico e Mineiro no ano de 1998 em Lisboa, marcou em definitivo o reconhecimento público do trabalho de investigadores como José M. Brandão, João Paulo Avelãs Nunes ou Helena Alves, no panorama da investigação histórica e mineira.

⁶ Cfr. entre outros, Alarcão, 2002; Rodrigues, 2005; Nunes, 1994, 1996, 1998, 2000; Custódio, 1993; Vilar, 1998.

muito para além mesmo, do estrito ponto de vista dos recursos geomineiros e da sua exploração [...]” (1998, p. 7). Em 2002, o mesmo investigador, citando Bénédicte Roland-Villemot (2001), vai mais fundo na sua afirmação, alargando os campos de análise do património industrial mineiro à vertente *imaterial* (Brandão, 2002). Na reflexão e investigação histórica, João Paulo Avelãs Nunes, referindo-se a um possível caminho para a musealização de centros mineiros assentes na exploração de volfrâmio disserta que “*As eventuais iniciativas museológicas assumiriam, tanto forma centralizada, a de ecomuseus localizados nos antigos grandes coutos mineiros (em primeiro lugar, as Minas da Panasqueira e as Minas da Borralha), como descentralizada (redes de museus de sítio, temáticos, locais) [...]*”(Nunes, 1998, p. 74). Nos campos sociológico e antropológico, incursões bem sucedidas ao *terreno*, resultaram em interessantes trabalhos de recolhas orais, junto de comunidades mineiras em acelerado processo de envelhecimento e desagregação que, paralelamente com a perda dos laços identitários construídos ao longo de anos, tendo por base o quotidiano das minas, urgia salvaguardar⁷.

Mais recentemente, a abordagem histórico-antropológica tem vindo a assumir-se como uma ferramenta de extrema utilidade para a preparação, execução e aplicação de trabalhos de campo na área do património industrial e da museologia. Projetos de investigação como os efetuados por Rogério Abreu e Laura Domingues para o Museu da Pólvora Negra (2009) ou, em menor escala, o honroso trabalho de Celina Fernandes (2010) acerca das Minas de Ervedosa, são reveladores da apropriação de uma renovada *praxis* processual, capaz de gerar sinergias entre distintas formas de interpretar um território, uma comunidade, uma indústria⁸.

A mobilização da comunidade académica em torno do património industrial mineiro, não passou despercebida à C.M.M. Desde a década de 1970 que a região de Barroso tem despertado a curiosidade de vários especialistas internacionais, nomeadamente no campo da ecomuseologia. George Henri Rivière terá sido a primeira voz a sugerir a criação de um ecomuseu na região (Teixeira, 2005). Foi, no entanto, necessário esperar pela maturação da ideia lançada à terra, para que no ano 2000 a C.M.M. recorresse à experiência de Hughes de Varine que, em parceria com a Quaternaire Portugal, delineou um estudo de implementação do que hoje se constitui como o Ecomuseu de Barroso. Fiel ao espírito mais genuíno da Nova

⁷ Cfr. entre outros Vilar, 1998; Rodrigues, 2005. De finais da década de 1970, acerca das Minas da Panasqueira cfr. Neves, 1979.

⁸ No caso concreto do trabalho para o Museu da Pólvora Negra, o produto do trabalho de campo efetuado pelos dois investigadores foi posteriormente utilizado no programa museológico da instituição. Acerca deste e de outros trabalhos, consultar: AA.VV., 2009. *Museus e Património Imaterial. Agentes, Fronteiras, Identidades*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação. ISBN: 978-972-776-400-6.

Museologia, David Teixeira, actual diretor da instituição, refere que “*A ideia de um Ecomuseu para o Barroso resultava da consciência e da necessidade de salvaguardar o património de Barroso, nas suas múltiplas componentes, naturais, culturais, históricas e sócio-económicas, aliando-se a isto tudo a finalidade de contribuir para o desenvolvimento das populações locais [...]*” (2005, p. 79).

Gradualmente, o projeto do Ecomuseu de Barroso tem vindo a ganhar não só consistência ao nível infra-estrutural, como também consciência da sua própria vocação, i.e., apoiando iniciativas no âmbito da economia local – Feira do Fumeiro de Montalegre, apoio ao escoamento de produtos agrícolas e frutícolas de origem biológica ou a promoção de actividades sazonais tradicionais como, por exemplo, a apanha da castanha e cogumelos. Graças a um crescimento sustentado, o Ecomuseu de Barroso conta atualmente com quatro pólos museológicos e uma aldeia-museu: Montalegre, Salto, Tourém, Pitões das Júnias e a aldeia de Paredes do Rio.

A mina [ainda] trabalha.

Se, do ponto de vista do desenvolvimento económico local, o Ecomuseu de Barroso tem dado passos firmes para a sua afirmação territorial, no que concerne à implementação de metodologias de investigação em museologia, as iniciativas têm escasseado. A vasta diversidade de *patrimónios* existente no Barroso, aliada a dificuldades logísticas e financeiras por parte do Ecomuseu, motivadas pelo contexto atual de austeridade, de apoiar projetos-piloto de investigação académica, tem resultado num constante adiar do aprofundamento da pesquisa, recolha e interpretação do seu património. No caso particular do património mineiro, o interesse demonstrado pela comunidade académica por este campo disciplinar, resultou, no decorrer de 2009, na implementação de um projeto de investigação, apoiado quer pela C.M. M., quer pelo Ecomuseu de Barroso. Assumindo um carácter de *urgência*, estas duas instituições delegaram em mim, a responsabilidade de criar bases metodológicas sólidas para que, tendo como macro-objeto de estudo as Minas da Borralha, iniciasse um projeto de investigação tendo por base as memórias dos antigos trabalhadores.

A natureza inadiável do projeto, prende-se com o facto de vinte e seis anos terem já passado desde o fecho da mina, do que resulta a iminência de ver desaparecer uma grande fatia da história oral partilhada pelos antigos operários, muitos deles com idades acima dos 80 anos. O próprio contexto temporal em que ainda decorre a investigação assume-se como um agente mobilizador da investigação. A futura concretização do pólo museológico das Minas da

Borralha, integrado no projeto do Ecomuseu de Barroso, não só necessita de ver aprofundado o conhecimento acerca do percurso histórico das minas, como também de recolher testemunhos dos antigos trabalhadores acerca das suas próprias relações com a mina, com o território e com a comunidade no seu todo. Posteriormente, a concepção de um modelo interpretativo, resultante da pesquisa etnográfica em curso, em consonância com a sua posterior adaptação para um plano museológico definitivo, são passos metodológicos que importa ver esclarecidos⁹.

⁹ O Ecomuseu de Barroso dispõe já de um plano museológico de natureza genérica, que, todavia, não contempla a especificidade do Património Imaterial. Cfr. Andrade, Constança, (não editado). Minas da Borralha - Montalegre projecto museológico.

O dispositivo teórico-metodológico.

1. Contexto e contingência.

Diversos investigadores têm vindo, no decurso das últimas décadas, a debruçar-se sobre o estudo e definição de metodologias de investigação no terreno. Recorrendo aos *case studies* tomados como referência teórica-prática, oriundos da prática da *pesquisa de terreno* na área do património mineiro, nomeadamente os trabalhos de Lage (2002) e Rodrigues (2005), verifica-se uma consonância metodológica assente, sobretudo, no vasto campo de fontes de informação utilizadas. A opção pela diversidade de fontes de informação utilizadas para o estudo de determinado universo, prender-se-á, com a consciencialização do investigador de que quaisquer que sejam as fontes, os métodos ou as técnicas de análise utilizadas, os resultados nunca serão *reais*, mas sim constituintes de uma amostra do real. Esta amostra ou descrição parcelar, terá que ser encarada pelo investigador como inerente a um processo constante de *interpretação* estruturada pela própria *experiência* pessoal, plasmada, recorrentemente, quer no discurso proferido pelo informante, quer na reflexão efetuada *à posteriori* pelo investigador (Geertz, 1989). Paula Rodrigues reconhece esta característica decorrente da sua experiência de campo, ao denotar na *pesquisa de terreno* uma ideia de *interferência* (Rodrigues, 2005), associada ao papel do investigador enquanto agente exógeno ao contexto da pesquisa. Mas não só cabe ao investigador o papel de *interferir*. O dispositivo metodológico ao dispor da *pesquisa de terreno*, nomeadamente no processo de recolha de informação, é também ele subjetivo. Da utilização das entrevistas, em quaisquer que sejam os seus moldes, à observação-participante, “*qualquer descrição sócio-cultural [...] não é senão uma representação/interpretação da realidade enquadrada pelo ponto de vista do antropólogo e pela tradição teórica em que se insere*” (Duarte, 1998, p. 130). Tal como, na museologia, os artefactos e os modos como são *instrumentalizados* no contexto do museu, são, por sua vez, oriundos dos modelos conceptuais do museólogo/conservador, a tese poder-se-á aplicar à pesquisa etnográfica que antecede a publicação dos resultados (Handler, 1992). A mitigação, quer das *interferências* a que se refere Paula Rodrigues, quer da impossibilidade da visão limpa e simétrica – correndo o risco de ser simplista – das metodologias de abordagem a um determinado contexto ou ator social, passarão pela multidisciplinaridade – da equipa de investigação e fontes usadas - e pelo diálogo científico *inter pares*. No campo específico do património industrial mineiro, onde diversas áreas de interesse convergem, faz todo o sentido afirmar que quer a constituição das equipas de investigação, quer a própria

formação intelectual do museólogo deve obedecer a uma *lógica transdisciplinar* (Nabais, 1993). Quando Robert Burgess definiu, contra todos os riscos inerentes, o conceito de *pesquisa de terreno*, teria certamente a perfeita consciência, não somente das dificuldades e limitações que o próprio conceito encerra – por demais discutidas por investigadores e académicos – mas igualmente do caminho futuro a trilhar pela investigação no terreno, precisamente a adoção de práticas multidisciplinares, da diversificação das fontes de pesquisa e do estabelecimento de redes de conhecimento¹⁰.

O processo de investigação, iniciado em 2009 junto da comunidade mineira da Borralha, partiu, portanto, com a perfeita consciência do fator limitativo que os modelos metodológicos de referência acarretavam – neste caso a impossibilidade de aceder em tempo útil a todas as fontes de informação disponíveis.

Importa, nesta fase, referir que o processo de recolhas orais foi realizado tendo por base algumas condicionantes. O prazo estabelecido pela Câmara Municipal de Montalegre e pelo Ecomuseu de Barroso para a apresentação final de resultados apontava para o mês de Julho de 2010, data em que o meu contrato de trabalho terminava. Por outro lado, a iminência da perda de grande parte dos informantes considerados nucleares para o sucesso da investigação não permitiu uma definição *à priori* do tipo de entrevista a realizar. Todavia foi elaborado um guião organizado por tópicos para serem explorados em futuros contactos. Assim, os excertos dos depoimentos expressos no capítulo II do presente projeto são assentes em entrevistas de longa duração, semi-estruturadas. Mais do que focar aspectos específicos e contextos pessoais de cada informante, o objetivo das recolhas orais passava por considerar cada depoimento e cada informante como uma peça de um gigantesco puzzle, i.e, considerando que cada informação prestada possa conduzir a uma nova questão, a um novo problema que será colocado no contacto seguinte, seja ao mesmo ou a outro informante. O método aplicado permite não só uma confirmação, meramente empírica e parcial do facto ou acontecimento relatado por outrem, como também assume um papel de propulsor mnemónico na contextualização de um novo depoimento.

Revestido de uma forte carga historiográfica, o projeto procura dar a palavra ao que Marc Bloch designou como *os mudos da história* (Bucaille & Pesez, 1989. p. 16). Conceptualmente, a pesquisa procura explorar os princípios da *ecomuseologia participativa*, trabalhando, através de uma abordagem construtiva, com a ideia de memória colectiva (Nabais, 1993). Foi seguido um processo de recorrer, por um lado, ao reconhecimento das

¹⁰ “[...] *pesquisa de terreno* [...] *cobre aquilo que em termos coloquiais se chama observação participante, entrevistas não-estruturadas e métodos de análise documental.*” in Burgess, 2001, p.5.

características colectivas e repetitivas que sustentam a ideia de comunidade mineira, sobrepondo à noção de *individualidade* a ideia de *colectividade*, ao mesmo tempo que se procurava enfatizar as experiências inter-partilhadas entre informantes (Bucaille & Pesez, 1989).

A aplicação deste dispositivo metodológico decorreu também do facto de eu não dominar a área temática do património industrial mineiro. A decisão de optar por entrevistas semi-estruturadas, permitiu-me ir conhecendo e adaptando os meus próprios modelos teóricos aos contextos de recolha existentes. Abrindo o leque de possibilidades de conversação ao informante, foi-me possível refletir acerca dos resultados do meu próprio trabalho, i.e, ir retirando das situações de entrevista dados que me permitam compreender melhor o objeto de estudo. Desta forma, numa próxima conversa, o maior conhecimento do tema por parte do investigador, possibilitará uma recolha de dados que, do ponto de vista qualitativo, serão substancialmente melhor registados, porquanto melhor apreendidos.

Os indicadores qualitativos da informação registada numa pesquisa etnográfica, estão sujeitos a inúmeras variações. Na maioria das vezes, a qualidade dos dados deve-se a fatores conjunturais, alheios à perícia ou experiência do investigador em *trabalho de campo*. Dentro do universo das variadíssimas conexões metodológicas que estruturam o conceito de *pesquisa de terreno*, existe uma que no âmbito das recolhas orais em causa, influiu decisivamente no contexto da pesquisa – a *contingência* temporal. O aspecto da *contingência*, aplicado à museologia e referido por Kirshenblatt-Gimblett (1991) em relação aos artefactos e aos seus contextos de recolha e *institucionalização* no museu, se revestido de um processo de desconstrução muito simples, assume-se como essencial nesta investigação. Se os resultados obtidos com este projecto resultarem meramente em uma ou várias interpretações, logo estes também estarão vinculados a uma certa ideia de *contingência*. Poderemos supor que o facto de vinte e seis anos se terem passado desde o fecho das minas, condiciona indubitavelmente o teor da investigação e a qualidade dos dados. O investigador tem muitas vezes a comprovação no terreno de que hoje o resultado das recolhas orais é substancialmente diferente do que seria se estas tivessem sido realizadas há um, cinco ou dez anos. Desde logo, o universo de potenciais informantes é, indubitavelmente, mais reduzido atualmente do que há dez ou vinte anos. Por outro lado, a idade dos informantes é hoje um fator a levar seriamente em linha de conta, uma vez que interfere quantitativa e qualitativamente com a informação recolhida – tempo da conversa mais curto e, conseqüentemente, necessidade de efetuar um maior número de contactos, que por sua vez levam a uma quebra da linha de raciocínio ou,

irreversivelmente, a presença de fatores mnemónicos e físicos que condicionam a relação investigador - informante.

2. Formalização de um dispositivo.

a) Critérios de diversificação.

O dispositivo teórico-metodológico não fica completo sem a definição de critérios de diversificação, i.e, parâmetros que regem a seleção, ainda que circunstancial, dos informantes a contactar, ou da profundidade das informações a recolher em cada um dos casos. Os critérios selecionados procuram corresponder aos objetivos inicialmente estabelecidos no projeto, conferindo-lhes um maior grau de refinamento, ou se quisermos, uma operacionalidade prática revestida de maior objetividade. Da mesma forma, contribuem para uma maior organização dos temas abordados, permitindo o estabelecimento de quadros parciais temáticos, em que cada parcela da informação recolhida encontra a sua devida contextualização. Assim, os critérios de diversificação criados prendem-se com:

➤ Diversificação das gerações de operários:

- Face à idade avançada da maioria dos informantes, com os riscos inerentes ao contexto, urgia iniciar as recolhas pelos indivíduos mais idosos;
- Prioridade dada ao contacto com as gerações mais idosas de operários e funcionários administrativos da empresa;
- Estabelecer uma linha cronológica o mais atrás possível no tempo, preferencialmente anterior à década de 1940;
- Confrontar depoimentos de diferentes gerações, no sentido de conhecer e inter-cruzar diferentes - e quiçá antagónicas - experiências pessoais de cada indivíduo, traçando paralelamente uma linha de continuidade nos ritmos de trabalho e nas relações sociais prevalecentes entre ambas;

➤ Diversificação dos papéis desempenhados pelo homem/mulher no couro mineiro:

- O conhecimento prévio da divisão entre sexos nos ritmos e na natureza dos trabalhos na mina, obrigou a que fosse constantemente tentado um equilíbrio entre informantes masculinos e femininos, o que se veio a revelar impossível;

- Partindo deste pressuposto, é possível analisar e verificar a complementaridade dos depoimentos;

➤ **Explorar a dicotomia interior/exterior da mina:**

- Co-relacionando as especificidades de cada função desempenhada pelos informantes, estabelecer linhas de contágio entre o ambiente subterrâneo, *ecossistema* por excelência do verdadeiro mineiro, e o território a céu aberto;
- Identificar os funções de cada *universo* no quotidiano da mina, procurando relações de inter-dependência e/ou de antagonismo;

➤ **Diversificação da natureza das funções desempenhadas pelo universo de informantes:**

- Sinalizar as especificidades inerentes a cada uma das experiências pessoais, com vista a obter uma imagem geral do objeto de estudo, explorando as idiossincrasias intrínsecas ao contexto profissional/pessoal vivido;

Com o dispositivo adotado, entre Agosto de 2009 e Julho de 2010, foram recolhidos cerca de 63 depoimentos primários, a que correspondem 57 situações de entrevista não-estruturada, seis destas em grupos de dois elementos, totalizando cerca de 70 horas de gravação áudio e/ou vídeo. Dos informantes, 47 são indivíduos do sexo masculino e 14 do sexo feminino.

Colocado perante um número tão elevado de depoimentos, foi necessário estabelecer um processo de seleção do material a transcrever. A variedade, profundidade e as temáticas abordadas em cada um dos discursos foi, numa primeira fase, sujeita a uma escuta de controlo, de forma a verificar da qualidade técnica do registo – grosso modo sonoro. Verificada a viabilidade técnica deste, procedeu-se a uma parametrização qualitativa dos discursos, suportada, basicamente, nas seguintes características:

- Valoração dos discursos dos informantes mais idosos;
- Correspondência com os objetivos inicialmente estabelecidos pela equipa de investigação;
- Convergência com os critérios de diversificação estabelecidos;

Verificada a consonância com os parâmetros apresentados, foram selecionados para transcrição prévia 35 depoimentos de informantes do sexo masculino e 9 do sexo feminino. No entanto, para a realização da dissertação em causa, apenas serão utilizados excertos dos discursos de 29 informantes, sendo que 22 são do sexo masculino. Este conjunto mais restrito de indivíduos é designado por núcleo duro de informantes, i.e, aqueles absolutamente essenciais para a estrutura do projeto, e que pela sua experiência de vida e conhecimento profundo da realidade sócio-económica das minas da Borralha ao longo de várias décadas, são absolutamente imprescindíveis para o estudo em causa. Regra geral, são os informantes mais idosos, embora esta não seja uma pré-condição, ou, então, aqueles com maior número de anos de serviço na empresa. De qualquer forma, o modo como foram selecionados diz respeito, fundamentalmente, ao conhecimento específico de um determinado período do percurso histórico das Minas da Borralha, ou, como é o caso dos fenómenos de contrabando de minério, de um determinado episódio ou, como teremos oportunidade de observar, determinada personagem ligada a esta vertente da investigação.

Dos pontos de vista metodológico e processual, o informante-chave, ou se quisermos, o núcleo duro de informantes, é aquele que manteve um elevado número de conversas com o investigador. Cada um dos indivíduos foi objeto de mais do que um contacto, havendo casos de informantes com oito depoimentos. Na maioria das vezes, o fator temporal e a densidade dos conteúdos produzidos, impeliam os contactos a prolongarem-se por vários dias. Decorrente desta condicionante positiva, não só a proximidade entre informante e investigador saía, claramente, reforçada, como do ponto de vista qualitativo, os dados da investigação eram superiormente enriquecidos. Em certos casos, observa-se que, partindo de uma abordagem generalista do tema das minas, a conversa, com o decorrer do tempo, é sucessivamente *conduzida* para aspetos mais específicos de determinados temas.

b) Critérios de saturação.

A adoção de um dispositivo metodológico com larga flexibilidade permite ao investigador prescindir quase por completo de critérios de saturação, nomeadamente o estabelecimento de um número máximo de informantes a contactar, de forma a ver satisfeito os objetivos teóricos da investigação. O principal objetivo da investigação consistia, na razão inversa, em recolher o maior número possível de depoimentos. No caso das minas da Borralha, foi precisamente a urgente *contingência* temporal referida anteriormente que impeliu o investigador a dar apenas

por semi-concluído o trabalho de campo aquando da impossibilidade continuar a receber apoio institucional da Câmara Municipal de Montalegre e Ecomuseu de Barroso¹¹.

c) Questões de partida.

A flexibilidade experimentada na seleção do tipo de dados terá sido condicionada, até certo ponto, pela introdução de duas questões de partida. Propositadamente, o investigador inicia quase todas as suas intervenções, procurando balizar o depoimento no tempo em que o informante experimenta o primeiro contacto profissional com as minas. A questão “Quando é que começou a trabalhar nas Minas da Borralha?” não só é apresentada de forma bastante direta no discurso, como também procura situar o início da conversa num determinado tempo, provavelmente aquele em que a experiência pessoal do informante terá sido mais intensa. A informação temporal dada pelo informante é extremamente importante logo numa fase introdutória da conversa, na medida em que, indiretamente, aponta ao investigador a idade aproximada do informante e, por analogia, o período histórico em que grande parte da conversa decorrerá. Por outro lado, a questão “Como era a Borralha quando começou a trabalhar?”, apesar de delimitar no tempo o início do exercício da atividade profissional, impele o informante a discorrer acerca das suas memórias mais abrangentes. Foi verificado que esta questão, se colocada estrategicamente após vários minutos de conversa, despoleta sentimentos muito contraditórios, dependendo da idade, cargos ocupados na empresa, situação familiar e económica atual. Foram registados sentimentos muito díspares como nostalgia, raiva, tristeza, rancor e saudade. Estes sentimentos estão geralmente associados à falta de condições de trabalho, nomeadamente de salubridade e segurança, aos baixos salários praticados, ao contrabando de minério, a questões entre trabalhadores e a questões familiares.

Apesar da introdução de questões de partida, as conversas tidas nunca seguiram uma cronologia ordenada, como aliás é regra neste tipo de trabalhos (Poirier, 1995). A focagem de ambas as questões na vida profissional do informante não diminui a diversidade e a qualidade das informações recolhidas. Por um lado, colocar o tópico da conversa na vertente profissional, significa aplicar uma metodologia de recolha mais segura do ponto de vista dos elos de confiança estabelecidos. Iniciar uma conversa pela vida pessoal do operário, poderia ser considerado, caso ainda não existisse um nível de familiaridade mútua, uma intromissão

¹¹ Em termos práticos, o projeto de investigação ainda decorre, desta vez de modo independente das estruturas iniciais de apoio, apenas a expensas do investigador.

na sua vida privada. Assim, caso a conversa se proporcionasse favoravelmente, seria o informante, de forma progressiva, a marcar o ritmo da intervenção. De qualquer forma, como foi verificado após vários depoimentos, ambas as dimensões – pessoal e profissional - se entrecruzam sucessivamente, até que, a certa altura deixa de haver quaisquer distinções ou fronteiras.

Viver era trabalhar e era necessário trabalhar para [sobre]viver.

A opção pela formulação de questões de partida com uma ampla margem de manobra, encontra-se intimamente ligada aos tipos de suporte audiovisual selecionados para a investigação. Todos os registos encontram-se em suporte áudio e, em casos muito pontuais, em suporte áudio e vídeo. Para identificação do informante foi seleccionado o registo fotográfico. Face ao trabalho que se me apresentava vasto e difícil, o recurso ao gravador apresentou-se como o meio ideal de recolher o maior número possível de informações, sem colocar o informante numa posição desconfortável – a temática do volfrâmio e o percurso histórico das Minas da Borralha conservam em si acontecimentos e conflitos de vária índole que urgia recolher. Foi desde o início visível a relutância, por parte de um número significativo dos informantes, em autorizar o registo vídeo, uma vez que a conversa iria abordar elementos sensíveis da vida da comunidade, e recorreria com frequência a nomes de indivíduos associados muitas vezes ao contrabando e ao furto de volfrâmio, a que acrescem referências a problemas sociais e familiares ainda hoje particularmente sensíveis.

Colocado perante esta situação social e pessoal delicada, e como os objetivos iniciais do trabalho eram prioritários, foi decidido que para manter uma sólida base de confiança mútua, a opção do vídeo apenas se colocaria em situações favoráveis e previamente acordadas. Com o decorrer do trabalho tal decisão revelou-se acertada. Inicialmente foram interpelados alguns informantes com recurso a vídeo e o resultado observado foi uma abordagem superficial dos temas, um retraimento do informante. Foi com base nestas experiências que o recurso ao vídeo passou para segundo plano e o registo áudio passou a ser o predominante.

d) A situação de entrevista.

No sentido de criar uma memória processual das recolhas orais, tive a sensibilidade de, à semelhança do carácter livre da conversa, deixar ao critério do informante a sugestão/escolha do próprio local e horário onde se realizaria a conversa. Não raras vezes, o próprio local onde decorrem as conversas é fruto da casualidade. Nas notas retiradas pelo investigador - ainda no

terreno, e posteriormente colocadas imediatamente antes do exercício da transcrição para formato de papel - encontra-se a *situação de entrevista*. Este campo, cujo desenvolvimento cabe em exclusivo ao investigador, permite, de um modo flexível mas sistemático, colocar algumas observações e apontamentos pertinentes capazes de, numa análise à distância, recuperarem os contextos das recolhas orais. Quer a sua organização, quer os seus conteúdos não correspondem a nenhum modelo pré-definido, apenas aos elementos considerados pertinentes na altura da conversa e que, de alguma forma, interferem com a informação transcrita. Neste caso, a situação de entrevista reúne informações que vão desde o local onde decorre o contacto, a descrição do ambiente em redor da entrevista ou o modo como se chegou até ao informante. Trata-se sobretudo de uma espécie de bloco de apontamentos, onde são registadas observações que, sobretudo no decorrer do processo de transcrição, são novamente lidas.

Os registos emanados da *situação de entrevista*, para além de funcionarem como referencial de informação acerca do contexto da recolha, permitem identificar os agentes envolvidos. As pistas de investigação dadas pelo informante, são, também elas descritas neste campo. Para o investigador, a súmula condensada apresenta-se como um inestimável contributo para o estabelecimento de novos passos da investigação e para a sinalização objetiva, não só de potenciais informantes, como também de lacunas temáticas da investigação em curso.

e) Metodologia da transcrição.

Segundo Jean Poirier, a transcrição de qualquer depoimento deverá acontecer o mais rápido possível após o encontro com o informante (Poirier, 1995). Desta forma, os pormenores da conversa e do próprio contexto em que decorreu estarão mais presentes na capacidade analítica do investigador, contribuindo para uma preparação mais eficaz do contacto seguinte. Procedeu-se, numa primeira fase, a uma transcrição integral e não comentada das conversas, seguida de uma leitura analítica. De seguida, foi realizada uma nova transcrição, desta vez anotada, em que informações adicionais são colocadas sob a forma de parêntesis retos. As variantes de informação acrescentadas prendem-se com a contextualização histórica do tema abordado (exemplo 1), com dados que remetem para depoimentos anteriores ou, em alternativa, protagonizados por diferentes informantes (exemplo 2), com lacunas de discurso, colmatadas com dados adicionais (exemplo 3) ou pormenores e impressões que escapam à gravação em registo áudio (exemplo 4):

Exemplo 1.

...e já dizia o francês, o Daniérre [Maurice Daniérre, engenheiro coordenador da construção e montagem da fundição nos anos 50' e genro do inventor dos fornos trifásicos Miguét] que aquilo dava dinheiro...

Exemplo 2.

...havia de zero a dez para os trabalhadores [subentende-se por este exemplo que o Sr. Antunes estará a referir-se às “partes” da *sédage*. Acerca deste tema ver depoimento nº 6 de Adelino Araújo e glossário de termos] e depois já não havia ordem de dar mais.

Exemplo 3.

...eles me fizeram a traulhice [segundo o informante, a Companhia retirou-lhe 3 anos de serviço], ele veio...

Exemplo 4.

...cai tudo, porque se não for, por exemplo uma caldeira [faz na mesa um desenho imaginário da disposição dos tiros] é tudo por baixo e se for a frente larga...

Quer durante o processo da transcrição integral, quer durante a transcrição anotada, foram sentidas algumas dificuldades de interpretação de termos e expressões em uso pelos informantes. Nesta fase, tornou-se evidente para o investigador que teria, inevitavelmente, de criar um glossário com os termos e expressões cuja interpretação do significado fosse mais difícil. Se por um lado, as formas gramaticais em uso não eram, na maioria das vezes, as mais corretas do ponto de vista linguístico, por outro, a adulteração dessas mesmas formas por parte dos informantes, para uma linguagem oral – consequentemente mais facilmente interpretada por parte da comunidade mineira - traduziu-se em dificuldades acrescidas para o investigador. Optou-se então, no processo de transcrição anotada, pelo registo *ipsis verbis* dos conteúdos. Estes surgem, todavia, destacados a negrito no texto da transcrição e, ocasionalmente, com informação complementar em parêntesis retos.

Exemplo 1.

A saída se for, por exemplo, bem feita, os **osteais** [paredes laterais das galerias] bem feitos...

Exemplo 2.

... queriam alagar o desmonte pra isto... ficar... o **fogo de bancada**, por exemplo nós...

Nos capítulos subsequentes, verificar-se-á como este processo de sinalização de termos e expressões foi de extrema utilidade para o desenvolvimento de um glossário de gíria mineira, onde cada expressão e cada termo foi objeto de uma metodologia de tratamento própria, conduzindo o conceito de *pesquisa de terreno* até novos patamares de aplicabilidade em museologia.

Consolidados os processos de recolha, os depoimentos encontram-se preparados para se constituírem objetos em categorização temática, com vista a uma apresentação modelar no âmbito de um projeto museológico.

Capítulo II

Da *Fárria* ao Declínio: pelos trilhos da memória (1940-1986).

1.1. História Oral e Literatura.

A possibilidade de re-fazer o percurso histórico das Minas da Borralha tendo por base os testemunhos orais, revelou-se no decorrer do processo de reflexão imposto aquando da fase da transcrição anotada das entrevistas. A análise qualitativa da informação disponível, não só permitia a abrangência de uma janela temporal suficientemente alargada para o efeito, como também impelia a uma abolição de fronteiras entre os tradicionais modos de analisar e interpretar dados históricos no contexto mineiro – concretamente tendo como base a documentação escrita.

O que neste capítulo se pretende explorar, consiste precisamente na utilização das narrativas dos informantes, procurando evidenciar a sua natureza de documentos *vivos*, ou se quisermos, de testemunhos complementares à informação escrita.

O recurso à prática da história oral, para o estudo e caracterização das relações interpessoais de uma comunidade face a um contexto específico, não é novo, especialmente no contexto anglo-saxónico¹². Em Portugal, a utilização da história oral como metodologia de estudo tem ganho algum destaque, precisamente no campo do Património Industrial e na sua aplicabilidade ao universo museológico¹³.

No caso concreto da dissertação em curso, a aproximação a este modelo conceptual, permitirá uma democratização do discurso interpretativo, evitando a subvalorização do documento escrito que acaba, na maioria das situações, por remeter para segundo plano o campo da

¹² “Embora a História Oral tenha constituído o primeiro método historiográfico, a disciplina no Reino Unido, foi olhada com suspeição, essencialmente por tratar com fontes não-escritas. Historiadores locais e etnógrafos estiveram na vanguarda do seu renascimento, juntamente com a universidade, a partir da década de 1950. As novas história da década de 1960 (social, laboral, das mulheres), trouxeram não só uma aproximação mais amena à história oral, mas também uma abordagem metodológica menos preocupada com as fontes tradicionais, mais assente nos testemunhos orais, permitindo deste modo dar voz áqueles a quem o discurso histórico havia votado ao silêncio” in http://www.history.ac.uk/makinghistory/themes/oral_history.html [acedido a 19 Abril de 2012]. Trad. livre do autor.

¹³ No domínio da história oral, destaque-se, por exemplo, o papel desempenhado pelo Museu da Industria Têxtil de Vila Nova de Famalicão e o Museu da Chapelaria de S. João da Madeira. Este último, incorpora mesmo na sua missão a preservação dos “[...] testemunhos directos daqueles que participaram no processo de fabrico, comercialização e uso dos chapéus.” in www.cm-sjm.pt/1924 [acedido a 23 de Abril de 2012]. Também o Museu da Luz tem vindo a recorrer a este domínio, promovendo o projeto “Dar voz aos Objetos”. in www.museudaluz.org/index.htm?no=671000100161. [acedido a 21 de Abril de 2012].

oralidade¹⁴. Por outro lado, ao trazer ao de cima as narrativas dos informantes, inserindo-as necessariamente num modelo de investigação historiográfico, concretiza o esforço do atual projeto em criar um modelo interpretativo e comunicacional que, a ser concretizado no terreno, se inter-relaciona dinamicamente com a própria comunidade.

A impossibilidade do ressurgimento da atividade mineira e, conseqüentemente, das dinâmicas sociais associadas, faz com que o mais importante na adoção deste modelo resida na salvaguarda do PCI. No caso concreto das Minas da Borralha, o maior contributo que a museologia poderá oferecer para a preservação e salvaguarda do PCI reside precisamente na utilização da história oral como artefacto legitimador de *outras* visões da história¹⁵. Quando a chama das vozes de quem viveu as verdadeiras experiências da mina se extinguir, esta será, porventura, a única forma de transmitir às gerações vindouras a mensagem dos únicos elementos que perpassaram todo o percurso das minas – o volfrâmio e os homens.

Explorando a *riqueza caleidoscópica* das práticas de investigação em história oral, neste capítulo serão utilizados acessoriamente elementos de natureza literária (Araújo, 2002). A pesquisa etnográfica mantida a par da recolha de testemunhos orais revelou um importante núcleo de trabalhos literários, cuja ligação conceptual com a história social e laboral do universo mineiro constitui um importante elemento a ter em conta. Obras como *Volfrâmio* (1961) de Aquilino Ribeiro, *Mineiros* (1944) e *O aço mudou de tempera* (1945) de Manuel do Nascimento, *Minas de San Francisco* (1954) de Fernando Namora, *Volfrâmio. O “Barão da Picareta” juntou-se ao “Marquês da Pá”* (1941) de Freitas Soares ou *A Fárria* (2009) de Bento da Cruz, constituem elos de ligação com o *real*, impossíveis de dissociar de uma investigação deste âmbito. Não só o arco temporal em que foram escritas, constitui por si só, um valioso elemento a ter em linha de conta para o projeto, como, segundo Maria de Fátima Marinho (S/D, p. 2) “*Toda a ficção pressupõe um documento escondido, subjacente, como toda a História tem sempre o seu quinhão de ficção, de construção, de invenção. Aceitando este princípio estético, não será difícil conciliar as duas realidades, mesmo se com propósitos ou procedimentos diferentes*”. Esta *manipulação* de que fala Maria de Fátima Marinho poderá

¹⁴ “As entrevistas de história oral são tomadas como fontes para a compreensão do passado, ao lado de documentos escritos, imagens e outros tipos de registro. [...] Isso torna o estudo da história mais concreto e próximo, facilitando a apreensão do passado pelas gerações futuras e a compreensão das experiências vividas por outros.” In www.cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral [acedido a 19 Abril de 2012];

¹⁵ “Na museologia contemporânea [...] memórias individuais e reminiscências de todos os tipos, são hoje reconhecidas como parte integrante do Património Cultural Imaterial, em que as narrativas de experiências pessoais são parte das memórias partilhadas que constituem a identidade de uma comunidade, seja do ponto de vista social, étnico ou mesmo de género. in Solanilla, Laura, 2008. “The internet as a tool for communicating life stories: a new challenge for “Memory Institutions”. in *International Journal of Intangible Heritage*. Vol. 3. p. 145.

ser transportada para os discursos dos informantes. Cada informante apresenta, na maioria das vezes, uma visão muito própria da sua *realidade*, construída tendo em conta as suas experiências, sejam elas individuais ou coletivas. Ao mesmo tempo, as obras literárias referidas são também herdeiras de concepções ideológicas e visões filosóficas díspares. Se por um lado as obras de Manuel do Nascimento pertencem claramente ao universo da estética neo-realista, a obra de Aquilino Ribeiro insere-se no campo do *realismo fantástico* (Nunes, 2010, p. 521).

Quer os depoimentos recolhidos através da pesquisa de terreno, quer a literatura temática selecionada, têm para esta investigação o valor de documento – seja ele em forma de escrita, ilustrativo ou fotográfico - cujo contributo para obtermos interpretações e dados que conduzam a um maior conhecimento do objeto de estudo é real e concreta. Os elementos de contacto entre a literatura romanceada dos fenómenos do volfrâmio e a *deteção do real* foram vincados através do que Maria de Fátima Marinho apelida de *paradigma dos romances do volfrâmio* (Marinho, S/D, p. 6). A autora apresenta seis *coordenadas* comuns à literatura romanceada do volfrâmio – utopia, mudança de valores, desestruturação da família, paradigmas familiares e sociais, más condições de trabalho e corrupção. A intenção deste capítulo é precisamente provar que através da aplicação de um modelo de pesquisa assente na constante procura de interligações entre diversos métodos historiográficos e fontes documentais – neste caso a história oral e a literatura – é possível estabelecer pontos de apoio. Concomitantemente, verificar-se-á que grande parte dos excertos de depoimentos utilizados destacam, na sua essência, as mesmas coordenadas apontadas à literatura romanceada dos fenómenos do volfrâmio.

1.2. Categorias narrativas.

Devido ao enorme fluxo de informação recolhida, foi necessário recorrer a uma organização temática dos assuntos abordados pelos informantes. Não sendo uma compartimentação necessariamente estanque, o recurso às categorias narrativas permitiu, numa fase de análise aprofundada das conversas, selecionar os depoimentos que melhor ilustram os vários momentos da história das Minas da Borralha. Por outro lado, a definição de categorias narrativas reveste-se de um aspeto prático. Tratando-se de uma proposta museológica, é necessário proceder a uma organização da informação disponível, desligando-a progressivamente da *intimidade* conquistada com o investigador enquanto promotor da mesma. A assunção do estatuto das narrativas como documentos permitirá uma aproximação

às vozes dos atores principais, abrindo espaço para que o próprio público (neste caso, leitor) possa construir as suas próprias representações, mediante aquilo que lhe é fornecido.

Na execução do presente capítulo, os depoimentos relativos a cada categoria não serão apresentados hierarquicamente, ou seja, não existe nenhum tipo de subordinação entre excertos de depoimentos. Existe sim uma relação de continuidade histórica, ou, no limite, um paralelo temporal. Desta forma, não só é enfatizado o valor intrínseco do depoimento como documento histórico, como é reconhecida a igualdade de tratamento aos rostos por detrás da narrativa exposta.

Por conseguinte, foram criadas quatro categorias, abarcando diversas temáticas relativas aos contextos geográfico, sócio-cultural e laboral.

- a) **Território:** remete para a temática das transformações operadas pela presença de uma exploração mineira no território. Foca essencialmente as mutações impostas às aldeias circundantes das Minas da Borralha, nomeadamente nas alterações de padrões de vivência comunal espelhadas nas relações com os *de fora*, fruto da presença do volfrâmio como objeto desestabilizador de uma harmonia construída.
- b) **Contrabando:** aborda os episódios mais marcantes da comunidade, motivados pela prática do contrabando, essencialmente entre as décadas de 1940 e 1960. A recorrência de incidentes tendo por base a prática do furto e venda de volfrâmio, aliado à presença de fenómenos de corrupção transversais às dimensões interna e externa da mina, aproxima esta categoria da coordenada literária referida. A utilização desta categoria de narrativas procura distinguir acerca dos papéis desempenhados pelo contrabandista do volfrâmio e pelo *volframista*.
- c) **Apanhistas:** à semelhança do contrabando, trata-se de uma prática comum na fase de *crescimento especulativo* do volfrâmio, abarcando a década de 1940 e, de modo residual, a década de 1950 (Nunes, 2010, p.16). Como iremos ter oportunidade de constatar, a política da empresa relativamente aos apanhistas, faz com que as práticas associadas se confundam, em variadíssimas ocasiões, com a prática do contrabando. Contudo, a organização laboral e a composição social dos apanhistas são

diametralmente opostas à estrutura organizacional (ou falta dela) protagonizada pelos *volframistas*.

- d) **Contextos de trabalho:** explora o universo mineiro no domínio das transformações tecnológicas associadas aos processos de extração, transporte, e tratamento do volfrâmio e a sua relação com a evolução das condições de trabalho dos operários, nomeadamente ao nível da higiene e segurança. O trinómio mina/homem/máquina e a intrincada rede de relações de causa/efeito na presença de doenças profissionais, acidentes de trabalho, relações profissionais e universo familiar, constitui o núcleo central em redor do qual os excertos dos depoimentos são usados.

Na abordagem à história oral da comunidade das Minas da Borralha, quer os excertos de depoimentos, quer as citações literárias, encontram-se distribuídos pelas categorias narrativas. Mediante uma apresentação cronológica, iniciada a partir da década de 1940 e que termina em 1986, as categorias estão subjacentes à organização dos depoimentos, sem, no entanto, surgirem referenciadas diretamente. Caberá, portanto, ao leitor ter presente estas categorias, estabelecendo relações entre elas e os episódios narrados.

2. Década de 1940: a *Fárria*.

“A *volframite* anuncia a guerra quando aumenta a sua produção”, in Boletim de Minas, 1939, p. 25.

As cotações de volfrâmio são o arauto da Guerra:

“*Aquilo dava muito dinheiro. Uma mão cheia eram 1000\$00. Já naquele tempo. Em 39’ eram 70\$00, depois foi indo, foi indo. Quando chegou a 40’ eram 1000.*”

Fernando Silva, 2009

Do início da década de 1940 até ao encerramento compulsivo da atividade mineira nacional motivado pelo Decreto-Lei nº 33: 707 de 12 de Junho de 1944¹⁶, as Minas da Borralha conheceram provavelmente o período de maior efervescência de toda a sua história¹⁷:

¹⁶ O Decreto-Lei nº 33 de 12 de Junho de 1944, suspendeu toda a atividade relacionada com o comércio e exploração de volfrâmio, o que se traduziu no encerramento compulsivo de todas as explorações mineiras, por um período indeterminado.

“Vieram ricos e pobres, lavradores e jornaleiros, falidos e comerciantes, prostitutas e feirantes, tasqueiros e prestidigitadores, cauteleiros e retratistas, pedintes e aleijados, criminosos e contrabandistas, emigrantes e criadas de servir, todo um mundo heterogéneo que se promiscuiu e amalgamou em barracos, palheiros, cortes de gado, casas abandonadas, casebres, atulhando as aldeias vizinhas.”

in Pereira, 1984, p. 42.

A ilustração que José Jorge Álvares Pereira faz da década de 1940, não andarรก certamente longe da realidade. Era o tempo da *Fárria* ou *Fárria Grande* e dos *Farristas*. O *farrista* designa inicialmente aquele que, sem obter licença de apanhista ou mesmo constituir a força de trabalho assalariada da Companhia, se dedicava à apanha, roubo, venda ilegal e contrabando de volfrâmio. A *Fárria* e o *Farrista* têm também como base comportamental um conjunto de práticas, ritmos de vida e modos de estar associados a práticas de manifestações de opulência, riqueza fácil, extravagâncias de toda a ordem e esbanjamento inconsciente de bens e dinheiro, próprios de um período de enriquecimento fácil mercê do valor astronómico que o volfrâmio logrou atingir (Pereira, 1984). O *Farrista* é um fenómeno característico dos anos de 1940 e 1950, época em que a Borralha foi o centro de uma considerável moldura humana oriunda das mais diversas paragens com especial destaque para a região do Minho. O termo acaba por permanecer até ao encerramento da mina, perdendo gradualmente o seu significado inicial e passando a designar todo(a) aquele(a) que retira minério tanto do interior como do exterior de forma ilegal, adquirindo por vezes um sentido pejorativo; O termo, no seu sentido mais lato, encontra significados parcelares no *pilha* das minas de volfrâmio da região de Arouca (Vilar, 1998).

Fruto do contexto económico de exceção no subsector do volfrâmio, motivado pelo aumento exponencial do seu preço nos mercados internacionais, as Minas da Borralha transformaram-se, num curto espaço de tempo, num autêntico íman, atraindo gente de todas as regiões do norte do país. Retratos sociais como os referidos por Bento da Cruz na sua obra *A Fárria* (2009) multiplicaram-se quase diariamente num território que, até então, se encontrava relativamente incógnito e isolado do restante país.

“Um grupo de homens, talvez uns vinte, de aspecto miserável e faminto, sentados no chão à maneira dos budistas e de olhos fitos numa porta. Às tantas saiu de lá o Amadeu Campos,

¹⁷ *“Essencialmente motivada por critérios de matriz diplomática e ideológica, a opção de suspender a lavra e as transacções de volfrâmio, assumida no dia 5 de Junho de 1944, teve implicações económicas e sociais que se prolongaram até Janeiro de 1947”*, in Nunes, 2010, pp. 486-487.

que eu já conhecia de vista e de nome e os homens puseram-se imediatamente de pé e em sentido. O Amadeu quedou, por uns instantes, a olhar para eles como quem examina gado numa feira. Depois escolheu três a dedo e disse “Vinde comigo”. Os restantes retiraram cabisbaixos, abatidos, derrotados. Alguns limpavam lágrimas às costas da mão.

- *Esse Amadeu?*

- *Capataz.*

- *E os homens?*

- *Minhotos em busca de trabalho. Segundo mais tarde observei, todos os dias chegavam grupos deles [...].”*

in Cruz, 2009, p. 38

Movidos pela imagem de um *el dorado*, os forasteiros depositavam na mina uma certeza de um trabalho árduo mas recompensador. Movidos pela esperança de uma vida alternativa às agruras da agricultura, milhares de homens e mulheres, muitas vezes ignorando os riscos inerentes ao trabalho mineiro, abandonavam as suas casas e as suas famílias para procurarem sustento nas terras onde abundava o *ouro negro*.

“Aquilo era prejudicial à saúde, mas andava lá gente na mesma. Havia muita gente e depois muita crise de trabalho e por exemplo um que tivesse a arte de pedreiro, carpinteiro, de trolha, ia-se virando, mesmo no exterior da Borralha, e quem quisesse ganhar tinha que fazer aquilo que mandasse, ir prá frente, encher escombros, puxar vagonas, ajudar entivadores, subir pelos desmontes arriba, limpar valetas [...].”

António Ramiro, 2010

Também Manuel do Nascimento, na sua obra *O aço mudou de têmpera* (1945), retrata o abandono dos campos e a procura selvagem do minério, numa atitude quase insaciável de um misto de revolta frenética com desejo visceral.

“Os campos estavam tristes e o milho não era daquela cor verde negra que dizia força, que dizia saúde. Quase não crescia, quase rastejava pelo chão, descorado e débil. [...]. Só os homens mais velhos que não tiveram forças para trabalhar nas pesquisas mineiras, ficaram. Mal podiam com os braços fracos e cansados.”

in Nascimento, 1945, p. 220

“O minério rendia mais do que a labuta do campo. Por todos os lados, se viam buracos enormes e montes de terra. As picaretas e as pás, nas mãos dos homens, revolviam campos que foram outrora semeados de milho e os carros, carregados com grades de garrafas de cerveja e outras bebidas, passavam à ponte quase todos os dias, entravam na aldeia e saíam depois levando as garrafas vazias.”

in Nascimento, 1945, p. 230

A necessidade fazia com que toda essa massa humana se sujeitasse a todo o tipo de trabalho. Bento da Cruz refere o fenómeno dos marteleiros, cujo trabalho, apesar de constituir um dos mais prejudiciais para a saúde, era disputado acerrimamente pelos homens:

“ Por vinte escudos diários [...] rapazes novos, fortes, saudáveis, agarravam-se aos martelos pneumáticos [...] e iam perfurar rochas a seco em recintos fechados, sem qualquer ventilação. Decorridos três ou quatro meses, andavam a cair aos pedaços, arquejantes, agarrados às paredes [...]. Todos queriam ir para marteleiros. E, se não eram admitidos, choravam... [...].”

in Cruz, 2009, p 53

Jogos de influência a que por vezes não eram estranhas práticas de corrupção, ditavam a sorte da turba que desaguava diariamente nas minas.

“O trabalho dentro da mina era muito árduo, mas cá fora também se ganhava menos e cá fora também não havia lugar para todos e era preciso padrinhos e eu não os tinha. Pra cá pra fora era preciso um homem descer o chapeuzinho a este fulaninho e aquele pra vir cá fora e eu não os tinha e fui lá pra dentro se queria ganhar dinheiro.”

António Ramiro, 2010

Outro informante corrobora o discurso, acrescentando que:

“[...] só aqueles com grandes pedidos, por exemplo como esses caseiros do Minho, que eram caseiros de senhores capitães e generais e coiso, depois vinham aqui os entendidos que eram os chefes de serviço, como tinha sido pedido em nome de senhor fulano de tal...”

Aníbal Soares, 2010

Paralelamente a *Fárria* trouxe consigo profundas alterações na estabilidade social. A Companhia, sem ter possibilidades quer de assimilar, quer de acolher as vagas sucessivas de indivíduos que diariamente chegavam às minas, fez com que o território circundante se

transformasse num gigantesco acampamento¹⁸. Aldeias como Paredes, Caniçó e Linharelhos, viram o seu espaço sofrer profundas alterações ao nível da distribuição e constituição do espaço físico. No caso de Caniçó, a Sra. Carla Fontes recorda:

“Nos tempos da Fárria Grande, tinha eu prá aí 7 anos, andava assombradinha, parecia o Farwest! [...] De noite, até de noite! Havia aqui muita gente. Ouvia-se cantar, concertinadas, eles coitadinhos vinham lá das serras, de Fafe, Cabeceiras, Braga, eram centenas e centenas de pessoas. Mal chegassem cá, alguns iam dormir para os palheiros, outros havia quem os deixasse dormir. A maior parte andava na rua toda a noite. Aqui cantavam e dançavam, concertinadas, depois tiros para o ar e a gritar. [...] Era assim, as cortes de gado eram cafés, eram tabernas, porque estava tudo diferente.”

Carla Fontes, 2009



Foto 1: Aldeia de Caniçó – edifício ocupado por taberna clandestina (década de 1940).

Também na aldeia de Paredes, hoje com apenas seis habitantes, o cenário era semelhante. As rotinas, sustentadas pela prática da agro-pecuária, foram subitamente alteradas pela chegada dos forasteiros:

“Era um mundo, as pessoas tinham que comer e beber [...] o meu avô era uma pessoa de bem, eram uns no forno, uns no barraco, a gente do Minho tudo por aí dormia [...] [os de fora] por um lado davam lucro, por outro davam prejuízo, estragavam tudo. Os

¹⁸ Até à década de 1940, a Borralha mais não era do que um aglomerado de pequenas construções, muitas delas provisórias, em madeira. Os núcleos habitacionais construídos pela empresa Mines de Borralha, SA, eram apenas dois e formados por pequenos edifícios. Como forma de responder às exigências motivadas pela febre do volfrâmio, em 1941, a empresa acrescenta ao Bairro do Lameiro, 2 grupos de casas, cada grupo com 6 alojamentos, com duas divisões cada. Novos bairros são construídos de raiz como o da G.N.R., destinado a casais com o máximo de um filho. Em 1942, é projetado o Bairro Novo, atual núcleo populacional da aldeia das Minas da Borralha, apenas inaugurado em 1947. in Delegação Regional do Norte do Ministério da Economia. Arquivo da Circunscrição Mineira do Norte, pasta do Couto Mineiro nº 11 (Borralha).

lavradores...depois passavam aí a direito pelo milho [...] passavam a eito pelo centeio ou pelo milho a fugir à guarda, só davam prejuízo.”

Luís Carvalho, 2010

Por outro lado, associado à *Fárria*, a Companhia vê-se na contingência de reforçar os recursos humanos ao seu dispor. A par dos trabalhadores contratados diretamente para executar as tarefas inerentes aos trabalhos de extração, transporte e transformação do volfrâmio, as Minas da Borralha, tal como grande parte das suas congéneres de volfrâmio, implementam uma modalidade de trabalho que se irá tornar característica da década de 1940 e que se irá prolongar inclusive até meados da década de 1960: os apanhistas¹⁹. Contratados inicialmente com o intuito de rentabilizar ao máximo a produção, os apanhistas, no caso específico das Minas da Borralha, eram recrutados para recolher minério nas áreas à superfície já exploradas anteriormente e que, pela dispersão e reduzida quantidade de minério disponível, não justificariam o investimento tecnológico e humano na sua exploração contínua. Graças a esta modalidade de trabalho, grande parte dos excluídos do trabalho assalariado na empresa, empreendem por sua conta e risco a prospeção de minério.

O que inicialmente se havia revelado uma forma eficaz de rentabilizar a exploração e recolha de minério, cedo desencadeou o fenómeno do contrabando em larga escala. Ao conceder, ainda que com restrições, a iniciativa de prospeção aos *apanhistas*, a Companhia viu-se a braços com o crescimento vertiginoso do comércio paralelo de volfrâmio. Não dispondo de meios eficazes de controlo sobre os apanhistas, apesar de em determinados períodos a empresa suspender ou restringir severamente a admissão de novos elementos, estes viam-se na condição de *trabalhadores livres*, dependentes da sua iniciativa para criar mecanismos alternativos de venda do volfrâmio. Acresce a este aspeto o facto dos preços de compra por parte da empresa serem substancialmente inferiores aos praticados pelo mercado paralelo.

¹⁹ Termo que, de uma forma geral, designa o trabalhador ou sociedade semi-independente que trabalha na apanha do minério no exterior da mina. O apanhista, embora não pertencendo formalmente ao universo dos trabalhadores da Companhia, tem uma relação contratual para com ela, formalizada por uma licença de apanhista fornecida pela própria empresa. O apanhista obrigava-se a cumprir um horário fixo (8h às 17h, segundo informantes), restringir a sua actividade à área demarcada pela Companhia para a apanha do minério e a depositar, ao final do dia de trabalho ou outro prazo estabelecido, o produto da recolha nas instalações da empresa, sendo o minério comprado a preço fixado pela concessionária. A utilização de apanhistas para aumentar a exploração de volfrâmio acabou por ter um efeito contrário ao previsto. Os preços de compra praticados pelo chamado mercado livre de volfrâmio, eram substancialmente mais elevados do que os valores propostos pela empresa proprietária das Minas da Borralha, o que motivava a venda da maior fatia do produto da apanha aos inúmeros compradores e negociantes que rondavam a concessão em busca da matéria-prima. À empresa, os apanhistas destinavam a percentagem meramente estipulada pela Companhia e o minério mais pobre.

“Agora cá fora, comecei de rapaz a apanhar minério. A Companhia passava as licenças pra se trabalhar cá fora e levar o minério lá abaixo...andei quase sempre desde a idade dos 11 anos pra cima. Passavam-nos uma licença e nós trabalhávamos por nossa conta, ao minério, depois íamos levar o minério lá abaixo e eles pagavam-nos, naquele tempo era a 6\$00 [o kilo], mais tarde passou a 7\$00 e mais tarde quando ele deu... mas nós aí... pagavam-nos a 80\$00, mas cá fora pagavam-nos a 300 e tal [...]”.

Abílio Moura, 2010



Foto 2: Atual estado do edifício dos escritórios (construído em 1941).

A apanha e o comércio ilegal de volfrâmio atingiram níveis jamais vistos na Borralha. Os esquemas de contrabando mais comuns seguiam uma organização piramidal: um *testa de ferro* regista uma sociedade de *apanhistas* em seu nome. Por sua vez este *testa de ferro* trabalha para um negociante de volfrâmio de média dimensão – um intermediário com bons contactos - que por sua vez escoo o produto desviado para separadoras em Braga ou nos arredores da cidade do Porto, de onde seguia por via marítima ou por caminho-de-ferro para o estrangeiro. O transporte é feito a coberto de guias de transporte falsas, oriundas de pequenas concessões mineiras, muitas delas sem exploração efetiva.

As transcrições que veremos de seguida, realizadas a partir de várias conversas com dois antigos negociantes de volfrâmio, são reveladoras dos esquemas utilizados em redor do contrabando de volfrâmio e dos perigos inerentes à atividade do contrabando, com alguma comédia à mistura.

“[os apanhistas] Trabalhavam como a empresa, trabalhavam só de dia das 8 às 5, aí tocava o corno, os apanhistas paravam e o que é que se levava lá em baixo ao forno...tinha lá um

casão que lhe chamavam o forno e cada um tinha lá o seu depósito pra pôr o minério, levava-se lá as pintarolas [pedras com pouco volfrâmio, também conhecidas por pintas], porque o minério vendia-se pra fora que dava mais resultado.”

Abílio Moura, 2010

“Porque é que havia os compradores por fora? Porque afinal havia uma separadora em Mangualde, havia uma em Ermesinde, havia uma em Corim no Porto que não eram da empresa, mas eram separadoras que estavam ligadas à Circunscrição Mineira do Norte [...]. Por exemplo esse indivíduo para quem eu vendia, o Brito de Cavez, era o dono das minas de Carvalhelhos, ele fazia aquilo fictício, trazia lá os homens que por lá tiravam algum, mas aquilo era mais fictício e ele, só porque era dono das minas de Carvalhelhos, estava autorizado na Circunscrição Mineira do Norte a ter essa separadora em Corim. Era para onde nós levávamos o minério.”

Luís Carvalho, 2009

“Ao pé de Espindo, do lado de cima de Zebral, tinha lá umas minas e casas e tudo [...]. Aquilo foi pra arranjar guias pra passar o minério daqui da Borralha pra fora, os intermediários andaram ao pé do casão de floresta [...] mas eles com aquelas guias daquela exploração compravam aqui o minério aos compradores e nem que fossem apanhados, tinham as guias de transporte [...]. Havia aqui um que era o maior, era o Firmino de Cabeceiras [de Basto] [...] era o maior comprador do Porto pra cima. Tinha não sei quantas toneladas de minério pra levar prá separadoras pró Porto e apanharam-no. Estes aqui todos compravam para ele, ia tudo ter lá, ele é que arranjava e depois levava.”

Manuel Lopes, 2010

“Era de noite, carregávamo-lo às costas. Enquanto não havia aqui a estrada, carregava para Sta. Leucádia e acolá [terrenos baldios de Caniçó] e depois vinham os carros e a gente, desde que lá chegava arranjava uma guia, tinha quem me arranjasse uma guia, desde que estivesse em cima do carro, ia com uma guia de uma mina de Bragança. Aqui a gente às vezes, nunca me roubaram nenhum, safei-me sempre bem, mas uma vez quando era de noite, ali quem vai para Zebral, os guardas e ó coiso, foi tudo de noite, a dar tiros... eles iam com o minério, os outros saíram, andaram aos tiros uns aos outros e só apanharam duas sacas, os outros safaram-se com elas, chegaram a vir uns de um lado e outros do outro a dar tiros e a vir buscar cartuchos a casa e tornar pra lá.”

Manuel Lopes, 2010

“Tinha aqui umas 30 sacas, carreguei-as, era uma carrada do caraças, carreguei as sacas e tinha que levar duas sacas de milho prá Micaela da Bessada e eu carreguei as sacas, pus as duas sacas de milho por cima e ali à esquina do muro estava lá o meu compadre Manuel a roçar [cortar mato] ao lado... o carro a chiar e ele “ó compadre! O que levas aí?” e eu “Ó pá levo aqui uma carrada de milho pra Micaela da Bessada! E ele responde “Porra, olha que o milho é pesado!”

Luís Carvalho, 2010

Mas a *Fárria* não se fez apenas por *apanhistas* e contrabandistas de volfrâmio. Durante a década de 1940, novos e velhos, mulheres e homens, locais e forasteiros, arriscavam diariamente a vida, fugindo aos vigilantes da Companhia, desafiando o próprio destino, descendo pelas chaminés de acesso às galerias em busca de meia dúzia de pedras de minério. Narrativas verdadeiramente épicas ilustram este tempo dourado, onde o risco compensava a perda – nem que fosse de uns dias de liberdade – onde a inocência da infância era perdida precocemente para a vida atribulada da apanha do minério nas margens do rio Borralha.



**Foto 3: Grupo de apanhistas junto ao Rio Borralha (década de 1940?).
Imagem cedida por Carla Fontes.**

“Esses farristas desciam por uma corda, por uma chaminé abaixo e deixavam outros cá fora pra dar o sinal quando andassem lá a tirar minério. Estavam sempre um, dois ou três a trabalhar e um ao pé da chaminé de onde tinham entrado, pra ver se o outro cá de fora, a sentinela, lhes dava o sinal na corda... que estavam lá perto...um sinal qualquer...uma lata de sardinha ou qualquer coisa, quando ele batesse na lata, cuidado!”

Fernando Silva, 2009

“Atrás de nós, como se fôssemos uns ladrões ou uns bandidos, nós éramos crianças, eu tinha prá aí 11 anos e a Lurdes era ainda mais nova do que eu. Naquela maré eram 20 praças, um cabo e um sargento que havia ali no posto das Travesseiras [...] assim que tal, veio um e deu-me com a pistola nas costas e eu caí no meio do chão. À Lurdes fez na mesma, que estava à minha beira [...]. Nós éramos presas e deixávamos se fosse preciso uma semana sem ir ao minério. Nós éramos crianças. E depois lá voltávamos outra vez. Mas nós corríamos muito e eles a correr atrás de nós, ao desafio.”

Carla Fontes, 2009

A *Fárria* presenteou com volfrâmio todas as aldeias, todas as casas em redor das Minas da Borralha.

“Escondíamos em casa, em sítios escondidos, enterrado. Nós tínhamos um alçapão no meio da cozinha e metíamos aí, depois púnhamos por exemplo o balcão em cima, uma caixa velha assapada pra baixo [...]. Outras vezes, quem tinha forno e masseira, enchiam a masseirinha do minério e punham farinha por cima, a farinha era só para os porcos, mas eles depois descobriram isso e iam lá com aquilo que prendiam aqui na cinta [cassetete] e espetavam e iam lá buscá-lo.”

Carla fontes, 2009

Não raras vezes, negócios à margem da lei acabam mal. Durante a década de 1940, o recurso a falsificações de volfrâmio tornaram-se prática comum entre os contrabandistas – a célebre *putreia* ou *fritadas*. Grosso modo as quantidades de minério eram previamente combinadas entre o comprador e o vendedor, tendo por base uma certa especulação relativamente à possibilidade deste último de realmente obter a quantidade de minério pré-estabelecida. Quando por vicissitudes várias (carregamento apreendido ou perdido, ou burla pura e simples) não era possível reunir o total de minério acordado, recorria-se à falsificação. Geralmente a *putreia* era colocada nos sacos por baixo do minério verdadeiro, para fazer peso e volume. Bento da Cruz na sua obra *A Fárria* aborda esta prática de modo muito singular.

“Não era minério, nem era coisa nenhuma era...uma treta qualquer, as mulheres, uma pouca de areia frita...era um tacho...eu nunca vi, mas era assim, com um bocado de petróleo, chagavam-lhe petróleo e tal, aquilo ficava a brilhar! Aquilo era tudo areia fina e depois aquilo brilhava [...] muitos ficaram desgraçados e outros...depois pegaram a descobrir, era

com duas moedas, iam ver o minério, aquilo era mais no miúdo, alguns metiam-lhe a mão e viam se ele viesse agarrado à mãos e tal, alguns já pelo cheiro...”

António Ramiro, 2010

Este universo, mutável na sucessão dos dias, construído tendo por base um fugaz mas extremamente profícuo período em que do dia para a noite a riqueza e a ostentação se encontravam acessíveis a quase todos, não passou despercebido à Companhia. Quer através da importância política e geo-estratégica das Minas da Borralha no contexto nacional do mercado do volfrâmio, quer mercê dos elevadíssimos níveis de comercialização que o mercado paralelo do contrabando continuamente apresentava, no decorrer da década de 1940, a Companhia viu-se obrigada a recorrer a *sistemas de controlo e vigilância* externos – a P.V.D.E. A presença da polícia política nas Minas da Borralha nunca foi pacífica. Em carta de 12 de Agosto de 1943, o Governador Civil de Vila Real, dirigindo-se ao Ministro do Interior da época, coloca em causa a presença da P.V.D.E no distrito:

“ [...] solicitar de Vossa Excelência as adequadas e justas providências contra os agentes da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado [...] ao mesmo tempo lamentar que a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado se encontre ao serviço no Distrito sem disso ter conhecimento o Governador Civil [...] ou será o próprio Governador Civil pessoa sem confiança política para a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado?”

in Arquivo Distrital de Vila Real

No que concerne à situação no terreno, as práticas da P.V.D.E. espelhavam a função para a qual havia sido investida naquela área: apreender todo o minério de contrabando e deter todos aqueles que se dedicavam à apanha, transporte e comércio ilegal de volfrâmio.

“Veio um de cada lado, pegaram nos cestos, pousaram em cima da parede, tiraram a toalha, aquilo ia coberto como se fosse um jantar e saiu tudo. Ameaçaram-nos levar-nos para o Porto, para a PIDE. Lá diz que batiam-lhes com martelos nas pontas dos dedos das mãos e dos pés [...]”.

Carla Fontes, 2009

Porém, nem a P.V.D.E escapou à euforia descontrolada do comércio ilegal de volfrâmio. Alianças estratégicas de ocasião entre as autoridades dentro e fora da mina – capatazes, encarregados, vigilantes e polícia política – e intermediários na venda do volfrâmio, constituíam prática comum. Todos faziam parte de um gigantesco negócio paralelo, em que

todos procuravam açambarcar o *seu* pedaço, marcando território e servindo-se das autoridades para eliminar concorrentes. Para a P.V.D.E. este esquema serviria para identificar e manter sob vigilância os principais negociantes de volfrâmio, permitindo o seu acesso às rotas de distribuição e os agentes ao seu serviço nas plataformas giratórias de onde era expedido o minério, no caso através dos portos e dos caminhos-de-ferro, enquanto que para os negociantes este entendimento proporcionava-lhes a cobertura ideal para os seus negócios, na medida em que obtinham a proteção e o beneplácito das autoridades para o seu negócio.

“ [...] *Quando veio a P.V.D.E. que foi uma polícia que aí esteve “estranbólica”, já o meu avô uma altura estava ali em baixo e estavam dois polícias da P.V.D.E. que andaram aí...era o chefe e outro da polícia [...] [o avô] trouxe-os aqui, pregou-lhes uns canecos e ele lá os conversou “Vocês assim fazem mal às pessoas, já outras autoridades se aí têm governado, vocês vivam bem com o povo que é boa gente...” e o chefe que disse pró outro “Estamos com o nosso homem” [...].*

Aprendiam o minério aos farristas, levavam-no pró posto e depois ia lá o meu pai [...] buscá-lo e vendê-lo.”

Luís Carvalho, 2009

Os anos da *Fárria* constituíram um período ímpar no percurso histórico das Minas da Borralha. Jamais nas décadas que se seguiram, as circunstâncias que propiciaram este curto, mas extremamente rico do ponto de vista da história social, se conjugaram com tal precisão como na primeira metade da década de 1940. Apesar da Companhia, após a reabertura da exploração em finais de 1946, por força da revogação do Decreto nº 33 de 12 de Junho de 1944, ter prosseguido com a política dos *apanhistas*, apesar das minas terem constituído, até aos primeiros anos da década de 1960, um importante centro empregador de mão-de-obra local e regional, os tempos haviam mudado. A década de 1940 espelhou um tempo de viragem, de adaptação a novas circunstâncias de mercado, de novas formas de produção, de diferentes abordagens à atividade extrativa. A *Fárria*, por muitos considerada a época de ouro do contrabando de volfrâmio, dos negócios milionários em que um pobre e incógnito lavrador de uma terra qualquer do Minho ou Trás-os-Montes, poderia aspirar a tornar-se milionário, foi muito mais do que isso. A *Fárria*, muito para além de manifestações públicas de riqueza e poder, constituiu, acima de tudo, um estado de espírito. Durante a primeira metade da década de 1940, o espírito de aventura misturado com uma absoluta necessidade de sobrevivência, a audácia conjugada com o sentido de justiça, transformaram as Minas da Borralha num

território em que a balança do poder pendia constantemente entre o poder prepotente da Companhia e a sagacidade dos apanhistas e farristas.

Falar do período da *Fárria* é também falar dos operários da Companhia. Muitos não tiveram a mesma sorte dos apanhistas e dos farristas. A maioria, trabalhava à superfície, nas oficinas mecânicas e elétricas, na lavaria nova ou na afinagem. No subsolo, as condições de trabalho eram tão precárias como haviam sido até então, apesar da produção ter significativamente aumentado. Até à década de 1950 os martelos pneumáticos permaneceram praticamente inalterados em relação às décadas anteriores. Nos anos de 1940 ainda se furavam as frentes *a seco*, ou seja sem a injeção de água nas brocas. A silicose constituía ainda, a par dos acidentes profissionais, a principal causa de morte dos mineiros. O transporte das vagonas do interior para o exterior era ainda um trabalho quase exclusivamente braçal, auxiliado na medida do possível por juntas de bois ou burros.

“Adiante houve uma invernia muito grande, a água entra dentro das galerias, estes buracos que estão vazados, os buracos estão abertos ao céu cá fora. As chuvas quando entram por lá dentro, havia tudo cheio de água lá dentro e tinham uns que eram os preferidos deles, dos encarregados, na jaula. Eram uns de Cabeceiras, outros de coisa... a meter vagonas prá jaula pra subir, chegou-se a maré: “A jaula está invadida, o pessoal tem água cá por cima, o pessoal não pode entrar e os que lá estão não querem lá andar”. Aí vem o falecido Manuel de Bastos, falar com o encarregado-geral, com o Joaquim Veloso “quem pode ir pra lá?”, pergunta ele. “Este e este...”. Levaram-me a mim mais outros pra lá, eu cheguei lá e disse-lhe: “os daqui são os preferidos, não podem trabalhar e eu posso?” Mas eu mesmo assim tentei e aguntei a trabalhar, enterrados em água, as vagonas a entrar pela água dentro da jaula e nós ali todos molhadinhos... chegou-se, passado um dia ou dois que a água baixou. “vai prá acolá que fulano vem pra aqui...” E era isso o regime que havia aqui na Borralha. Nesta mina aconteceu muita trifulhice...”

António Ramiro, 2010

Manuel do Nascimento, na sua obra *Mineiros* (1944), descreve um quadro não muito diferente do retratado acima.

“A todos sou capaz de contar as costelas, uma a uma. Os braços, mesmo em esforço, são varas de osso metidas em sacos de pele. Não aguentam muito tempo em movimento. O tronco é geralmente em arco. Têm o rosto amarelo e quási todos tossem.

Os novatos fazem movimentos mais rápidos e olham o capataz, muitas vezes, como que a procurar-lhe no rosto um sinal de satisfação pelo que vão produzindo. Cansam passado algum tempo: vêm a indiferença e, embora não olhem o capataz, ainda o temem.

Finalmente chegam o azedume, a vontade de refilar, de insultar. Nessa altura trabalham por trabalhar e aos insultos respondem da mesma forma. Os veteranos não param muito tempo [...]. A doença, a falta de forças e a aguardente matam-lhes a maior parte da revolta.”

in Nascimento, 1944, p. 20



Foto 4: Apanhistas nas Minas da Borralha (década de 1940).

Imagem cedida por Silvío Casais.

“A produção da mina aumenta sempre. A máquina não chega para transportar as vagonetas. Os mineiros dos serviços de transporte trabalham muito depressa porque têm uma percentagem por cada vagoneta que tiram a mais de um máximo calculado. É um máximo difícil de atingir. A ultrapassagem é mais ou menos a conclusão a que chegamos ao olhar as estrelas muito brilhantes ou as uvas da raposa: estão muito altas. [...]. Eles empurram as vagonetas na subida, num esforço que lhes endurece os músculos. Fincam os pés nas travessas da linha e empurram as vagonetas com as mãos e com o corpo estendendo-o com força até ficarem como tesos muito deitados para o chão. Alguns, sempre em grupos de dois, combinam os movimentos de forma que, quando o que faz força não pode estender mais o corpo, começa o outro da mesma maneira e a vagoneta nunca pára.”

in Nascimento, 1944, pp.161-162

O encerramento de toda a atividade mineira em 1944 fez com que a *Fárria* tivesse um fim abrupto. De um dia para o outro, sem avisos de qualquer espécie, a Companhia viu-se obrigada a despedir milhares de trabalhadores. A vida frenética da apanha do minério conhecia um fim súbito.

“Havia trabalho conforme havia guerras. O volfrâmio só podia interessar nessa altura a quem andava em guerra, quem fazia a guerra e quem mandava na guerra [...]”

Joaquim Adrião, 2009

“Quando foi de 40’ a 45’, empregados, mesmo empregados trabalhavam aí prá aí 3000 pessoas, não era brincadeira [...]. Em 45’ o minério deixou de dar dinheiro, ficou tudo teso. Quanto se tinha foi quanto se gastou. Praticamente lá ficou um ou outro com umas croas, mais do resto ficou quase tudo teso.”

Márcio Pontes, 2010

Sem quaisquer tipos de direitos ou indemnização, centenas de famílias são obrigadas a regressar às suas terras de origem, na sua grande maioria tão pobres quanto tinham chegado. Os poucos que ficaram, sem garantias da reabertura das minas, voltaram a sua atenção para a agricultura, único meio de subsistência. A *Grande Fárria* terminou quase tão abruptamente quanto começou.

“...e então em 1944, que eu não faço ideia, os milhares que aí estavam, o que vos posso dizer é que a mina... 1944, por volta de 1945, eu era pequeno ainda, os meus pais e os meus irmãos diziam que eu que via ali filas e filas de pessoas... eu morava numa casa lá em cima à beira dos armazéns, dos escritórios, naquela altura e eram milhares e milhares de pessoas a entregarem as tarimbas, que era as camas feitas na própria carpintaria e eles para fazer o espólio, para fazer a conta, tinham que entregar o respetivo... espólio que tinham, se tinham sacos, se tinham a cama, se tinham o quarto, se tinham a casa, tinham que entregar as respetivas chaves e eu via aquela fila e aquilo ficou-me. Eu dizia para os meus irmãos “Trouxas, trouxinhas!”

Martim Franco, 2010

Como lembrança da *Fárria*, encontra-se ainda viva na memória popular uma canção, transmitida entre gerações e que ilustra a profunda saudade deixada por uma época ímpar que remete para a *Utopia* referida por Fátima Marinho.

“Ó Borralha grande mina, onde o pobre há tanto tempo ganha o pão.

A tua riqueza é fina, mas se um dia ela termina, morrerá meu coração.

Adeus grupo “A”, adeus Lavaria, Ladeira do Vale, Pedrinha e Lameiras,

O “B” e o “F”, teus belos pinheiros.

Adeus grupo “C”, adeus oficinas, adeus Direção, adeus querida mina..

Adeus ó Cantina e Nova Pensão.

Quem vem de Braga à Borralha, é certo que sobe os montes.

Na mina tudo trabalha, nestes belos horizontes.

De Salto a Caniçó, da Venda Nova à Cerdeira, Linharelhos, Lamalonga.

As Cruzinhas sendo longas, vê-se a concessão inteira.

Vejo o bairro, vejo o rio, vejo toda a brincadeira,

Vejo toda a ilusão desta concessão mineira.

Carla Fontes, 2010

3. Da Segunda Fárria ao encerramento forçado (1947-1962).

De finais da década de 1940 até início da década de 1960, as Minas da Borralha conheceram um período extremamente profícuo, designado pelas gentes da Borralha por *Segunda Fárria*. Mercê das receitas milionárias arrecadadas com o comércio de volfrâmio, a Companhia viu-se na necessidade de modernizar quer os métodos de extração e refinamento do minério, quer todo o campo habitacional a seu cargo, proporcionando aos seus operários, não só um maior número de alojamentos, como também melhores condições de trabalho.

Fruto da exploração de uma nova área concessionada, a Companhia construiu de raiz novas instalações para o tratamento e lavagem primária do escombros, dando início à desativação das instalações da antiga lavaria, localizada junto ao rio Borralha, e dos grupos “E” e “F”²⁰, cuja grande maioria das máquinas foi transferida para o novo espaço.

²⁰ De uma forma geral, as Minas da Borralha sempre estiveram divididas por grupos, designados alfabeticamente e criados à medida que a exploração ia avançando. Foram criados nove grupos (A, B, C, D, E, F, G, H e I), sendo

“...ao pé da galeria do “B”, fizeram umas rotas por ali acima, deram a volta conforme vai agora a estrada, tudo à mão e depois com máquinas. O primeiro britador que veio era em rolos de madeira e bois a puxar. A Companhia tinha uma junta de bois ou duas naquele tempo e pedia auxílio aos de Caniçó ou a outros e depois lá iam indo, metiam-lhe uns rolos por baixo e ia mais um bocado, mais umas picadelas [...]. Os primeiros [britadores] que foram eram da lavaria [velha]”.

Samuel Pinto, 2010

“Estive na [oficina] mecânica e em Agosto passei para a lavaria e estivemos a arranjar a lavaria velha e daí de 46’ até 50’ só trabalhou a lavaria nova. Em 50’, Agosto de 50’ [re]começou a trabalhar a velha até 58’. Em 58’ voltou a parar por completo”.

Telmo Paz, 2009

Ainda em finais da década de 1940, a Companhia inicia a construção daquela que permanecerá como a grande imagem de marca das Minas da Borralha: o edifício da fundição. Aproveitando o capital entretanto reunido nos anos anteriores e numa tentativa, quer de rentabilizar, quer de controlar parte do circuito de transformação do volfrâmio, as Minas da Borralha propõem-se transformar os minérios de volframite e sheelite em ferro-tungsténio. Recorrendo a tecnologia francesa, a Companhia contrata um engenheiro francês de nome Maurice Danière para coordenar a instalação do sistema de fundição. A fundição inicia trabalhos experimentais em 1951 e em 1953 já produz cerca de 260 toneladas de ferro-tungsténio²¹. Paralelamente à fundição, a Companhia investe na construção de um laboratório, no sentido de valorizar a produção própria, procurando aproximar os níveis de qualidade do volfrâmio ao saído das minas da Panasqueira.

“Ao minério da Borralha, a fundição dava-lhe um valor acrescentado mas ao da Panasqueira não dava, porque o teor da Panasqueira já era muito mais elevado, o minério que a fundição acrescentava ao minério da Panasqueira, com aquilo que se desperdiçava, porque há sempre desperdício nestas coisas, não compensava fundir o minério da Panasqueira. Em termos de volfrâmio era mais rico, o da Borralha tinha 65%, 67% e o outro tinha 70 e tal. Nós conseguimos enriquecê-lo pra 80, 82%, quando chegava a 85% era muito bom... Dava para o da Borralha, tinha outras características, mas não dava para o da Panasqueira.”

que apenas os seis primeiros estiveram ativos, segundo alguns informantes. Para ver a sua distribuição no terreno, ver Imagem 2, no capítulo IV.

²¹ Cfr. Álvares Pereira, José Jorge, 1974. “A Fabricação de Ferro-Tungsténio nas Minas da Borralha”, in *Boletim de Minas* nº 11 (3) Jul/Set de 1974, pp. 121-134.

Amadeu Catarino, 2010

Progressivamente durante a década de 1950, o sistema de fundição das Minas da Borralha foi alvo de intervenções técnicas que visavam obter maior rentabilidade na obtenção do ferro-tungsténio.

“Chamavam-lhe lá a “Vida de Cristo” [...] é cá em cima naquela casa [...]. Aquilo era bonito ver a trabalhar, aquilo era onde eram recuperados os fumos e os fumos em princípio eram vendidos e já dizia o francês que aquilo dava dinheiro, dava para pagar ali ao pessoal todo da fundição, só os fumos!”

Adelino Araújo, 2009

No que diz respeito ao comércio clandestino de minério, a situação não terá sofrido grandes alterações em relação à década anterior. Mercê do contexto mundial favorável ao comércio de volfrâmio motivado pelo conflito na Península da Coreia, a Companhia mantém os níveis de exploração bastante altos, resultantes quer da exploração do subsolo com a nova jazida de Sta. Helena (grupo B/Stockwerk), quer com os trabalhos incessantes dos apanhistas²². Graças às novas áreas de exploração abertas, cujo maior exemplo será porventura a brecha de Sta. Helena, designada localmente por *stock* ou *stockwerk*, o volfrâmio abundava, ao ponto do tráfico se generalizar, chegando praticamente a atingir os níveis dos anos de 1940.

A principal diferença entre a *Fárria* e a *Segunda Fárria*, terá sido o refinamento da organização das redes de contrabando a par de uma certa institucionalização das práticas do comércio paralelo. A Companhia jamais recorreu à PIDE para controlar e vigiar as redes clandestinas de volfrâmio, optando por estabelecer um sistema de vigilância local, com guardas privativos da própria empresa, oriundos, na sua esmagadora maioria da massa operária local, apoiados pela presença constante da G.N.R. Tais práticas acabaram por fomentar o estabelecimento de laços muito estreitos entre os *farristas* e os vigilantes, que mau grado serem contratados para limitar o tráfico, acabavam muitas das vezes por eles próprios se constituírem elementos ativos das redes de comércio ilegal de minério.

“Depois andei ali muito tempo, p’ra aí 2 anos, foi até 52’. Depois passado algum tempo da Borralha, quando saí de lá, o Sr. Afonso mandou-me dizer se queria ir lá prá afinagem de lubrificado. Dinheiro não havia, era o mesmo, eram 16\$00 naquela altura que estava a

²² Em 1955 as Minas da Borralha atingem a sua melhor produção anual com 524,11 ton. de volfrâmio, sendo que 44,385 ton. provêm do trabalho dos apanhistas e 58,369 ton. da brecha de Sta. Helena, in www.apgeologos.pt/docs/geol_verao/guia_borralha.pdf [acedido a 17 julho de 2009].

ganhar, depois passei para 18\$00 mas já foi mais tarde [...]. Um quilo de minério tirávamos sempre, eram 32\$00. Na Borralha ganhava 16 ou 18 e tirávamos sempre mais”.

Samuel Pinto, 2010

“Depois veio a Guerra da Coreia, foi quando eu ganhei bastante dinheiro. Ninguém daqui negociava mas eu... tinha uma pessoa amiga que nos dizia como ia subir o minério. E eu por exemplo para se constar a 10 ou a 20\$00 e depois comecei a comprar minério e eu comprava e ia separar [...]. Tinha o engenheiro Manuel Bastos que era exportador e depois, por exemplo, assim que chegava à estrada com as guias, punha-lhe as guias de uma mina de Bragança. Ia por Chaves, Venda Nova, Braga e Porto e chegava ali [Borralha] e pronto.”

Manuel Lopes 2009

A década de 1950 traz consigo momentos importantes para a história sócio-cultural das minas. Face ao rápido crescimento da aldeia, impulsionado por uma nova febre do volfrâmio, a Companhia decide em 1956 apresentar um plano para um hospital²³. A construção inicia-se nesse mesmo ano, porém face a constrangimentos legais, o plano será abortado. Com parte do edifício construído, a Companhia decide adaptá-lo a escola profissional, nascendo assim a Escola Profissional das Minas da Borralha.

“Quando cheguei impressionou-me o número de analfabetos na região [...]. Mas isto era geral em Chaves onde havia um liceu e Braga. Não havia ensino secundário nem em Boticas nem em Montalegre, nem em Vieira do Minho, em parte nenhuma. Eu falei com a direção, estava aí um francês, um diretor-geral muito inteligente e interessado que compreendeu o que lhe expus e falei desta escola que não era aqui.”

Joaquim Adrião, 2009

“A escola nasceu em 1956 da vontade de muita gente, concretamente da própria empresa e de técnicos superiores da empresa que se disponibilizavam a vir aqui dar aulas de física, outras de matemática, que a empresa disponibilizava para permitir aos filhos dos trabalhadores desta terra, que eram muitos. Quando cheguei aqui nessa data havia mais de 700 trabalhadores. Isto, associado ao aglomerado familiar de cada um deles, dava uma população enorme. Esses trabalhadores não eram todos da Borralha. Vinham das terras limítrofes de Ruivães, Covelo, Ferral, Cabeceiras, Sanfins, Ladrugães”

Sousa Soares, 2009

²³ Cfr. Arquivo da Circunscrição Mineira do Norte.

A criação da escola profissional, juntamente com a construção da igreja da Borralha, veio concretizar a antiga aspiração da comunidade mineira de se constituir como uma aldeia de facto. Se com a presença da escola, a aldeia passou a ser uma referência em todo o concelho, com a igreja toda a comunidade pôde finalmente ter o seu local de culto.

“Os patrões da empresa entenderam pedir ao Bispo de Vila Real um capelão que viesse prestar serviço religioso porque o aglomerado populacional justificava plenamente, para as pessoas não se deslocarem daqui para Salto pra ir à missa [...] Em 10 de Junho de 1956 foi a inauguração da igreja. Foi a primeira vez que eu vim à Borralha, porque eu fazia parte do orfeão de Vila Real que foi convidado para vir aqui cantar a missa solene da inauguração. Coincidiu que no espaço de uma semana ou quinze dias foram inauguradas duas igrejas no concelho. A de Montalegre e a da Borralha [...].”

Sousa Soares, 2009



Foto 5: Procissão inaugural da Igreja das Minas da Borralha (1956).

Imagem cedida por Alívio Fernandes.

A partir da década de 1950, as condições de trabalho, essencialmente no subsolo, alteram-se significativamente. Os velhos martelos pneumáticos sem injeção de água são totalmente substituídos por modelos recentes e a rega das frentes de trabalho e dos desmontes é obrigatória. A introdução destas medidas concretas tinha como objetivo a redução dos casos de *mal da mina* - ou silicose - doença comum sobretudo entre a categoria profissional dos

marteleiros. Apesar da aparente modernização, mantinham-se problemas crônicos tais como a ventilação das galerias, a intoxicação respiratória pelos fumos e poeiras resultantes das pegas de fogo²⁴ – o *tufão* – bem como a ausência de equipamento de proteção contra as infiltrações de água.

“São os mineiros os operários mais sacrificados e mais atingidos pela silicose, pois as condições e a natureza do trabalho são propícias à formação de poeiras e a sua entrada em suspensão no ambiente atmosférico. Sendo vítimas de um labor rude e violento foram já apelidados de mártires de um sagrado dever, morrendo voluntariamente mais cedo para o bem comum”

in Barros, 1965, p. 127

Também Manuel do Nascimento imagina um retrato não muito longínquo do vivido no interior da mina:

“Experimentamos uma bomba nova para esgotar as galerias. Desta vez não é só um veio de água. Começou ontem a sair de todos os lados e ainda não acabou. [...]. É uma galeria de onde tem vindo minério carregado de metal e a ordem é de continuar o trabalho custe o que custar. Alguns mineiros dizem: “isto não pode ser; isto é matar a gente com oito horas de molha”. Um disse que estava mirrado como um bacalhau estava ele mas que não sabe nadar. [...]. A galeria está húmida, dum húmido que se pega ao corpo e faz tremores, e do teto cai água como num dia de chuva. [...]. Há pouco, um mineiro a tremer de frio emborcou uma garrafa de aguardente. Alguns praguejam com azedume [...].”

in Nascimento, 1944, pp. 154-155

Apesar da introdução de sistemas de rega das frentes de trabalho, os ofícios ligados à vida no subsolo não eram fáceis.

“Não...a gente furava com água. Alguns é que não se queriam molhar e andavam a furar um bocado a pó...mas eu não queria. Eu mandava pôr a broca no sítio certo, dava-lhe devagarinho no sítio certo, assim que ela estivesse a agarrar...pronto. Nem queria molhar o ajudante, nem queria que ele apanhasse pó”.

Antunes Rodrigues, 2010

²⁴ Rebentamento com explosivos das frentes de trabalho.

Por volta de 1958, a crise do volfrâmio atinge as Minas da Borralha de forma feroz, obrigando a Companhia a parar toda a exploração. Ao contrário do interregno de 1944/1946, as consequências desta paragem foram muito mais nefastas, quer para a Companhia, quer para a comunidade envolvente. Por um lado, o período de paragem foi substancialmente superior – de 1958 a 1962. Por outro, as condições criadas ao longo da última década pela empresa – escola, igreja, padaria, novos bairros - foram gradualmente permitindo a fixação de largas centenas de famílias que fizeram da aldeia das Minas da Borralha o seu lar. Praticamente todos os agregados familiares tinham relações de dependência com a Companhia, pelo que o seu encerramento, ainda que não definitivo, repercutiu-se drasticamente na comunidade operária. Para os mais audazes, restava a exploração clandestina das antigas explorações de estanho da Companhia ou, em alternativa, as investidas noturnas às galerias entretanto desativadas da Borralha:

“Em 58’, dia 8 de Janeiro, fui dos primeiros a vir embora, eu era o mais novo da secção dos guardas. Até 62’. Nessa altura havia a agricultura e iam os a Vale da Chã ao estanho.”

Samuel Pinto, 2010

Outros viram-se na contingência de ter de abandonar as suas casas em busca de trabalho noutras paragens.

“A gente abalou toda. A maior parte não era pessoal daqui. Era tudo de fora, isto não dava, cada um mexeu-se, como eu me mexi. Eu fui o primeiro andador logo em 58’. Fui para Miranda [do Douro], como quase todo o pessoal daqui.”

Américo Tavares, 2009

Na memória dos que testemunharam este período, ficam relatos de situações de pobreza extrema entre os que, não tendo quaisquer alternativas, foram obrigados a ficar.

“Em 1958 a empresa encerrou e havia na altura 1600, 1700 trabalhadores diários [...] e então aí foi o ano mais terrível, pior do que o de 1944! Em 1944, meu caro amigo, o povo estava habituado a outras condições de vida, uma sardinha, um bocado de pão quando houvesse [...]. Em 1958 já era muito mais gente, já era uma vida...e não havia subsídio de

desemprego, estava a terminar ali a Paradela [Barragem da Paradela] e muitos trabalhadores daqui foram para Paradela do Rio”.

Manuel Lopes, 2009

4. Nova administração: esperança, dificuldades e decadência (1962-1986).

Em finais de 1962, as Minas da Borralha reabrem com uma nova administração. Saída de uma teia complexa de negócios bolsistas, a administração de Gustave Faure representará a última direção francesa da Companhia. Os prejuízos causados por quatro anos de paragem foram gigantescos ao nível da maquinaria, e só com a tenacidade e perseverança da nova administração é que foi possível colocar as Minas da Borralha, ainda que brevemente, no pódio nacional de produção de volfrâmio.

“Em 62’, 63’ a mina estava inundada até ao nível 60. Tudo que era entivação, tudo o que era madeira estava tudo impecável. A madeira de pinho na água não apodrece. A própria pressão da água nas paredes ajuda a manter tudo...”

Sílvio Casais, 2009

“Depois começou a vir mais gente e a Borralha começou a ter mais pessoal, começou a tirar escombros e eu a trabalhar com a máquina. Antes disso andávamos nas reformas, chamávamos-lhe as reformas da mina. Era meter paus e limpar as valetas, limpar as linhas, pra aquilo começar a trabalhar.”

António Pinto, 2009

Para além das dificuldades técnicas, o recrutamento de novos operários também não foi fácil. A vaga de emigração que se fez sentir por todo o país, foi particularmente sentida na região de Montalegre. Por outro lado, os baixos salários sistematicamente praticados pela própria indústria mineira, não eram incentivo suficiente para cativar todos aqueles que viam no estrangeiro uma forma de fugir à pobreza.

“Porque a Borralha, dos anos de 1962 teve que fazer muita prospeção pra trazer pessoal para aqui trabalhar. Já não havia pessoal, já veio muito pessoal aqui do Minho, já tinham que ir buscar ao autocarro, mesmo o pessoal aqui de Ferral. O pessoal de Ruivães, a empresa teve que pôr autocarro para as trazer, já não havia pessoal... É ali uma transição terrível e porquê? Porque entretanto houve o período de emigração, os anos de 1968, 1969, o povo viu que isto não era nada e foi em grande força [...]”.

Manuel Lopes, 2009

Em finais da década de 1960, a falta de mão-de-obra fez com que a Companhia, através de vários pedidos ao Governo, incorporasse na sua força de trabalho operários cabo-verdianos.

“Era um contrato com o Ministério do Trabalho na altura, a empresa e os diretores dirigiram-se ao Ministério do Trabalho para arranjar pessoal [...]. Os cabo-verdianos vieram pra cá e foram tratados aqui como nenhuns, como nunca foram tratados os que cá estavam. Tiveram tudo. Para além da viagem que lhes foi paga de avião de Cabo-Verde para aqui, tinham tudo. Na Pedrinha era o bairro onde habitavam. Tinham tudo”²⁵.

Joaquim Adrião, 2009

Entretanto, a nova administração introduz novas políticas de higiene e segurança, nomeadamente nos trabalhos do subsolo.

“A Borralha dava sempre máscaras, capacetes, galochas, fatos. Muitas vezes o próprio pessoal não queria, não queria estar lá com os walkie-talkies. Preferia ouvir lá o martelo a fazer aquele coiso, a fazer ali o suor constante, a máscara... levavam-nas que as tinham que levar, como estavam com o medo que chegasse o capataz ou o engenheiro...”

Manuel Lopes 2009

Apesar do clima mais saudável vivido entre a reabertura das minas e finais da década de 1970, os cortes na produção nacional de volfrâmio viriam a atingir fatalmente as Minas da Borralha. As minas da Panasqueira, parceiras de longa data das minas da Borralha na venda de volfrâmio para fundição, vinham-se ressentindo das sucessivas quebras de produção, ao ponto de se apresentarem bastante reticentes em lhes vender matéria-prima para fundição. Por outro lado, a dificuldade cada vez maior de acesso aos filões, acrescida pela difícil orografia do terreno da Borralha, vinham progressivamente a aumentar os custos de exploração da Companhia. Esta, em finais de 1970, cede os direitos de exploração à Beralt Tin & Wolfram Company, consórcio proprietário das minas da Panasqueira.

“Toda a produção da mina ia prá fundição. Até comprava-se muito minério fora. Infelizmente nunca conseguimos comprar no estrangeiro, que a Direcção Geral de Minas não autorizava.

²⁵ Os pedidos de mão-de-obra estrangeira datam ainda da década de 1950. Inicialmente a Companhia havia pedido ao Ministério do Trabalho, trabalhadores oriundos do Norte de África (Marrocos, Tunísia e Argélia), argumentando que a língua francesa seria uma mais-valia na comunicação entre operários. Estes pedidos foram sistematicamente recusados, até à década de 1960, altura em que através do Ministério do Trabalho, chegam à Borralha operários Cabo-Verdianos.

Só que aqui era muito difícil, queriam os preços máximos [as minas da Panasqueira, para vender]. Se tivéssemos comprado fora, podíamos ter comprado a metade do preço.”

Sílvio Casais, 2009

“A Borralha da maneira que estava a ser explorada tinha de fechar. A Borralha é difícil de explorar. Ou mecanizavam e tinham que tirar muita pedra, pra tirar um bocadinho de volfrâmio tem que se abrir uma galeria de muitos metros e aqui a pedra tem que sair cá pra fora... ou fechar. Deixou de ser rentável. A Panasqueira ainda hoje é explorada e vai um carro lá a baixo carregar cá pra cima, a Borralha nem pensar numa coisa dessas...”

Amadeu Catarino, 2010

Quer a ausência de investimento em novas sondagens, quer a maximização do lucro imediato através da chamada *lavra de rapina*, terão sido alguns dos fatores que motivaram a cedência de poderes da administração francesa à Beralt Tin & Wolfram Company, que terá visto na fundição da Borralha um instrumento de rentabilização do seu próprio volfrâmio.

“Os franceses quando a venderam já sabiam porque é que estavam a vender. A mina sempre foi explorada... ouvindo o pessoal que trabalhava na mina, sempre foi explorada em função do lucro. Nunca se fizeram preparações. Foi explorada em cima dos filões mais ricos, agora preparar para depois aproveitar os mais pobres não havia. Quando os ricos acabaram é que iam atrás dos mais pobres e não chegaram.”

Amadeu Catarino, 2010

As memórias relativamente à breve passagem da administração das minas da Panasqueira pela Borralha, são muito críticas relativamente à gestão dos recursos humanos e aos modelos de trabalho implementados, nomeadamente no subsolo.

“Quando a Beralt Tin comprou - e comprou aquilo barato - a ideia era fechar. Tanto é que eles chegaram lá e a primeira medida que tomaram foi despedir os capatazes... está tudo dito. A pessoa que levaram pra lá não percebia nada de Borralha e a Borralha é uma mina diferente da Panasqueira...”

Amadeu Catarino, 2010

“Se eles [Panasqueira] não alagassem, ainda hoje trabalhava a mina. Havia saída de minério e deixámos contratos por cumprir e depois lá andamos por fora a ver se fazíamos... pra ver se conseguíamos satisfazer os contratos. Se eles não cumprissem perdiam e perdíamos nós.

Fomos ainda prás Cruzinhas, fomos para os Quartos Novos, depois tudo a roubar, tudo a roubar e eu comecei a desistir [...]”

Antunes Rodrigues, 2009

Em 1984, os rumores acerca do encerramento iminente das Minas da Borralha são cada vez maiores. A produção interna da mina é praticamente inexistente.

“Sim, nós sabíamos exactamente quanto entrava todos os meses. Não tínhamos hipóteses de não saber e andava-se no princípio do mês às vezes a produzir 400, 500 quilos, depois lá pró fim do mês tentavam ir a uns filões mais ricos para compensar alguma coisita, mas quase sempre não chegava... E a sorte daquilo aguentar, o que hoje não era possível, era que o minério era todo pago em dólar e como desvalorizava o escudo e subia o dólar, pronto, era um balão de oxigénio [...].”

Amadeu Catarino, 2010

A 10 de Outubro de 1984 a Direção da empresa Minas da Borralha, S.A.R.L., em carta dirigida ao Diretor Geral de Geologia e Minas, solicita a suspensão da lavra para o presente ano.

Dois anos depois, em 1986, mais de 600 trabalhadores são despedidos.

Nunca mais a suspensão será levantada.

Em Janeiro de 1993 é formalmente extinto o Couto Mineiro da Borralha através da revogação dos alvarás de exploração das suas concessões mineiras.

Capítulo III

A persistência da memória.

Das instituições tradicionalmente vocacionadas para a divulgação, valorização e promoção do denominado *setor cultural*, os museus serão, porventura, aqueles que mais se sentem dentro do *olho do furacão*. As evoluções conceituais das últimas décadas vieram colocar o museu, no seu sentido e forma mais abrangente, no centro de uma discussão alargada tendo por base conceitos como representatividade, cidadania, democracia ou pluralidade. Com efeito, nenhuma outra instituição cultural foi e é alvo de discussões tão acesas quanto tem sido o museu.

Persiste porém, uma considerável distância entre o pensamento crítico que tem norteado a evolução museológica contemporânea e a prática de terreno. Estará o pensamento à frente do seu tempo, ou será que as realidades no terreno falham na assimilação teórica ou, pura e simplesmente, a desconhecem? Estará a museologia em contra ciclo? A verdade é, que na era do global e do individualismo, a matriz museológica vigente defende um museu mais plural, com um enfoque mais local, porventura mais democrático.

A impossibilidade de ignorar estes fenómenos, faz com que neste capítulo se procure aprofundar a essência do museu enquanto mediador de atores sociais, agendas públicas, vocações preservacionistas e ideias de vanguarda. Para tal será necessário visitar algumas das metodologias e conceitos que fazem da museologia uma área do conhecimento tão em voga nos dias que correm. Por fim, serão abordadas algumas práticas metodológicas que procuram ilustrar a aplicabilidade dos conceitos mencionados, bem como as dificuldades encontradas no terreno.

1. Integração, cidadania e aprendizagem.

Se durante largas décadas do séc. XX o museu, na sua acepção mais globalizante, era percebido simultaneamente como a extensão prática do ensino universitário e da *alta cultura* vigente, nas últimas décadas do séc. XX a instituição entra numa fase de claro questionamento do seu próprio papel, enquanto agente ao serviço do bem público. A partir da década de 1990, o bem público passa a adquirir a forma da comunidade em redor da qual o museu procura desempenhar as suas funções, o que se traduz no redimensionamento da esfera de influência museal para o local (Crooke, 2007). Esta passagem para a *idade dos porquês*, para um questionamento e inversão metodológica dos seus próprios princípios institucionais, traduzir-se-á na apropriação de um novo paradigma, que resulta da emergência de novos modelos de representação cívica, de pensamento crítico e de relações inter-pessoais e institucionais²⁶.

Na génese desta transformação, está claramente a percepção de que o tradicional modelo da museologia, e muito particularmente da sua componente educativa e comunicacional, não corresponde de todo às exigências de uma sociedade recém-saída das profundas mudanças políticas e ideológicas de finais dos anos 80. Por outro lado, o museu, visto por muitos como um instrumento de propaganda política e educativa, passa a ser posto em causa, não só pela emergência de novas questões suscitadas por uma nova geração de profissionais, mas acima de tudo pelas próprias comunidades onde estes se inserem. Dotadas de um espírito crítico cada vez maior, impulsionado pelo acesso cada vez mais facilitado à informação, as comunidades, caracterizadas do ponto de vista comunicacional pelo modelo tradicionalista, como uniformes, difusas e indiferenciadas, são hoje vistas, não como um todo homogéneo, mas como a soma de conhecimentos, experiências e sentimentos (Hooper-Greenhill, 1999). Se a Nova Museologia a partir da década de 1970 impulsionou a *idade dos porquês*, o museu

²⁶ Refira-se a importância dos modelos de aprendizagem emanados das teorias construtivistas, cujos pontos essenciais serão:

- a) Aprendizagem como actividade dinâmica através da plena aplicação das capacidades sensoriais;
- b) O indivíduo “aprende a aprender” com a utilização dos sistemas de conhecimento, significados e experiências pessoais em conjugação com novas fórmulas cuidadosamente aplicadas para estimular a relação indivíduo – experiência - conhecimento.
- c) A construção do conhecimento é um processo mental.
- d) A aprendizagem envolve o recurso a diversas linguagens.
- e) A aprendizagem é uma actividade social, que exige tempo e motivação.

Tradução livre retirada de Exploratorium, 2011. [Online]. Disponível em: <http://exploratorium.edu/IFI/resources/construtivistlearnig.html>. [acedido em Junho 2011].

construtivista assimilou este processo, readaptando-o para o que designo de pensamento “R” da contemporaneidade²⁷.

Em termos práticos as questões foram surgindo:

- ⇒ Porquê é que o museu é um espaço de conhecimento e discurso fechado?
- ⇒ Porquê é que o museu não é, grosso modo, atrativo do ponto de vista dos públicos?
- ⇒ Porquê a ausência de uma visão holística das coleções e suas representações?
- ⇒ Porquê a escassa representatividade das minorias sócio-culturais e da história social nos discursos expositivos?

Das questões colocadas aos museus, o pensamento crítico da museologia procura encontrar respostas, que passam pela redefinição do conceito e respetivos discursos do museu. A adoção de novas metodologias de comunicação, de funcionamento interno e de difusão dos conhecimentos são hoje vistas como transversais ao museu como um todo.

Esta mudança concetual, é sentida pela generalidade dos museólogos como essencial à implementação de políticas mais integradas e integradoras. Integradas no sentido do museu acompanhar as transformações sócio-culturais e políticas da sociedade e das comunidades onde se insere; integradora como forma de readaptar as práticas e os discursos museológicos tradicionais para a inclusão, que se deseja cada vez mais ativa, de diferentes vozes, expectativas e anseios. De facto, conceitos como a democratização do espaço do museu, da gestão partilhada, da cidadania ativa, ensaiados durante as últimas décadas do séc. XX, são hoje fulcrais para a compreensão da essência da própria instituição.

Partindo destas ideias-chave, é hoje evidente a necessidade de reequacionamento de todos os departamentos que compõem o museu. A política dos “R’s”, perfeitamente visível, por exemplo no ensaio de Eilean Hooper-Greenhill, serve como propulsor de uma discussão há muito ansiada pela maioria da classe profissional.

Fruto dos fenómenos associados à globalização, os museus vêm-se subitamente na contingência de acompanhar quase *in loco* as agendas dos vários agentes sociais, respondendo de forma eficaz às solicitações que as comunidades, de forma cada vez mais incisiva, colocam à própria instituição (Hooper-Greenhill, 2001a). Este facto implica que o museu hoje compreenda que a sua política de comunicação e relação com o exterior, é essencial para a

²⁷ No contexto museológico, o pensamento “R” da contemporaneidade nasce a partir do artigo de Eilean Hooper-Greenhill (2001) “Cultural Change In Musems: Professional Issues Taking the Lead”, onde a autora refere vários conceitos associados à prática museológica através do prefixo “re”: re-territorialização, re-exame, re-imaginar, re-orientação, o que traduz um claro questionamento da aplicabilidade e da amplitude destes termos no campo científico.

perfeita integração no seu contexto social. Neste sentido, o conceito de interpretação parece-me um dos elementos-chave a desenvolver. Interpretação pode ser descrita como “[...] *O processo de comunicar aos públicos o significado, a importância ou o valor de um determinado lugar ou objeto, de forma a que estes sejam capazes de compreender e usufruir do seu património*” (Hooper-Greenhill, 1999, p. 2). Para a realização plena desta função, o museu deve antes de mais perceber, no sentido mais lato, o seu papel de artefacto social, ou seja compreender a mutabilidade que lhe deve ser inerente através das próprias mudanças sociais. Isto implica, por sua vez, perceber as mudanças da sociedade dentro da sua própria esfera de influência. A montante, esta decisão implica reformular e readaptar as suas exposições e os discursos interpretativos, compreendendo e aceitando as limitações comunicacionais que encerram, incluindo nos processos de decisão os atores sociais que legitimam a própria razão de existir do museu; a jusante, adquirir elementos que percebam a grande diversidade de públicos e respectivas agendas que hoje visitam os museus, através, por exemplo, da implementação de estudos de públicos ou promovendo uma relação mais próxima com as comunidades na sua esfera de influência. Todas estas formas de rever o museu, não são possíveis sem recursos humanos sensibilizados para estas questões. Se hoje a construção de ideias, conceitos, formas e comportamentos deixaram de ser vistas como unidades estanques, também os discursos e as políticas de um museu o deixaram de ser. O visitante de um qualquer museu não é passivo. Traz consigo todo um *background* pessoal, construído pelas experiências passadas, que o transforma num indivíduo com características únicas, ou então, muito pessoais. A própria noção de *comunidades interpretativas* alarga exponencialmente as influências e as construções mentais do indivíduo à esfera social do grupo e da comunidade (Hooper-Greenhill, 1999).

Para uma partilha de conhecimentos, alavanca de novas ideias, cabe, pois, ao museu conhecer, numa primeira fase, as características específicas dos seus públicos, dentro de um determinado espaço geográfico e sócio-cultural de indivíduos que partilhem de referenciais comuns. Este esforço de re-territorialidade, de noção de espaço mais próximo, é uma das características centrais de um novo olhar para o museu (Hooper-Greenhill, 2001).

Estar recetivo ao ambiente envolvente e às dinâmicas sócio-culturais produzidas, em vez de restringir o raio de ação do museu ao edifício, potencia a sua influência como plataforma de conhecimento. Este aspeto vem relacionar-se com um outro, porventura tão ou mais importante do que o anterior: a pedagogia. Na contemporaneidade, a ideia de educação pela mera visualização e assimilação de significados e objetos deixa completamente de fazer sentido. O museu, como potencial detentor de uma aprendizagem de cariz criativo e informal,

constitui-se como um parceiro de exceção à educação formal da escola pública. Neste campo as potencialidades são imensas. Desde logo, a liberdade de conhecer, de circular, de experimentar, de viver, num espaço que como George Hein refere, deve apelar ao familiar, ao próprio lugar, à ideia de socialização, tudo dentro de um ambiente confortável, interativo, excitante e sedutor que se pretende que seja o *pós-museu* (Hein, 1998). Novas visões e técnicas devem ser experimentadas, com os públicos e com os próprios modelos expositivos. Por um lado, a integração de novas linguagens expositivas que permitam a abordagem de temas mais inclusivos da sociedade contemporânea, como os Direitos Humanos, a cidadania ou a migração, que construam um diálogo profícuo na aquisição de um pensamento e reflexão mais crítica, seja ele ao nível individual e colectivo (Hooper-Greenhill, 2007).

Trabalhando *fora da caixa* o pós-museu encontra-se hoje numa posição particularmente excitante no que concerne ao universo das técnicas pedagógicas ao seu dispor. Para além da exposição, a realização de workshops, performances ou teatros, são mecanismos extraordinariamente eficazes de interação social. Estudos comprovam que a aprendizagem ativa promove a capacidade quer física, quer cognitiva dos visitantes. A ampla exploração dos sentidos e das capacidades físicas conduz à chamada *imersão física* (Hooper-Greenhill, 2007), algo que Richard Sandell aborda quando refere as capacidades de mudança inerentes ao papel do pós-museu (Sandell, 2003). O autor enfatiza as capacidades do museu em promover mudanças sociais, referindo-se inclusive a *políticas de inclusão*.

Referi anteriormente o papel seminal que a Nova Museologia representou na democratização do acesso e nas representações do museu para as próprias comunidades. O pós-museu, construído a partir desse capital acumulado de experiência, alarga e redefine o seu conceito, centrando-se nas dinâmicas populacionais, plasmadas, por exemplo, nas minorias étnicas, nas classes mais desfavorecidas do ponto de vista social e económico ou nas chamadas *tribos urbanas*. Ao assumir-se como catalisador de uma mudança, o museu tem vindo a integrar nas suas experiências fatores potenciais de auto-estima, criatividade, regeneração social, desenvolvimento de competências, fortalecimento de relações de vizinhança e identidade que extravasam muitas vezes as funções clássicas da museologia. Mais do que constituir um *handicap*, os museus tendem a ver estes fatores como oportunidades de trabalhar de forma construtiva. Novos programas educativos são constantemente redesenhados para incluir novas formas de pedagogia e participação cívica que enriqueçam o capital humano da própria instituição, ao mesmo tempo que promovem políticas de proximidade, capazes de congregar diferentes visões do mundo.

No campo das escolas, por exemplo, a inspiração de um ensino intuitivo, experimental e transversal do conhecimento, coloca o museu numa posição privilegiada. Explorando capacidades alternativas quer dos alunos, quer dos professores, o museu complementa a educação formal com a componente criativa e dinâmica, através da aplicação de um maior raio de abordagens cognitivas, proporcionadas precisamente pelas características únicas de um museu (Hein, 2004). Esta visão holística tem vindo a dar enormes frutos, promovendo uma rápida passagem, de facto, do templo para o fórum defendido há mais de quatro décadas por Duncan Cameron (1971)²⁸. No entanto, como a mudança é dinâmica, atualmente existem projectos que procuram reapropriar e alargar esta ideia de fórum. Veja-se, por exemplo, o caso dos museus de Glasgow e o seu programa pioneiro *A Catalyst for a Change*, comissariado pelo Heritage Lottery Fund e que *tsunamiza* o espaço do museu, na aceção de que “se Maomé não vai à montanha, a montanha vai a Maomé”²⁹. Este caso paradigmático acaba por revelar o aspecto *progressista* do museu (Hein, 1998) enquanto desafiador e redefinidor de fronteiras ou como *espaço de fronteira* (Semedo, 2010), ainda que constantemente redefinidas e renegociadas.

Para finalizar esta súpula, a ideia de co-curadoria e *co-criatividade* (Simon, 2010). Redesenhadas no pós-museu, a co-curadoria e a co-criatividade constituem uma fórmula integradora do museu coexistir no espaço e no tempo através de uma política de parcerias. Estas, são hoje em grande medida, redefinidas por iniciativa dos próprios públicos que, ao participarem na construção do museu, exigem, eles próprios, que as suas agendas façam parte da instituição. Na ecomuseologia, por exemplo, este princípio assume a forma de *ecomuseologia participativa* (Nabais, 1993). Da parte dos museus, a *co-criatividade* assume, entre outras, uma dimensão profundamente umbilical com as comunidades interpretativas, justificando muitas vezes a relevância da instituição enquanto pêndulo idiossincrático da sociedade, ou seja, como resultado das suas expectativas e anseios pessoais. Por outro lado, a co-curadoria é uma forma hábil dos museus sobreviverem nestes dias em que o setor artístico e cultural se encontra profunda e injustamente subvalorizado³⁰. Sinal dos tempos, a co-

²⁸ Da autoria de Duncan F. Cameron, o artigo *The Museum, a Temple or the Fórum*, datado de 1971, reclama para o Museu um estatuto pluridisciplinar assente na abertura da instituição a novos estímulos e na redefinição do seu papel sócio-cultural. Escrito no contexto da Nova Museologia, o texto acabou por se tornar um catalizador na mudança do paradigma museológico.

²⁹ Heritage Lottery Fund, 2002. *A Catalyst for a Change. The social impact of the Open Museum*. Leicester: RCMG. ISBN: 1 898489 26 2. Esta iniciativa uniu vários museus de Glasgow, através de projetos sociais, onde o museu saía ao encontro da comunidade. Procurava-se essencialmente promover o sentido de vizinhança, reafirmando a importância dos museus como instituições ao serviço dos indivíduos e da comunidade.

³⁰ Por detrás desta fórmula de parcerias estará certamente também a redefinição do museu como instituição sem fins lucrativos, como em Portugal acontece. A inserção do museu na economia global, o que acarreta uma gestão económico-financeira orientada para a auto-sustentabilidade são temas abordados quer nos últimos anos, por

curadoria é, também ela, um modelo construtivista de funcionamento do museu, no sentido em que o estabelecimento de redes de parcerias acaba por dimensionar pela positiva os impactos e os *outcomes* dos programas, reivindicando para o museu o estatuto de pleno direito de *Domus Demokratos*.

2. Desintegração e disseminação: o desafio da auto-determinação.

Vimos no ponto anterior como os desafios colocados ao museu contemporâneo são muitos e variados e como a mudança do ponto de vista inter-relacional se afasta gradualmente da esfera de influência do institucional, movendo-se para o domínio do informal.

Todavia, apesar dos progressos concetuais e científicos das últimas décadas, os museus são considerados instituições extremamente conservadoras (Janes, 2009). Não só as orgânicas internas das instituições permanecem, com maior ou menor preponderância, inalteradas (saliente-se a hierarquização dos cargos, a especialização excessiva dos recursos humanos e a ausência de integração de novas gerações de profissionais), como, e mais importante, a filosofia museal teima em permanecer, grosso modo, arraigada à representação e interpretação do passado. A tradição museológica terá favorecido durante décadas uma visão orientada para a valorização e revisitação dos fenómenos históricos e tecnológicos subjacentes aos processos de incorporação, investigação e exposição dos acervos museais, remetendo, na maioria das vezes, a reflexão acerca dos significados, interpretações e potencialidades contemporâneas do acervo para um segundo ou mesmo terceiro planos. A mudança de paradigma não é fácil. Assistimos hoje a uma revolução absolutamente extraordinária no seio da museologia. Desde a implementação de programas e serviços educativos para os variados públicos, passando pela diversificação de serviços do museu, direta ou indiretamente, todos nós fazemos parte da chamada *democratização* do espaço do museu.

Mau grado a veiculação de um ideal de pluralidade entre a museologia e a sociedade, persiste todavia uma certa ambivalência entre os esforços de dessacralização da instituição *museu* relativamente ao comumente designado por sociedade civil. Por um lado, os objetos e o seu acervo continuam a perpetuar uma *praxis* instituída que se resigna ao *status quo* em que a instituição subsiste em redor da contínua valorização da tradição. Stephen Weil aponta mesmo este fator como um *handicap* para a criação de *novas tipologias de museus* nos

Max Ross (2004), quer nos dias de hoje: ver artigo de Patrick Steel de 13/06/2011 em <http://museumsassociation.org/news/13062011-local-authority-museums-cut-staff-in-last-year> [acedido em 13 de Junho de 2011].

Estados Unidos (Weil, 2005, p. 18). Novas experiências têm entretanto sido produzidas fora dos contextos dos museus e que atestam a expressão de Stephen Weil, refutando a própria natureza estática e contemplativa dos artefactos e, ao mesmo tempo, explorando novos discursos que dão voz a novos grupos de interesse e renovadas metodologias de intervenção sócio-cultural.

O mais recente exemplo é o Museu do Resgate³¹, projeto-piloto, nascido no seio da Universidade do Porto, mas cuja concretização é em grande medida da responsabilidade do *campo oficioso da museologia* (Crooke, 2007, p. 8). Apesar da sua essência marcadamente virtual, o facto do projeto referir na sua designação a palavra *museu* vem demonstrar, não só uma profunda tendência de mudança de paradigma no seio da museologia contemporânea, como preencher uma lacuna considerada fundamental no trabalho dos museus ditos tradicionais, neste caso da cidade do Porto. A principal faceta que ressalta deste projeto consiste, efetivamente, na ausência de espaço físico. O carácter virtual da experiência em causa acaba por desmitificar a imagem de museu ligado a um espaço concreto, palpável e identificável, embora o âmbito da sua atuação seja claramente delimitado. Os *outcomes* que poderão resultar deste tipo de projetos são ainda uma incógnita. Importa, contudo, salientar a natureza independente e disseminada dos agentes que constituem o Museu do Resgate, transformando-o, quiçá, num *lobby* de pressão sobre os museus tradicionais, no sentido destes virem a colmatar a ausência de representatividade de um largo espectro da população nas suas atividades.

Com o decorrer do tempo, os museus terão de partilhar a sua esfera de influência com projetos independentes e marginais, que não se revêem no atual quadro de desenvolvimento concetual e prático dos museus ditos tradicionais. Já hoje, o que é passível de ser *musealizado* poderá não ser o objeto, mas sim uma ideia, uma prática, um processo, ou como Wolfgang Ernst refere “*Talvez a principal tarefa do museu atualmente seja a de refletir acerca da perda de substância dos objetos na sociedade contemporânea* (Ernst, 2000, p. 28).

A atitude dos museus face a este desvio do discurso e representação de práticas de investigação não poderá ser a indiferença. Jamais a museologia se separará da materialidade do artefacto. Não poderá, contudo, tomá-la como garantida, antes servindo-se dela, questionando-a permanentemente e mercê da posição privilegiada arduamente conquistada, transformar o próprio museu na vanguarda da produção de novo conhecimento (Weil, 2005).

³¹ www.museudoresgate.org/.

O exemplo do Museu do Resgate, nascido por iniciativa particular vem demonstrar que a desintegração do conceito de museu clássico é uma realidade. Do ponto de vista institucional, os estímulos e os desafios colocados ao museu têm maioritariamente origem em fatores exógenos à própria instituição. Associações culturais, grupos de investigação, universidades ou atores sociais, que agindo individual ou coletivamente, vêm desafiando os próprios limites do museu impondo sub-repticiamente as suas agendas à instituição. Não só estes agentes vêm assumindo as áreas do arrojo criativo, dos projetos expositivos, da investigação, do pensamento de vanguarda para si próprios, como se substituem no impacto na sociedade ao nível da produção de novo conhecimento. Verifica-se que o museu atua por reação e não por antecipação. Razões para este facto, para além das anteriormente apontadas, pode-se salientar, por exemplo, a excessiva dependência das instituições relativamente aos poderes políticos, locais e centrais, ou a vinculação a uma agenda política ou ideológica, o que se traduz na dificuldade em construir uma imagem pública capaz de agregar diferentes grupos de interesse. O fenómeno da manutenção das práticas tradicionais atribuídas aos museus poderá constituir um sério risco para a própria sobrevivência do conceito *museu*. Cabe em grande medida a cada museu a responsabilidade de se questionar a si próprio, desde a sua própria razão de existência, passando pela sua missão, até à concretização de programas expositivos e avaliação de *outcomes*. A auto-determinação da instituição deverá ser atingida graças, não à dimensão local da sua influência, mas ao que James Clifford designa por *translocal*, ou seja, compreendendo que o museu deixou definitivamente de ser um ponto de chegada – ou se quisermos um centro – para se afirmar como um elemento adaptável e flexível na sua orgânica, cooperativo e contributivo no seu papel social (Clifford, 1997). Após a *idade dos porquês* da museologia, cabe a cada instituição em particular encontrar o seu próprio caminho.

Tal não significa necessariamente que o museu relativize a sua tradição de instituição-guardiã da memória coletiva. O capital de conhecimento acumulado e a fortíssima ligação mnemónica veiculada através dos seus acervos constituem marcas profundamente identitárias da instituição. Através destas, o museu possui aquilo que fenómenos sócio-culturais emergentes não possuem: as chaves da ligação com o passado. Na capacidade do museu se poder transformar naquilo que Susan Crane refere como *contra-museu*, reside porventura o cerne da sua verdadeira afirmação face à desintegração das suas práticas (Crane, 2000)³². A capacidade

³² Segundo Susan Crane, *contra museu* constitui “um confronto ativamente promovido entre expectativa e experiência, objetividades e subjetividades, acrescentando uma nova discussão ao discurso museal”. in Crane, 2000, p. 8. Tradução livre do autor.

de surpreender, de provocar e de suscitar discussão será tanto maior quanto maior for a imprevisibilidade da sua proveniência, neste caso do museu.

Neste tempo em que o museu vive, estão reunidas duas condições fundamentais para a produção de conhecimento. Por um lado, a emergência de um (ou vários) contrapoderes, que compreendendo as limitações inerentes à natureza de instituição política, filtram do conceito museal as práticas e as *performances* que melhor se adequam aos seus objetivos imediatos. Por outro, o irreversível processo de reinvenção experimentado pela museologia e a manutenção de um certo *status* ou aura do museu – quiçá a última originalidade que lhe resta – que, se revestida de sagacidade capaz de causar verdadeiro impacto nos seus públicos, poderá constituir uma nova irreverência capaz de trilhar novos caminhos, tão necessários nestes tempos conturbados em que experimentamos a nossa existência.

3. Metodologias de ação: a investigação em museologia sai para o terreno.

No decorrer deste capítulo têm sido referidos alguns exemplos de práticas museológicas inovadoras, que extravasam os limites físicos do museu. No caso do projeto *Vozes que Falam: caminhos do PCI nas Minas da Borralha*, uma parte muito significativa da investigação foi, também ela, desenvolvida no terreno. Quer os casos de que irei falar, quer as experiências já apontadas com o Museu do Resgate e o *Open Museum de Glasgow*, constituem exemplos de como a museologia encontra nas suas comunidades interpretativas o estímulo necessário para a prossecução da sua missão.

a. Conversas no Terreno.

As *conversas no terreno* constituem uma modalidade de entrevista de longa duração em que, ao registo áudio, é acrescentado o registo vídeo. Esta metodologia de recolha de informação nasce devido a várias limitações detetadas nos processos de recolha de depoimentos em suporte áudio, nomeadamente a ausência de referências visuais para a interpretação de determinados lugares e processos relativos às Minas da Borralha. O espaço onde decorrem abarca toda a área ocupada pelos complexos industriais da Mina, desde os núcleos habitacionais até aos complexos de extração e transformação do volfrâmio. Este tipo de registo é, essencialmente, documental, revestido de um forte cariz interpretativo e, não raras vezes, sentimental.

Até ao momento foram registadas três *conversas no terreno*, concretizando o desafio lançado a quatro informantes. Cada uma delas aborda uma temática diferente, relacionada com os trabalhos desempenhados nas Minas da Borralha por cada um dos informantes:

- visita guiada por antigo vigilante ao núcleo do *stockwerk* e lavaria nova e complexo da afinagem e lavaria velha;
- visita guiada por dois antigos operários da fundição ao edifício;
- descrição da construção de um *sarilho*³³, por um antigo entivador (Foto 6);



Foto 6: construção de um *sarilho* por um informante.

Graças às *conversas no terreno*, foi possível conhecer com maior detalhe aspetos que, por via das limitações impostas ao registo sonoro, se diluem nos depoimentos.

Do ponto de vista da museologia, este tipo de atividades não só permite a interação entre investigador e informante, como, e mais importante, proporciona a recolha de excelentes conteúdos quer de análise, quer para aplicação em projetos museológicos.

³³ Artefacto de madeira que pode assumir variadas formas. Usado pelo menos desde o período romano nas suas explorações mineiras como instrumento de extracção de escombros. Peça de tração manual usada na exploração de poços e desmontes verticais para retirar a terra, materiais ou fazer descer e subir o pessoal, através de aberturas verticais ou inclinadas. Ver anexo 2.

b. Glossário de Termos e Expressões de gíria mineira³⁴.

O glossário constituído reúne várias dezenas de termos e expressões selecionados a partir do processo de transcrição anotada dos depoimentos. Trata-se de uma prática relativamente comum em projetos de trabalho de campo, tendo sido utilizada, por exemplo, nas minas do Lousal (Rodrigues, 2005) e nas indústrias têxteis do vale do Ave (Cortesão, 2012). O glossário constitui a ligação por excelência entre o terreno e o gabinete. Os termos e expressões são recolhidos nos depoimentos dos informantes e posteriormente tratados no museu. Entre estes processos, são estabelecidos vários contactos intermédios com os informantes que irão posteriormente auxiliar o investigador a desenvolver uma interpretação dos termos e expressões.

No caso do glossário das Minas da Borralha, não só foi possível sinalizar expressões linguísticas muito peculiares – *o forno*³⁵ - específicas do local, como identificar outras que encontram paralelismo em regiões do país onde o volfrâmio também foi explorado - *chinas*³⁶. Para além de, num futuro que se deseja próximo, o projeto do glossário poder vir a alargar-se a outras dimensões da prática mineira, este oferece a possibilidade de aprofundar a representatividade da comunidade mineira no desenvolvimento do projeto museológico.

³⁴ Ver anexo 1: Glossário de Termos e Expressões da gíria mineira.

³⁵ Edifício entretanto desaparecido, localizado junto ao rio Borralha onde os apanhistas entregavam o produto do seu dia de trabalho.

³⁶ Pedra constituída maioritariamente por volfrâmio.

Capítulo IV.

Caminhos do Património Cultural Imaterial nas Minas da Borralha: propostas para um projeto de museologia participativa.

Tivemos oportunidade de acompanhar no decurso dos capítulos anteriores, o processo de construção de um projeto de investigação baseado nas narrativas orais de uma significativa parte da comunidade herdeira das Minas da Borralha. Progressivamente, foi sendo testado um modelo de aplicabilidade de parte dos resultados da investigação, na tentativa de reconstrução da história oral de parte desse mesmo percurso. Recorrendo à reflexão teórica necessária num modelo de investigação como este, procuro colocar em prática grande parte das teses defendidas no capítulo III.

Chegamos pois a um ponto onde a interseção entre o dispositivo teórico metodológico utilizado e a definição de um projeto de intervenção museológica se materializa. Para tal, torna-se necessário conhecer um pouco melhor a instituição sob a qual recairá a responsabilidade máxima de organizar, produzir e concretizar o projeto museológico em questão.

Por outro lado, uma vez que parte significativa da história das Minas da Borralha foi já objeto de reflexão no capítulo II, agora importa considerar três linhas estratégicas do projeto museológico proposto. Território; Quotidiano Operário e Histórias de Vida; Investigação e Promoção do Património Imaterial Mineiro, serão os eixos centrais em redor dos quais se desenvolverá o projeto. Ao mesmo tempo que estes são explorados através de medidas concretas, serão objeto de proposta de intervenção três assentamentos industriais da mina, localizados em diferentes pontos do território, designados como núcleos museológicos.

No decorrer da apresentação das várias propostas para os núcleos museológicos, será referenciado o local de receção do pólo museológico das Minas da Borralha. Segundo a proposta de reconversão dos espaços da Mina, apresentada pela C.M. M., este localizar-se-á no grupo D, junto ao edifício dos balneários, designado por *sede*. Dada a centralidade do grupo, em termos do projeto museológico, este espaço poderia considerar-se como o quarto núcleo museológico do pólo das Minas da Borralha. Nos edifícios em redor do grupo D, funcionaram durante várias décadas a padaria e o cinema comunitários e a sede da Comissão de Trabalhadores. A complexidade de relações que caracterizaram este núcleo – sociais, laborais, económicas e políticas - associada aos limites de tempo e espaço exigidos a esta

dissertação, não permitem que o Grupo D seja abordado em profundidade. Por outro lado, quer a extensão do território ocupado pelas Minas da Borralha, quer a multiplicidade de estruturas, vestígios e informações recolhidas no trabalho de campo, são de tal forma extensos que inviabilizam uma abordagem individual para cada segmento da Mina.

1. Breve História do Ecomuseu de Barroso.

O Ecomuseu de Barroso tem já uma existência longa. Foi ainda durante a década de 1970 que Georges Henri Riviére, aquando de uma visita a Terras de Barroso, sugeriu pela primeira vez a criação de um ecomuseu na região (Teixeira, 2005). Esse projeto, pensado numa primeira fase apenas para as aldeias inseridas no Parque Nacional da Peneda-Gerês, alargou posteriormente o seu campo de ação, integrando a vila de Montalegre e a aldeia de Vilar de Perdizes. Coube a António Marinho Batista e Fernando Pessoa, funcionários do então denominado Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, a primeira menção ao *Ecomuseu de Terras de Barroso* (Teixeira, 2005). Em 1992, apresentam ao Instituto de Conservação da Natureza o trabalho *Museologia de Áreas Protegidas*, documento que constituiu o pré-projeto do actual Ecomuseu. Na sua base, os autores referem, entre outros aspetos, a criação de estruturas museológicas e interpretativas devidamente descentralizadas e disseminadas pelo território do Barroso incluído no Parque Nacional da Peneda-Gerês. Estas estruturas constituíram o embrião dos pólos museológicos que atualmente integram o Ecomuseu de Barroso.

O grande momento que colocou o projeto em curso deu-se, contudo, no ano 2000. Nesse ano, foi encomendado pela C.M. M. um estudo de campo à empresa Quaternaire Portugal que, sob orientação de Hugues de Varine, apresentou no ano seguinte o programa concetual do futuro Ecomuseu de Barroso. Contando com um alargado apoio local, desde associações culturais, desportivas, etnográficas, passando por muitos particulares com destaque para o Padre Lourenço Fontes, o Ecomuseu de Barroso assumiu-se como projeto municipal em Novembro de 2001³⁷.

Instalado o quartel-general provisório na vila de Montalegre, o projeto começa o seu processo de descentralização. Em 2005, têm início as obras de requalificação da Casa do Capitão. Situada na vila de Salto, esta antiga casa de lavoura, entretanto reconvertida, é hoje o pólo museológico dedicado ao Baixo Barroso. Paralelamente, no norte do concelho têm início os trabalhos de requalificação da corte do Boi do Povo, na aldeia raiana de Tourém e do Forno

³⁷ “A ideia de um Ecomuseu para o Barroso resultava da consciência e da necessidade de salvaguardar o património de Barroso, nas suas múltiplas componentes, naturais, culturais, históricas e sócio-económicas, aliando-se a isto tudo a finalidade de contribuir para o desenvolvimento das populações locais [...], in Teixeira, 2005. p. 79.

do Povo em Pitões das Júnias Em Setembro de 2007 é aberta ao público a Casa do Capitão e, em 2008, é inaugurada a sede do Ecomuseu na Vila de Montalegre.

Atualmente o projeto do Ecomuseu de Barroso conta com quatro pólos disseminados pelo território, englobando o Parque Nacional Peneda-Gerês (aldeia de Pitões das Júnias – Forno do Povo), a zona raiana de forte influência galega (aldeia de Tourém – Centro de Interpretação Ambiental) e Baixo Barroso (Casa do Capitão). A estas estruturas junta-se a aldeia museológica de Paredes do Rio e todo um intenso movimento associativo de índole cultural, recreativo e etnográfico. Mais recentemente o projeto estendeu-se ao concelho vizinho de Boticas, prevendo-se a abertura de mais um pólo na Vila de Boticas. Fazendo jus à sua história plena de dinamismo e ambição, o Ecomuseu de Barroso prepara já o sexto pólo – o das Minas da Borralha - projeto que constituirá certamente mais um motivo de orgulho das gentes de Barroso.

2. Minas da Borralha: linhas estratégicas.

As três linhas estratégicas definidas constituem unidades processuais a partir das quais são propostas atividades que visam a aplicabilidade no terreno de vários excertos de depoimentos, bem como a institucionalização de redes colaborativas entre instituições de ensino superior e instituições dedicadas à promoção e defesa da cultura e identidade locais. Diferenciam-se dos núcleos museológicos pelo facto de não se encontrarem limitadas a um edifício ou a determinado espaço. Antes, representam bases metodológicas em redor das quais é possível experimentar novas abordagens à aplicabilidade dos resultados do trabalho de campo realizado.

a. Território.

Definir um território nas suas múltiplas variantes não é tarefa fácil. Neste caso, porém, importa balizar do ponto de vista geográfico os seus limites. De um modo geral, estes são aqui assumidos, tendo por base a latitude dos depoimentos recolhidos.

Verifica-se que ao longo das décadas da existência das Minas da Borralha, o território ocupado por estas foi intensamente vivido. Não só porque se trata de um espaço físico cenário de uma atividade industrial intensiva que, por via dos fenómenos de industrialização, foi profunda e progressivamente desvirtuado do seu desenho primitivo, como também porque nele que se situam várias aldeias – Borralha, Caniçó, Paredes e Linharelhos – e uma vila,

Salto, muitas vezes cenários de narrativas extremamente interessantes do ponto de vista histórico e sociológico. Assim sendo, o território referido ocupa a área que vai desde a vila de Salto até à aldeia de Campos, esta última já no Concelho de Vieira do Minho (imagem 1). Recuperar parte dessas narrativas de forma a processar um olhar diferente relativamente ao espaço vivido é o principal objetivo das propostas apresentadas.

⇒ **Localização dos antigos trilhos de contrabando de minério, por forma a criar circuitos para a prática do trekking.**

Estão identificados dois trilhos outrora usados por apanhistas e farristas para o contrabando do minério (Imagem 1):

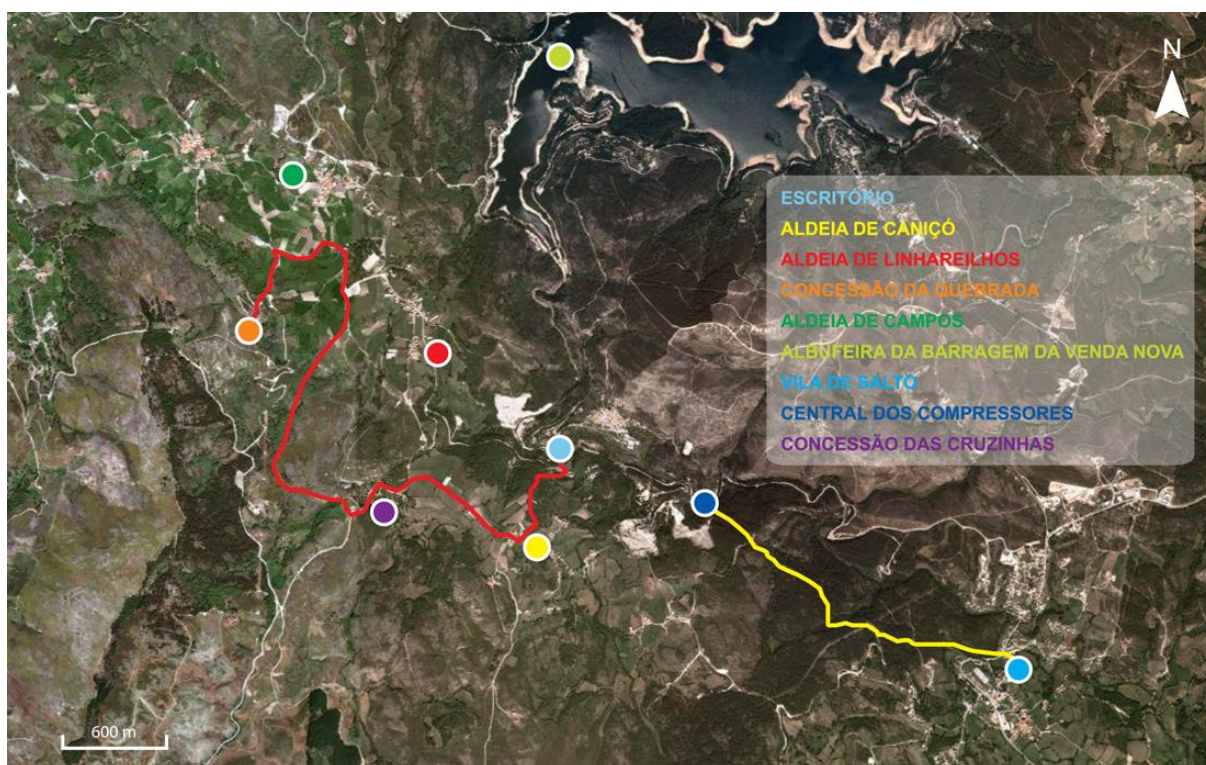


Imagem 1: Localização dos dois percursos pedestres.

1. Partindo dos escritórios passando pela aldeia de Caniço, mini-hídrica das Cruzinhas, aldeia de Linharelhos, terminando na concessão mineira da Quebrada (aldeia de Campos). Distância aproximada de 5 km.
2. Partindo dos Quartos Novos, seguindo o curso do Rio Borralha, de montante para jusante, até ao lugar da Borda D'Água, na vila de Salto. Distância aproximada de 4 km.

- ⇒ **Limpeza dos trilhos, através da promoção de ações de voluntariado jovem.**
- ⇒ **Sinalização dos trilhos ao longo do seu percurso, completando a sinalética universal dos percursos pedestres, com informações retiradas dos excertos dos depoimentos relativas ao contrabando de minério.**

- **Objetivos:**

- ⇒ Proporcionar ao público a oportunidade de conhecer o espaço físico ocupado pelo Couto Mineiro da Borralha e, ao mesmo tempo, contactar com aspetos da memória coletiva da comunidade.
- ⇒ Incentivar a práticas de desporto e convívio, promovendo o respeito e o conhecimento pela natureza.
- ⇒ Valorizar o *valor comunal e social* dos lugares, mediante o reconhecimento da importância das memórias individuais dos informantes para a reconstrução do território (Benton, 2010).

- ⇒ **Implementar um sistema de legendagem pelo território das Minas, recorrendo ao Glossário de *Termos e Expressões*.**

- **Objetivos:**

- ⇒ Interpretar o território industrial com base nas narrativas dos informantes, complementando a paisagem tecnológica com a imagem humanizada.
- ⇒ Interpretar estruturas em perigo de desaparecimento ou mesmo já desaparecidas.

Ex:

Forno: Nome dado a uma pequena construção, situada junto ao rio da Borralha na área da lavaria velha, onde os apanhistas depositavam o minério recolhido. Cada grupo de apanhistas tinha uma caixa de madeira com o número correspondente à sua licença, onde colocava ao final do dia o produto do seu trabalho.

“... chamavam-lhe o **forno** que era onde a gente ia levar o minério pró engenheiro prá afinagem...”.

“... também íamos lá abaixo ao **forno**, chamávamos-lhe o **forno** que era o depósito onde metíamos lá o minério”.

- ⇒ Recuperar expressões e termos entretanto caídos em desuso, renovando a sua aplicação a um contexto evocativo.

Ex:

China: Termo usado pelos trabalhadores, apanhistas e farristas das Minas da Borralha para designar uma pedra de minério, com elevada percentagem de minério e, conseqüentemente, com pouco seixo.

“... tiramos lá muito minério, era cada **china** de aluvião!”

“ ... eu e mais a minha mãe, eu ia pra lá e apareciam lá **chinas** todas limpinhas; a gente tinha de cavar mais um pedaço de areia...”

Salão: Designação dada pela maioria dos apanhistas e farristas ao espaço que medeia entre a terra solta e o solo propriamente dito e onde, segundo os eles, se encontravam bolsas de minério de aluvião

“... nós éramos para ir apanhar o **salão**, lá em baixo, porque o minério de aluvião estava entre a terra preta ou amarela e o **salão**, ou o fim da terra”.

b. Quotidiano operário e histórias de vida.

O desafio consiste em dar a conhecer as verdadeiras experiências de viver e trabalhar numa exploração de volfrâmio, pela voz de quem, direta ou indiretamente, contactou com o fenómeno do minério.

⇒ Desenvolver um programa de visitas guiadas de curta duração com várias gerações de antigos operários, proporcionando um ambiente informal de partilha de experiências e conhecimentos.

⇒ Promover sazonalmente um workshop de *mapeamento coletivo* e *cartografias críticas*, aberto ao público em geral e às escolas em particular.

• Objetivos:

⇒ Encontrar formas alternativas de comunicação que despertem a criatividade, a discussão e o intercâmbio cultural entre diferentes gerações.

⇒ Promover a auto-estima da comunidade mineira, através da valorização dos seus percursos de vida.

c. Investigação e promoção do Património Imaterial Mineiro.

O renascimento da indústria mineira nacional acaba por ser o mote para a concretização desta linha estratégica. O atual contexto sócio-económico veio dar maior visibilidade ao património

industrial mineiro nacional, o que poderá dar o mote para que instituições universitárias e museus, possam desenvolver redes de parcerias em redor desta temática.

⇒ Estabelecer redes de investigação com universidades, museus e demais instituições ligadas à cultura que partilhem dos mesmos interesses. A 12 de Abril de 2012, a investigação na qual o projeto museológico se baseia, foi apresentado no Clube de Leitura da FEUP, tendo sido alvo de bastante interesse por parte de responsáveis do Museu da FEUP e do Departamento de Engenharia de Minas e Geoambiente³⁸.

- **Objetivos:**

⇒ Potenciar os acervos museológicos das instituições aderentes e a experiência acumulada dos seus recursos humanos, canalizando-a para projetos comuns como por exemplo exposições co-comissariadas.

⇒ Criar uma base de dados transversal aos membros da rede, para os termos e expressões oriundos da gíria mineira.

3. Minas da Borralha: núcleos museológicos.

Disseminados pelo território, os núcleos museológicos considerados – Lavaria Velha e Afinagem, Lavaria Nova e *Stockwerk* e Fundação - oferecem do ponto de vista dos depoimentos recolhidos, narrativas particularmente ricas e diversificadas. Cada um destes núcleos representa, simultaneamente, um estádio evolutivo do que conhecemos hoje como Couto Mineiro da Borralha, mas também – e mais importante – uma evocação do quotidiano vivido por largas centenas de indivíduos.

Por outro lado, acaba por ser interessante observar a sua distribuição no espaço físico. As circunstâncias que proporcionaram a sua ativação e, num caso específico, a sua desativação precoce, acabam curiosamente por nos revelar que, ao contrário do que seria legítimo supor, a orgânica da mina não obedece a nenhum plano pré-estabelecido. Antes parece ser regida por critérios casuísticos, nomeadamente a capacidade de num determinado momento ser capaz de detetar o *rasto* de um filão que *saltou* ou, até mesmo, de retirar deste a sua máxima rentabilidade, quer em termos de matéria-prima, quer de matéria transformada³⁹. Em

³⁸ Cfr. <http://biblioteca.fe.up.pt/cl/node/17> [acedido a 07 de Setembro 2012].

³⁹ Segundo vários informantes, considera-se que um filão *saltou* quando a sua continuidade é interrompida. Poder-se-á recuperar novamente a *pista* do filão à mesma profundidade e na mesma direção ou não.

quaisquer dos casos citados, terão sido estas condicionantes que levaram à construção deste conjunto de edifícios em três locais estratégicos do ponto de vista da exploração, do transporte para transformação e do transporte para escoamento do produto final.

A escolha destes complexos mineiros, prende-se com o facto de, nos depoimentos recolhidos, as referências a estes núcleos serem de longe, não só em maior número, como também as mais ricas do ponto de vista narrativo. É pois possível explorar a multi-dimensionalidade das narrativas recolhidas, desde a descrição do modo de funcionamento dos equipamentos e o seu lugar na cadeia de produção de minério (dimensão tecnológica), contactar com as relações inter-pessoais dos operários (dimensão social), passando pelo conhecimento das condicionantes do espaço profissional ao nível das condições de trabalho (dimensão laboral).



Imagem 2: Minas da Borralha: localização dos núcleos museológicos e sua relação com os núcleos habitacionais e outros vestígios industriais.

Como irei demonstrar, cada núcleo museológico conserva características muito particulares. O estado de conservação e a leitura arquitetónica atual são determinantes no delinear das propostas de intervenção. Como iremos observar, os edifícios selecionados apresentam singularidades muito interessantes que perpassam o espectro da pré-ruína até à ruína, o que acaba, inevitavelmente, por condicionar a existência e a qualidade do espólio existente. Este constitui-se, à semelhança do desenho arquitetónico, como informação primária, que, do

ponto de vista operativo, será completada com outro nível de informação. Torna-se importante, não apenas diversificar as formas de acesso do público à informação, como também garantir que essa informação não seja excessivamente monótona e extensa. Estas condições são vistas não como uma dificuldade em si mesma, mas como um desafio à capacidade das propostas se adaptarem às características do espaço.

A filosofia adotada para as propostas de intervenção tem por base o conceito de *Conversas no Terreno*, experimentado por mim no decurso da investigação, ou seja, tornar presente os depoimentos dos informantes, desta vez junto dos públicos, nos núcleos selecionados. Perpetua-se desta forma a experiência sentida no próprio contexto de recolha de informação pelo investigador, passando por sua vez o ónus da seleção e interpretação da informação para o visitante. Por outro lado, a impossibilidade, cada vez mais visível, de ter como guias da mina os operários mais antigos em pessoa, faz com a perpetuação da sua presença se faça, predominantemente, através das suas *representações mentais* (Rodrigues, 2005).

Face ao contexto marcadamente tecnológico em que nos movemos, é por vezes fácil cair na tentação de valorizar os aspetos funcionais e técnicos em detrimento dos atores sociais que os experimentaram e acabaram por criar. A imponência do cavalete do *stockwerk*, o cenário preservado da lavaria nova e a originalidade dos fornos da fundição, constituem por si só motivos para uma intervenção museológica. No caso das propostas apresentadas, o processo de construção de significados foi precisamente o inverso. Face ao contexto de investigação apresentado, a dimensão tecnológica surge como um segundo plano, um cenário construído e montado para ser descoberto e desconstruído através dos depoimentos dos atores sociais que lhe conferiram significado. Visualmente impositiva e espacialmente poderosa, a dimensão tecnológica acaba por criar a necessidade de uma proposta museológica diametralmente oposta. Procurei criar um princípio da circulação de significados, ou seja, um modelo em que os excertos dos depoimentos possam ser, fundamentalmente, escutados individualmente, como de uma conversa íntima se tratasse. Os depoimentos podem ser escutados em qualquer altura da visita às minas, à medida que se percorre o território, bastando que o visitante acione o áudio-guia. A informação áudio-visual, ocupará um espaço muito reduzido, sendo aplicável apenas no edifício da fundição. A informação áudio, pelas características do próprio espaço, estará disponível preferencialmente para a lavaria nova e a relação paisagem industrial/homem será explorada no complexo lavaria velha/afinagem.

Como tal, a minha proposta passa pelo desenvolvimento de três vertentes de acesso à informação dos depoimentos, dos espólios pessoais dos informantes e dos resultados do trabalho de campo:

1. Desenvolvimento de *software* aplicável aos *iphones* e *tablets* dos visitantes, carregável na sede do pólo museológico e aquisição de *hardware* e *software* por parte do Ecomuseu de Barroso para o pólo das Minas da Borralha para uso dos diversos públicos, mediante o estabelecimento de uma caução.
2. Produção de material visual e áudio-visual tendo por base os espólios pessoais dos informantes recolhidos aquando da recolha dos depoimentos (fotografias, cadernos técnicos, amostras de minério).
3. Implementação de um sistema de legendagem, partindo da informação reunida no *Glossário de Termos e Expressões*.

Para os públicos, estariam disponíveis aplicações digitais de um conjunto alargado de temas abordados pelos informantes, previamente selecionados pelos serviços do museu. Para cada núcleo seria selecionado um conjunto de temas-base, que os públicos poderiam carregar no *iphone*, *tablet* ou *pendrive* de acordo com a sua escolha.

Do ponto de vista organizacional, este modelo evita a presença de um guia em permanência nos núcleos, evitando assim gastos elevados com pessoal, permitindo ao visitante uma experiência mais livre de contacto com a informação. Ao mesmo tempo e face à dispersão dos núcleos pelo território, seria contraproducente o museu ter um guia para cada um destes. A filosofia seguida aponta para as valências do *guia-intérprete* apontado pelo Prof. Xerardo Pereiro Pérez (2009). Nas propostas defendidas, podemos apontar para a necessidade de, pelo menos, dois guias-intérpretes.

Do ponto de vista museológico, este modelo confere ao museu um papel de intermediário no acesso aos conteúdos e não de *criador* dos mesmos, dando ao visitante maior liberdade de, por si próprio, estabelecer as suas conclusões e retirar dos depoimentos as suas interpretações, em suma, tornando a experiência museológica mais pessoal e auto-dirigida.

Do ponto de vista conceptual, parte do processo de investigação é partilhado com os públicos, onde a construção de interpretações e de novas narrativas se prolonga muito para além do tempo da própria investigação científica. Fica então demonstrado o carácter subjetivo e mutável quer do dispositivo expositivo, quer das metodologias que lhe deram origem, bem como a natureza contínua da produção de conhecimento.

a. Lavaría Velha e Afinagem⁴⁰.

Segundo os relatos de informantes, trata-se de um conjunto edificado em finais da década de 1920. Localiza-se junto ao rio Borralha, no coração do território ocupado pelas estruturas de transformação do minério. A Lavaría Velha, ao contrário da Afinagem, que laborou até ao encerramento definitivo da mina, terá funcionado apenas até meados da década de 1950, cedendo em definitivo a partir dessa data e até ao final da exploração da mina a sua função à Lavaría Nova, situada na área do *Stockwerk*. Atualmente, o complexo encontra-se praticamente desaparecido, tendo a sua leitura espacial sido completamente destruída (foto 7).



Foto 7: complexo da Lavaría Velha/Afinagem atualmente.

Proposta de intervenção:

O facto de este núcleo representar, dentro do conjunto da seleção realizada, a imagem de ruína industrial, é possível experimentar uma abordagem expositiva relativamente diferente das sugeridas para os outros núcleos. Os próprios depoimentos recolhidos revelam parte do enorme complexo que seria a Afinagem:

“Eu estava em cima no misturador a empurrar o minério para baixo, para separar, para as mesas. Para umas ia a areia, para outras ia o minério, para outras ia a pirite e eram quatro mesas para separar. Depois as senhoras, por exemplo, a Sra. Antónia e a D. Ana Guimarães também andavam nas separadoras, depois iam a carregar minério e pô-lo lá a secar, depois separavam, era pesado e depois era todo ensacado para vir para ali para a Fundição. [os

⁴⁰ Designa-se como Lavaría Velha a estrutura anexa à Afinagem, por oposição à Lavaría Nova localizada na zona do *Stockwerk*, esta última construída em finais da década de 1940.

sacos] *eram prá aí assim* [cerca de 50 cm de comprimento], *uns saquinhos de 50 quilos, depois a gente cosia-os e eram pesados assim à noite, já pronto a fundir*".

A ausência de estruturas arquitetônicas com boa leitura permite a exploração do espaço de uma forma mais livre. O rio, as escombrelras e as ruínas do assentamento industrial funcionam por si só como uma poderosa evocação da memória industrial existente. O equilíbrio proporcionado pela paisagem deve pois ser mantido, constituindo a intervenção museológica (com os áudi-guias) um apêndice ao pré-existente.

Assim sendo, propõe-se:

1. Seleção de excertos de depoimentos de antigos operários quer, da Lavaria Velha, quer da Afinagem. Cada visitante terá a oportunidade de, no edifício da recepção do pólo das Minas da Borralha, selecionar previamente o(s) tema(s) e escutá-los(s) ao mesmo tempo que percorre o pólo:
 - contrabando;
 - condições de trabalho e interação social;
 - funcionamento do complexo;

Excerto para áudio-guia do tema *Funcionamento do complexo*.

"[...] o minério vinha da Lavaria Nova. Vinha numa camioneta pra baixo, chegava cá baixo descarregavam-no ali à entrada, nos moinhos, um moinho pró moer, descarregavam-no, chegava lá um homem, até lá andou o Zé muita vez e moíam-no e subia no elevador pra cima pra uma caixa, que era uma caixa onde caía o minério e depois estava lá uma pessoa a butá-lo prá mesas. Butavam-no em cima num coiso alto e ele passava pra baixo. Tinha as mesas a lavar, umas mesas grandes, e levá-lo prá mesa e depois caía o minério pra uma caixa, caía a sheelite prá outra e caía os mistros prá outra. Eram três caixas e depois a gente tirava-o, ia lá tirar o minério prós carrinhos, levavamos pra adiante, pró secador. Era um coiso alto, a gente subia lá pra cima com os jigos à cabeça, levávamos aquilo pró secador, era tudo lá dentro [...]. Secava-se e depois saía pra fora, levavamos pró crivo, um crivo grande e depois crivava-se o minério grosso por um lado e o fino pró outro e depois levava-se para as separadoras. Tinha duas separadoras, tinha três mas duas eram na mesma; uma separava o minério fino e outra o minério grosso e dali tirava-se com uns carrinhos pra fora e levava-se pró recinto".



Foto 8: vista geral do complexo da Lavaria Velha/Afinagem: década de 1960.

b. Lavaria Nova e complexo do *stockwerk*.

Trata-se de um conjunto de edifícios e estruturas construído entre finais da década de 1940 e meados da década de 1950, junto à aldeia de Caniçó, cuja principal função seria a de apoiar a exploração da brecha de Sta. Helena (Grupo B). A construção quer do malacate, quer da Lavaria Nova e estruturas anexas, marcou uma importante viragem na exploração de volfrâmio na Mina. Até essa data, a área de exploração mantinha-se junto ao rio, em ambas as margens e no sentido de montante para jusante, culminando nos grupos E. e F., situados na margem oposta ao complexo Lavaria Velha/Afinagem. O esvaziamento da função primária da Lavaria Velha, fez com que todo o escombro proveniente dos diversos grupos fosse desviado para o poço do grupo B, situado na margem esquerda do rio. Posteriormente fazia-se a ligação com a parte superior da Lavaria Nova, através de um sistema de carris e vagonetas (imagem 3).

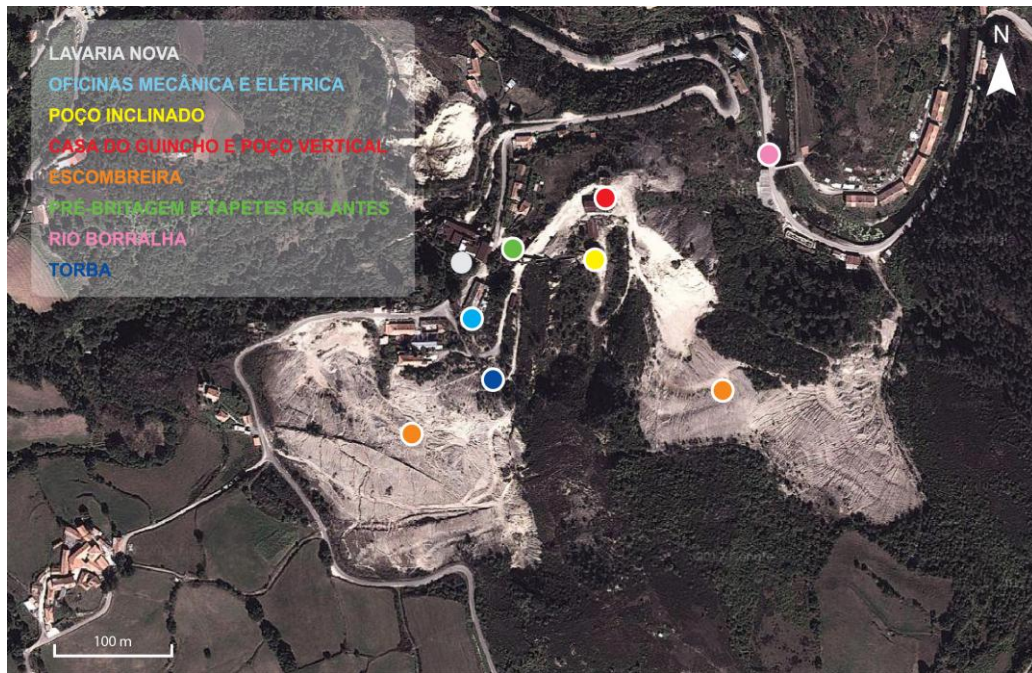


Imagem 3: Lavaria Nova e complexo do *stockwerk*.

Contra todas as expectativas, este núcleo museológico preserva uma leitura interessante da maquinaria e do espaço, sendo possível identificar claramente os circuitos de extração, transporte e transformação do escombro: dos moinhos aos crivos, dos canais de escoamento de inertes e água até às mesas de separação (foto 9).



**Foto 9: vista da entrada norte da Lavaria Nova.
Em primeiro plano canal de escoamento de água.**

Como irei pormenorizar, o processo de intervenção museológica proposto aqui passa por criar relações que conjuguem a evocação da memória operária, através da exploração sensorial da tecnologia remanescente, com as memórias individuais dos informantes. A intenção deste dispositivo passa por diversificar as fontes de informação ao dispor dos públicos, de modo a que estes possam criar as suas próprias perceções do espaço e dos aspetos mnemónicos associados.

Proposta de intervenção:

Os conteúdos centram-se basicamente no edifício da Lavaria Nova. Neste caso concreto, a metodologia a utilizar passaria simultaneamente por três níveis de informação:

- **sonoro (depoimentos):** os depoimentos a facultar seguiriam a mesma lógica temática do complexo Lavaria Velha/Afinagem, com uma seleção prévia por parte dos públicos do material a escutar.

Excerto para áudio-guia do tema *Funcionamento do complexo*.

“O mineral vinha das lavarias com areia, não vinha limpo por completo, depois entrava no moinho com um crivo para ser moído a 2 mm. O que passava dos 2 mm voltava para o moinho.

Dali ia para uma caixa grande, deitava-se lá e depois tinha um misturador que levava gasóleo e folíolo, que era para eliminar as pirites. Deitava-se ali no misturador e ele misturava aquilo tudo; com frascos por cima, com uma caixa, cada frasco tinha a sua coisa e ele misturava aquilo tudo e depois entrava nas mesas; as mesas depois a trabalhar é que apartavam o minério, a pirite flutuava com aqueles ingredientes que levava, flutuava e tornava-se leve, caía para uma caixa depois.”

- **sonoro (tecnológico):** colocação de colunas de som em pontos estratégicos da lavaria – junto às mesas hidrográficas - com reprodução sonora destas a laborar (foto 10)⁴¹. A ativação do som seria efetuada pelo próprio visitante, mediante a colocação de sensores de movimentos junto de cada coluna de som.

⁴¹ O som a utilizar na Lavaria Nova foi recolhido na Lavaria das Minas da Panasqueira em Maio de 2012. Ver Anexo 2: arquivo áudio-visual das Minas da Borralha.



Foto 10: mesas hidrogravíticas da Lavaria Nova.

5:10:1956

Caupentados 1º Turno

| Figos | M | H | M | F | |
|-------|-----|---|----|---|-------|
| 1 | 42 | 1 | 84 | 1 | 17 |
| 2 | 53 | 2 | 97 | 2 | 16 |
| 3 | 45 | | | 3 | 16 |
| | | | | 4 | 17 |
| | | | | 5 | 19 |
| | | | | 6 | 14 |
| | | | | 7 | 11 |
| | | | | | total |
| 140 | 191 | | | | |

Ocorrências

Neste turno faltou a
energia 15 minutos
Sa trase a murecha da
Lahveia

Antônio Lourenço

| | | | |
|------|---------------------|-----|------------|
| ✓ 1: | Produção total | | 2441 |
| ✓ 2: | Horas de trabalho | | 2h30 |
| ✓ 3: | Vagões para Lavaria | 394 | |
| ✓ 4: | + + Stockwerk | | 394 |
| ✓ 5: | falta de escombros | | |
| ✓ 6: | + + energia | | 15 minutos |
| ✓ 7: | + + água | | |
| ✓ 8: | Sacos de cimento | | 5 |
| ✓ 9: | Sacos de areia | 11 | |
| | confitearia | | |
| | justificação | | |

394
 610
 1.970
 640
 2.610

Imagem 4 e 5: pormenor de caderno de controlo da Lavaria Nova.

- **visual (espólio de informantes):** distribuição pelo espaço de imagens e objetos oriundos dos arquivos pessoais do universo de informantes contactados, nomeadamente a coleção constituída pelos cadernos de controlo do funcionamento da Lavaria (imagens 4 e 5).

c. Edifício da Fundição.

A construção do Edifício da Fundição iniciou-se ainda em finais da década de 1940, prolongando-se até meados da década seguinte. Em 1951 inicia os trabalhos experimentais e, em 1953, labora praticamente na capacidade máxima (Pereira, 1974). Trata-se da única fundição em Portugal, propriedade de uma empresa mineira, capaz de transformar a volframite e seus derivados em ferro-tungsténio. Do ponto de vista estratégico e de mercado, a construção da Fundição proporcionou às Minas da Borralha um valor acrescentado, na medida em que esta detinha o controlo da produção de minério desde a extração até à transformação, colocando a Companhia numa posição privilegiada relativamente a outros coutos mineiros. Do ponto de vista tecnológico, os fornos e o seu sistema de extração e reciclagem de fumos, constituem hoje exemplares únicos da era dourada da exploração mineira nacional. O edifício é constituído no piso 1 por uma nave central, onde se localizam os dois fornos e o moinho de bolas, as salas anexas de preparação do minério para fundição, o armazém do produto transformado e as secções de limpeza e moagem do produto do ferro-tungsténio. No piso 0 localiza-se o laboratório, os balneários e dependências que funcionariam como armazéns.



Foto 11: edifício da Fundição: pormenor dos dois fornos e sistema de extração de fumos (nave central).

Proposta de intervenção:

Atualmente decorrem no edifício obras de requalificação do espaço, nomeadamente a colocação de uma nova cobertura, de janelas e portões de acesso e de um sistema de iluminação. Graças a esta intervenção, o edifício da Fundação reunirá as condições mínimas para que seja possível planear uma intervenção museológica. Partindo deste pressuposto, as propostas apresentadas vêm na linha das sugeridas anteriormente para os restantes núcleos.

Graças às características únicas do edifício, nomeadamente a sua enorme área coberta, associada a um conjunto muito interessante de espaços com particularidades muito distintas entre si – desde a área dos fornos até à área de limpeza dos blocos - a fundição oferece a possibilidade de aprofundar os modelos de acesso à informação previamente abordados nos restantes núcleos museológicos. Neste caso concreto, serão contemplados três universos de conteúdos:

- depoimentos sonoros de antigos operários da fundição;
- depoimentos áudio e vídeo com uma das séries das *Conversas no Terreno*;
- aplicação de parte do *glossário de termos e expressões* em pontos pré-selecionados do espaço;

O espaço apresenta algumas características muito semelhantes às observadas no edifício da Lavaria Nova. Ambos preservaram ao longo do tempo grande parte da distribuição funcional dos seus espaços, bem como a sua maquinaria. Estas características acabam por facilitar a leitura e a interpretação dos espaços, na medida em que estes acabam por preservar informação primária absolutamente fundamental para a implementação de um plano de intervenção museológica.

Podemos mesmo afirmar que o *cenário* já se encontra montado, necessitando apenas da presença das personagens para lhe dar novamente vida. Desta forma, e à semelhança do caso da Lavaria Nova, torna-se necessário a cada passo criar um equilíbrio entre a informação pré-existente e o que se pretende acrescentar. Por outras palavras, é essencial deixar o edifício *falar*.



Foto 12: edifício da Fundição: acesso a secções de preparação do minério. É possível observar em último plano a casa de controlo dos fornos.

1. Depoimentos sonoros.

Foram objeto de tratamento vários depoimentos de antigos operários da Fundição que traçam grande parte do percurso desta unidade de produção ao longo de quase 50 anos. Graças a esta informação, torna-se possível aplicar a metodologia de áudio-guia para iphone ou tablet, disponibilizando excertos de vários temas pré-selecionados. À semelhança dos restantes núcleos propostos, não serão criados pontos de escuta fixos, mas sim dada a liberdade aos visitantes para percorrer o espaço ao mesmo tempo que ouvem os excertos dos depoimentos. Estes serão divididos em:

- histórias de vida;
- funcionamento da fundição/processo de preparação do minério para fundição;
- contrabando;

2. Depoimentos áudio e vídeo com uma das séries das *Conversas no Terreno*.

As *Conversas no Terreno* oferecem a oportunidade de conjugar a imagem com o som. Neste caso, a visita guiada por dois antigos operários da fundição, ainda num contexto de investigação servirá de mote para a implementação desta metodologia.

Uma vez editado, o vídeo poderá ser acedido através de um monitor, devendo para tal ser criada uma instalação com sofás. Sugerimos a área de preparação da pasta de refractário uma vez que se trata de um espaço com uma natureza performativa, derivada da distribuição dos equipamentos pela divisória ao mesmo tempo que ocupa um local estratégico, o que permite visualizar diretamente os fornos e a área de preparação do minério para fundição (foto 13).



Foto 13: área de preparação da pasta refratária para revestimento dos fornos.

3. Glossário de *Termos e Expressões*.

A fundição das Minas da Borralha foi pródiga em termos e expressões associadas às tarefas aí desempenhadas. Foram encontrados nos discursos dos informantes termos e expressões associados a práticas profissionais, a um apelido pejorativo relativo aos trabalhadores do espaço, passando por representações metafóricas do cotidiano operário e do próprio edifício. Juntas, formam um pequeno mas singular glossário, revestido de um profundo poder evocativo e imagético, que poderá ser usado como ligação/reacção entre o tempo presente e o tempo passado.

A utilização de parte do glossário no edifício da fundição acaba por ilustrar e preencher o espaço tecnológico e vivido, fazendo a ponte entre duas linguagens: a do indivíduo e a da máquina (imagem 6). Para reforçar esta ligação, os termos e expressões serão acompanhados, em alguns casos, do respetivo depoimento do informante, em formato áudio, acessível, à semelhança da metodologia das *Conversas do Terreno*, através de uma instalação antecipadamente construída.

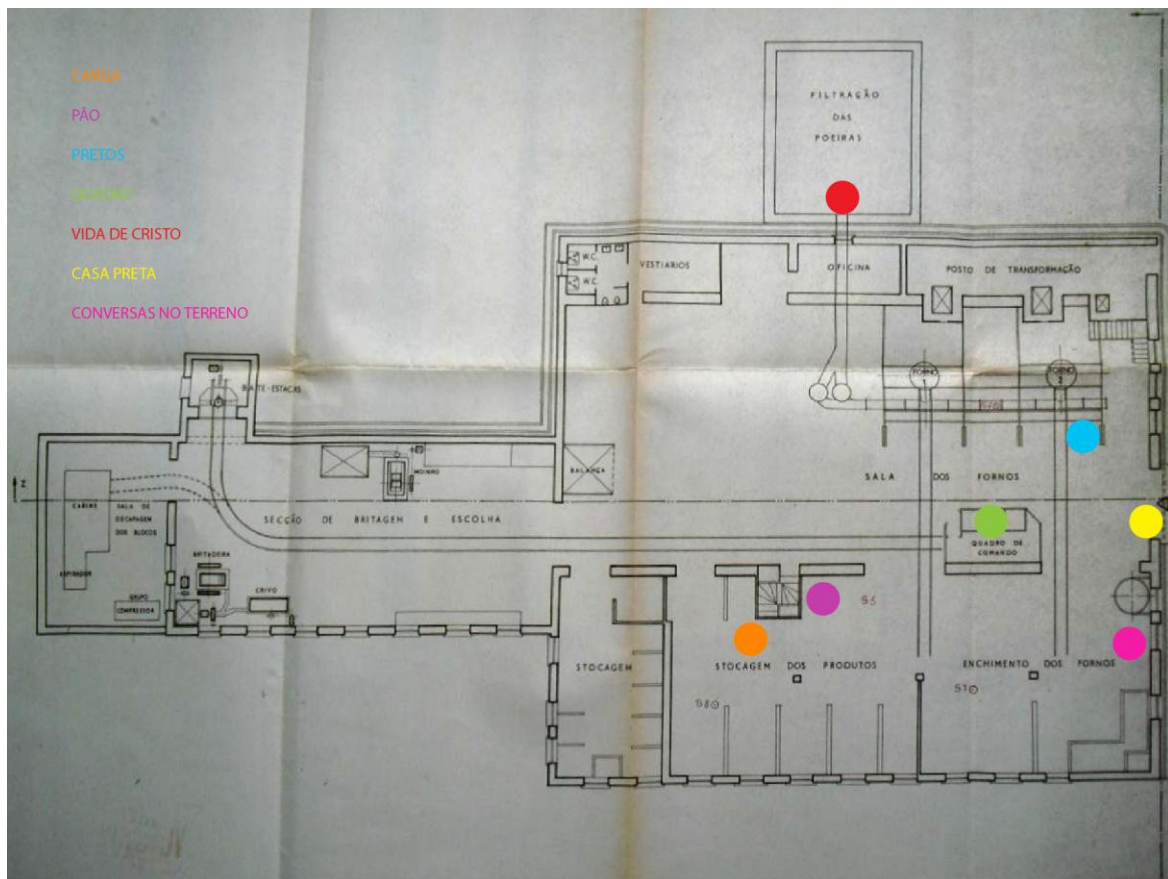


Imagem 6: distribuição no espaço dos dispositivos das *Conversas no Terreno* e *Glossário*.

Assim sendo, proponho a aplicação dos seguintes termos e expressões:

Termo: Carga

Significado: Nome dado a cada uma das porções de minério já preparado para ser fundido e que juntas (cerca de 60, com pesos que variam entre 60 e 100kg cada) constituem um pão ou bloco. Cada carga pode conter diferentes tipos de minério (volframite, sheelite, ...), preparado com diferentes dosagens de aditivos e matérias-primas (cal, caulino, enxofre, antracite, fósforo, ...)

Contextualização: “As primeiras cargas eram de sheelite, de minério branco...”.

“Um forno ficava mal se não levasse 60 cargas...”.

Localização do termo no espaço: Stocagem dos produtos.

Termo: Pão

Significado: Designação a que corresponde o conjunto de cargas (cerca de 60), de minério fundido em cada um dos fornos. Matéria final de produto fundido, que uma vez retirado dos

fornos era levado para uma secção situada ao fundo da fundição para aí ser limpo por pressão de ar e separado do alcatrão e outros materiais de revestimento dos fornos.

Contextualização: “... A cuba tem de ser desfeita para retirar o pão de liga que se encontra dentro.”

Localização do termo no espaço: Stocagem dos Produtos.

Termo: Pretos

Significado: Termo da gíria local que designava os operários da fundição nos primeiros anos de laboração quando ainda não estaria instalado o sistema de recuperação de fumos e poeiras e os balneários. Terá eventualmente um sentido pejorativo, no sentido em que distinguia os “sujos” da fundição dos restantes operários das diferentes secções.

Contextualização: “...nunca ninguém me viu muito sujo lá dentro, mesmo no tempo em que chamavam **pretos** eu nunca... havia lá muita água quente e fria...”

Localização do termo no espaço: Fornos

Termo: Quadro

Significado: Cabine de comando dos fornos da fundição.

Contextualização: “...chamamos nós o quadro, um quartinho, comandos dos fornos...”.

Localização do termo no espaço: Quadro de comando

Expressão: Vida de Cristo

Significado: Nome dado ao edifício contíguo à fundição, onde se realizava o aproveitamento dos fumos provenientes da fundição do volfrâmio a partir de 1956.

Contextualização: “Chamam-lhe lá a Vida de Cristo [...], aquilo era onde eram recuperados os fumos e os fumos em princípio eram vendidos...”

Localização da expressão no espaço: Filtração das Poeiras.

Expressão: Casa Preta

Significado: O mesmo que Fundição.

Contextualização: “Uma vez apareceu lá uma avaria na casa preta...”

Localização: Entrada Principal.

Conclusão

O alicerce de qualquer investigação em contexto museológico deve ser o trabalho de campo. Neste contexto entendo o conceito de *trabalho de campo* como a soma dos diversos processos de trabalho que expõem o investigador a uma série de estímulos exógenos ao ambiente construído pelo museu. Entendo que quanto maior for a diversidade de estímulos, ou se quisermos, de fontes de informação exploradas, maior será a compreensão do objeto de estudo. Aprender as múltiplas facetas de um determinado assunto, reverte, do ponto de vista museológico, para a exposição do investigador a um maior número de conteúdos passíveis de fazerem parte de um projeto museológico. Através de um planeamento holístico da investigação, verificamos, no caso concreto do dispositivo teórico-metodológico apresentado no capítulo I, que a seleção cuidada de informantes, aliada ao conhecimento progressivo do objeto e tema de estudo, resultou num corpo narrativo sólido.

A investigação em contexto museológico apresenta, pelo menos pela minha experiência, diversas cambiantes e nunca está terminada, antes se aproxima de um final. A narrativa histórica apresentada no capítulo II faz disso mesmo exemplo. Verificou-se que a recorrência a diversas fontes de informação acabou por ter efeitos secundários tão imprevistos como desafiantes para o futuro do projeto. O recurso à literatura romanceada dos fenómenos do volfrâmio como ilustração da realidade estudada acabou por trazer à superfície a urgência da compilação, estudo e valorização de um conjunto de textos essenciais para a compreensão do universo mineiro nas várias décadas. Muitas das obras literárias referidas no decorrer do trabalho encontram-se acessíveis, em grande medida, apenas através de alfarrabistas e colecionadores privados, sendo extremamente difícil reunir um corpo literário de apoio à temática do volfrâmio. Reunir cerca de 10 títulos foi por si só um exercício de pesquisa e salvaguarda de um património em risco, talvez não de desaparecimento em absoluto, mas em termos de acessibilidade. Através da escolha de utilizar o universo literário como *realidade paralela*, foi accionado um mecanismo que gerou a recuperação para a discussão museal de um conjunto de autores, trabalhos e narrativas a que, de outra forma, seria impossível de aceder. Daqui se conclui, portanto, que a capacidade de utilizar diversas fontes de informação em investigação museológica acaba por gerar novas áreas de investigação. O aprofundamento dos estudos em redor destes conteúdos literários não foi possível neste projeto. Por um lado razões de espaço físico impedem o trabalho de continuar. Por outro, essas mesmas limitações abrem novas perspetivas de investigação, reforçando a natureza inacabada da investigação museológica.

Se a literatura romanceada dos fenómenos do volfrâmio gerou interessantes conteúdos numa dimensão exógena ao investigador, já a metodologia de estudo da história oral, oriunda das transcrições anotadas do material recolhido, forneceu bases de trabalho para descodificar conteúdos plasmados nos depoimentos recolhidos. É o caso do Glossário de Termos e Expressões de Gíria Mineira e do Arquivo Audiovisual das Minas da Borralha. Dada a sua especificidade ao nível dos conteúdos e até do seu alcance ao nível do impacto previsto na proposta museológica do Capítulo IV, ambos os temas adquiriram com o avançar da investigação um carácter de projetos paralelos. Quer o Glossário, quer o Arquivo saem diretamente dos processos de transcrição e de reflexão dos dados. Ao mesmo tempo a pesquisa de fontes secundárias – documentação avulsa e literatura especializada – forneceu o conhecimento teórico acerca do tema do volfrâmio, que permitiu a descodificação da informação relativa, por exemplo, a vários termos e expressões característicos da comunidade da Minas da Borralha. Os processos de construção do Glossário e dos seus significados obrigaram a investigação a adotar grande flexibilidade, nomeadamente ao nível da recolha de depoimentos, com contactos orientados, por vezes, para uma única expressão ou termo, mais difícil de adquirir significado para o investigador. Muito para além de uma mera instrumentalização do Glossário nas propostas museológicas apresentadas, o objetivo primeiro da sua construção diz respeito à necessidade de salvaguarda dos significados inerentes, atribuindo-lhes um valor simbólico. A este, o Arquivo Audiovisual acrescenta o valor performativo. Os conteúdos audiovisuais apresentados representam, à semelhança dos dados do Glossário, cerca de 20% do total do material recolhido. A recorrência, em casos específicos, à imagem em movimento para ilustrar determinado objeto, prática performativa ou cenário industrial, permitiu não só a criação de conteúdos pertinentes para as propostas finais do projeto museológico, como gerou fortes relações de proximidade entre os intervenientes na investigação, o que se veio a revelar decisivo para a qualidade final do trabalho.

Estes esforços de criação e desenvolvimento de projetos dentro da temática de investigação, foram essencialmente desenvolvidos após o final do contrato de trabalho com o Ecomuseu de Barroso. Este facto vem alimentar uma discussão cuja pertinência tem vindo gradualmente a fazer-se sentir no seio da museologia contemporânea – a das limitações institucionais do museu inerentes à perda da sua influência na produção cultural contemporânea. Neste campo, foi referido o conceito de autodeterminação da instituição museológica, ou seja, a capacidade que cada museu deve buscar dentro de si para adquirir significado interna e externamente. No campo da produção cultural, as estruturas independentes de natureza associativa e empresarial

têm vindo a cimentar a sua posição como produtores e gestores de conteúdos científicos e culturais, outrora exclusividade dos museus. Quer esta dimensão institucional, quer por outro lado a chamada sociedade civil, acabaram por reconhecer um renovado e complexo conjunto de valores – económico, político, social – que ultrapassa claramente a esfera de influência do museu tradicional. O capital de conhecimento acumulado e a tradição plasmada na natureza institucional, estatutária e hierárquica do museu tradicional, têm hoje necessidade de ser revestidos e reinventados criativamente. O museu hoje não compete sozinho na chamada indústria da cultura. A consciencialização de que o seu carácter diferenciador reside precisamente na tradição e saber acumulado poderá constituir, na minha opinião, o início de um movimento reformista do seio da museologia contemporânea.

A indústria extrativa em Portugal está na moda. Praticamente todas as semanas somos informados de novos contratos de exploração que são assinados entre o Estado e empresas multinacionais. Desde o ouro, até ao ferro, passando pelo volfrâmio, a riqueza que o subsolo português encerra tem merecido particular destaque. Recentemente, até as Minas da Borralha foram notícia, pelo facto de, supostamente, haver sido assinado um contrato para duas novas concessões de volfrâmio na área do antigo couto mineiro. Comunidades inteiras, desde Torre de Moncorvo até Aljustrel, alimentam a expectativa de ver reativada uma indústria que durante décadas representou o ganha-pão para milhares de famílias. A comunidade mineira das Minas da Borralha não foge à regra. As expectativas do ressurgimento da atividade mineira alimentam o imaginário operário desde o encerramento das minas em 1986. Esta ilusão – porque o caso de Torre de Moncorvo foi isso mesmo – baseia-se em dois pontos. No primeiro temos a riqueza do subsolo nacional, nomeadamente ao nível do volfrâmio, de que as Minas da Panasqueira são o exemplo maior. Por outro lado, verifica-se que uma parte considerável do património industrial mineiro soube resistir às vicissitudes próprias do passar do tempo e à incúria humana. Esta *persistência da memória* passa também pela manutenção de grande parte das antigas comunidades mineiras. Construídas, grosso modo, em locais relativamente remotos, longe dos grandes centros urbanos, souberam preservar as memórias associadas à sua atividade de um modo muito particular. Constituindo-se como elementos em cuja vivência quotidiana é relativamente difícil penetrar - pelo menos essa foi a minha experiência - as comunidades mineiras guardam ainda o espírito de sacrifício e um certo ideal de estoicismo típicos do mineiro.

No decorrer dos últimos anos, a investigação ao nível do património industrial mineiro tem vindo a ganhar cada vez mais adeptos. Seja através da valorização da vertente tecnológica,

seja através de trabalhos de campo mais ou menos organizados no campo das ciências sociais, a verdade é que o renascimento da indústria extrativa nacional tem favorecido a emergência de projetos de investigação nesta área. Encerrados na sua grande maioria na década de 1980, os principais centros mineiros são vítimas, desde esses tempos, de uma lenta agonia, visível através do envelhecimento das suas populações e pela emigração da sua juventude. As antigas comunidades mineiras encontram-se hoje perante o desafio da sobrevivência. Herdeiras de um património a todos os níveis notável, são colocadas face a face com a imprevisibilidade e a incerteza do futuro. Desde promessas vãs de reativação da indústria mineira, passando por projetos de reabilitação ambiental, até projetos de musealização, a verdade é que as comunidades mineiras nunca encerraram a mina que têm no seu âmago e que constituiu a razão da sua existência.

Esta característica foi descoberta por mim no decurso do projeto de investigação. Todos os informantes comentaram acerca da sua esperança de assistir à reabertura da atividade mineira. Alguns até se voluntariaram para trabalhar novamente na mina, apesar de contarem mais de 60 anos! Este aspeto parece-me importante de referir na medida em que se verifica, nas Minas da Borralha, uma forte vontade de prosseguir em frente, um ânimo e coragem inabaláveis de resistir. Para este projeto museológico, este estado de espírito é simultaneamente encorajador e responsabilizador. Encorajador na medida em que se encontra criada uma expectativa positiva em redor da aplicabilidade do projeto. Responsabilizador porque exigirá do Ecomuseu de Barroso – caso o projeto seja aceite – a adoção de uma linha de trabalho muito próxima com a comunidade mineira.

Do ponto de vista da dissertação, e olhando retrospectivamente para os últimos quatro anos, posso-me sentir realizado. Uma temática que, à partida, não captava a minha atenção, tornou-se num caso sério de obsessão profissional. De uma forma ou de outra, quiçá em virtude de viver desde 2009 em Caniçó, junto das minas, o projeto profissional tornou-se pessoal. Desde o início do processo de contacto com as Minas da Borralha senti a convicção de que, mais tarde ou mais cedo, teria de validar academicamente parte do trabalho realizado. Posso dizer hoje, sem falso pudor, que me sinto satisfeito por o ter feito. Não apenas pela profundidade atingida com o trabalho, mas também pela necessidade de fechar um ciclo. Sinto agora que uma nova fase começa: a da implementação do projeto museológico.

Apesar do futuro dos resultados da investigação ser uma incógnita, o trabalho até agora executado leva-me a concluir que vale a pena apostar no campo do património industrial mineiro. Projetos deste tipo são necessários para que as comunidades mineiras se apercebam do potencial que encerram. Para a museologia, estas constituem oportunidades dos museus se

empenharem a fundo em questões pertinentes que têm a ver diretamente com a própria sobrevivência das antigas comunidades mineiras. Parece-me que este será o verdadeiro caminho da disciplina daqui em diante.

Por último, importa referir o aspeto inacabado da proposta museológica apresentada. O Grupo C das Minas da Borralha, apesar de referido brevemente não foi objetivamente alvo de uma proposta concreta. Este aspeto apenas vem reforçar a natureza contínua deste tipo de projetos de investigação. Instituições e agentes locais devem conjugar esforços na tentativa de potenciar projetos comuns. Apenas em parceria, o Património Industrial Mineiro tem condições de sobrevivência.

Bibliografia.

AA.VV, 2009. *Museus e Património Imaterial. Agentes, Fronteiras, Identidades*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação. ISBN: 978-972-776-400-6.

Abreu, Rogério e Domingues, Laura Scheidecker, 2009. “O Museu anima-se: as vozes e rostos dos operários”, in *Museus e Património Imaterial. Agentes, Fronteiras, Identidades*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação. ISBN: 978-972-776-400-6, pp. 255-263.

Alarcão, Jorge de, 2002. *O Domínio Romano em Portugal*. 4ª Edição. Mem Martins: Publicações Europa-América.

Andrade, Constança, S/D. *Minas da Borralha – Montalegre. Projeto museológico*. [s.I]: [s.n].

Araújo, Pedro Borges de, 2002. “Conceptualização e estratégias de projecto”, in *Reconversão e Musealização de Espaços Industriais. Actas do Colóquio de Museologia Industrial*. Porto: Associação para o Museu da Ciência e Indústria. pp. 89-99.

Benton, Tim (ed.), 2010. *Understanding heritage and memory*. Manchester: Manchester University Press. ISBN: 978-0-7190-8153-8.

Brandão, José M., 1999. “Património Mineiro Português: um filão a explorar”, in *Actas do Seminário Arqueologia e Museologia Mineiras*. Lisboa: Edição do Instituto Geológico e Mineiro – Museu. ISBN: 972-95452-9-4. pp. 5-9.

Brandão, José M., 2002. *A problemática da musealização de espaços mineiros. Um caso exemplar: proposta de instalação do Museu das Minas de Argozelo*. Tese de Mestrado em Museologia. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Bucaille, Richard & Pesez, Jean-Marie, 1989. “Homo-Domesticação. Cultura Material”, in *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 11-47.

Burguess, Robert G., 2001. *A Pesquisa de Terreno*. Traduzido do inglês por Freitas, Eduardo de & Mansinho, Maria Inês. Oeiras: Celta Editora. ISBN: 972-8027-43-5.

Carvalho, Ana, 2011. *Os Museus e o Património Cultural Imaterial. Estratégias para o desenvolvimento de boas-práticas*. Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS. ISBN: 978-989-689-169-5.

Clifford, James, 1997. *Routes. Travel and Translation in the late twentieth century*. Harvard: Harvard University Press. ISBN: 0-674-77961-4 (pbk).

Cortesão Luíza (cord.), 2012. *Quando eu nasci, aquela fábrica já ali estava. Memórias, Vivências e Opiniões Sobre o Trabalho Operário na Indústria em Guimarães*. Guimarães: Edição da Fundação Cidade de Guimarães.

Crane, Susan A. (ed.), 2000. *Museums and Memory*. Stanford: Stanford University Press. ISBN: 0-8047-3565-4 (pbk).

Crooke, Elizabeth, 2007. *Museums and Community. Ideas, issues and challenges*. Londres: Routledge. ISBN10: 0-415-33657-0 (pbk).

Cruz, Bento da, 2009. *A Fárria*. Lisboa: Âncora Editora. ISBN: 978-972-780-247-0.

Custódio, Jorge, 1991a. “Projeto do Museu do Ferro de Moncorvo da Ferromina E.P”, in *Museologia e Arqueologia Industrial. Estudos e Projetos*. Lisboa: APPAI. pp. 75-82.

Custódio, Jorge, 1991b. “Museu das minas de Aljustrel: bases para a sua formação”, in *Museologia e Arqueologia Industrial. Estudos e Projetos*. Lisboa: APPAI. pp. 119-127.

Custódio, Jorge, 1993. “As minas abandonadas do ponto de vista da arqueologia mineira e industrial”, in *Boletim de Minas*, vol. 30, (2), pp. 73-83.

Delegação Regional do Norte do Ministério da Economia. Arquivo da Circunscrição Mineira do Norte, pasta do Couto Mineiro nº 11 (Borralha).

Duarte, Alice, 1998. “O Museu como Lugar de Representação do Outro”, in *Antropológicas*, nº 2, Junho de 1998. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa. ISSN: 0873-819X.2 (1998), pp. 121-140.

Ernst, Wolfgang, 2000. “Archi(ve)textures of Museology”. In Crane, Susan A. (ed.). *Museums and Memory*. Stanford: Stanford University Press. ISBN: 0-8047-3565-4 (pbk), pp. 17-34.

Fernandes, Celina Busto, 2010. *As Minas de Ervedosa (1906-1969). Efégie de memória e narrativa*. Lisboa: Âncora Editora. ISBN: 978-972-780-278-4.

Gaspar, Orlando Barros, 1965. *Revista Engenho*, (3), julho-setembro. Citado em Nunes, João Paulo Avelãs, 2007. *Efeitos colaterais do “fomento industrial”. O exemplo do subsector do*

volfrâmio até à década de 1950. Revista da Faculdade de Letras. Porto, III série, vol.8. pp. 273-297.

Geertz, Clifford, 1989. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.

Ghiglione, Rodolphe & Matalon, Benjamin, 1992. *O Inquérito. Teoria e prática*. Traduzido do francês por Pires, Conceição Lemos & Saint-Maurice, Ana de (Revisão técnica). Oeiras: Celta Editora. ISBN: 972-8027-01-X.

Handler, Richard, 1992. “On the Valuing of Museum Objects”, in *Museum Anthropology*, 16 (1), pp. 21-28.

Hein, George, 1998. *Learning in the Museum*. Londres: Routledge. ISBN: 0-415-09776-2 (pbk).

Hein, George, 2004. “John Dewey and Museum Education”, in *Curator* 47 (4), Outubro 2004, pp. 413-427.

Heritage Lottery Fund, 2002. *A Catalyst for a Change. The social impact of the Open Museum*. Leicester: RCMG. ISBN: 1 898489 26 2.

Hooper-Greenhill, Eilean, 1992. *Museums and the Shaping of Knowledge*. Londres: Routledge. ISBN 0-415-07031-7.

Hooper-Greenhill, Eilean, 1999. *The Educational Role of the Museum*. 2ª edição. Londres: Routledge. ISBN: 0-415-19827-5 (pbk).

Hooper-Greenhill, Eilean, 2007. *Museums and Education. Purpose, pedagogy, performance*. Londres: Routledge. ISBN: 0-415-37936-9 (pbk).

Janes, Robert R., 2009. *Museums in a Troubled World. Renewal, Irrelevance or Collapse?* Londres: Routledge. ISBN10: 0-415-46301-7 (pbk).

Kirshenblatt-Gimblett, Barbara, 1991. “Objects of Ethnography”, in Karp and Lavine (eds), *Exhibiting Cultures. The Poetics and Politics of Museum Display*. Washington: Smithsonian Institution Press, pp. 387-443.

Lage, Maria Otília Pereira, 2002. *Wolfram=volfrâmio: terra revolvida, memória revolta, para uma análise transversal da sociedade portuguesa: anos 1930-1960*. Braga: Edição da Universidade do Minho. ISBN 972-98695-6-1.

Marinho, Maria de Fátima, S/D. *A representação do fenómeno do volfrâmio enquanto representação do discurso da história*. [s.l]: [s.n.].

Ministério da Economia, 196?. *Minas Concedidas no Continente desde Agosto de 1836 a Dezembro de 1962*. Lisboa: Edição da Secretaria de Estado da Indústria e Direção Geral de Minas e Serviços Geológicos.

Nabais, António José C. Maia, 1993. “Nova Museologia – Novas Práticas Museológicas”, in *Revista Vértice*, 54 (2), Maio – Junho de 1993. Lisboa: [s.n], pp. 46-50.

Namora, Fernando, 1954. *Minas de San Francisco*. 3ª Edição. Lisboa: Editorial Inquérito Limitada.

Nascimento, Manuel do, 1944. *Mineiros*. Porto: Livraria Latina Editora.

Nascimento, Manuel do, 1945. *O aço mudou de tempera*. Porto: Livraria Latina Editora.

Noronha, Fernando Manuel Pereira de, 1983. *Estudo Metalogénico da Área Tungstífera da Borralha*. Dissertação de Doutoramento em Geologia. FCUP.

Nunes, Guida, 1996. *Lavradores de Volfrâmio*. Montalegre: Edição da Câmara Municipal de Montalegre.

Nunes, João Paulo Avelãs, 1994. “Inventores, registos de patentes e de marcas e arqueologia industrial. Um exemplo concreto. In *Revista Portuguesa de História*, XXIX, p. 181-212.

Nunes, João Paulo Avelãs, 1996. “Arqueologia industrial, património cultural, nova história regional e local”, in *Revista Vértice*, II Série, (73), julho-agosto, pp. 103-110.

Nunes, João Paulo Avelãs, 1998. “Arqueologia Industrial e Museologia da Mineração do Volfrâmio. Uma Abordagem Introdutória”, in *Actas do Seminário de Arqueologia e Museologia Mineiras*. Lisboa: Edição do Instituto Geológico e Mineiro. pp. 69-80.

Nunes, João Paulo Avelãs, 2000. “Volfrâmio português e ouro do III Reich durante a Segunda Guerra Mundial (1938-1947)”, in *Revista Vértice*, II Série, (94), março/abril 2000, p. 42-59.

- Nunes, João Paulo Avelãs, 2010. *O Estado Novo e o Volfrâmio (1933-1947)*. Coimbra: Edição da Imprensa da Universidade de Coimbra. ISBN: 978-989-8074-42-3.
- Pereira, José Jorge Álvares, 1974. *A Fabricação de Ferro-Tungsténio nas Minas da Borralha*, in *Boletim de Minas* nº 11 (3) Jul/Set de 1974, pp. 121-134.
- Pereira, José Jorge Álvares, 1984. *Riquezas Mineralógicas de Barroso e sua História*. Montalegre: Ed. da Câmara Municipal de Montalegre.
- Pereiro Pérez, Xerardo. 2005. “Globalização e Museus: Relações transfronteiriças”. In *Actas das XVI Jornadas sobre a função social do museu. Ecomuseu de Barroso: Identidade e Desenvolvimento*. Montalegre: Edição da C.M. de Montalegre e Ecomuseu de Barroso, pp. 31-40.
- Pereiro Pérez, Xerardo, 2006. “Ecomuseums, cultural heritage, development and cultural tourism in the North of Portugal”. In *Cultural Tourism: globalising the local – localizing the global*. New York: Haworth Press, pp. 195-213. ISBN: 978-0-7890-3116-7.
- Pessoa, Fernando Santos, 2001. *Reflexões sobre Ecomuseologia*. Porto: Edições Afrontamento. ISBN: 972-36-0562-7.
- Poirier, Jean et al., 1995. *Histórias de Vida. Teoria e Prática*. Lisboa: Celta Editora. ISBN: 972-774-022-7.
- Reis, Daniel & Neves, Fernando Paulouro, 1979. *A Guerra da Mina e os Mineiros da Panasqueira*. Lisboa: A Regra do Jogo Edições.
- Ribeiro, Aquilino, 1961. *Volfrâmio*. 3ª Edição. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Rodrigues, Paula. 2005. *Vidas na Mina: Memórias, Percursos e Identidades*. Lisboa: Celta Editora. ISBN 972-774-216-5.
- Rolland-Villemot, Bénédicte, 2001. “Le traitement ds collections industrilles et techniques, de la connaissance à la diffusion”, in *la Lettre de l’OCIM*, (73). pp. 13-18. Citado em Brandão, José M., 2002. *A problemática da musealização de espaços mineiros. Um caso exemplar: proposta de instalação do Museu das Minas de Argozelo*. Tese de Mestrado em Museologia. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Simon, Nina, 2010. *The Participatory Museum*. Santa Cruz: MUSEUM 20. ISBN: 13: 978-0-615-34650-2.

Soares, Freitas, 1941. *Volfrâmio. O barão da Picareta juntou-se ao Marquês da Pá*. Porto: Edição de autor.

Solanilla, Laura, 2008. “The internet as a tool for communicating life stories: a new challenge for “Memory Institutions””. *International Journal of Intangible Heritage*. Vol.3. ISSN 1975-3586. pp 104-114. Citado em Carvalho, Ana, 2011. *Os Museus e o Património Imaterial. Estratégias para o desenvolvimento de boas-práticas*. Évora: Edições Colibri/CIDEHUS – Universidade de Évora. ISBN: 978-989-689-169-5.

Teixeira, David, 2005. “A História e Evolução do Ecomuseu de Barroso”. In *Actas das XVI Jornadas sobre a função social do museu. Ecomuseu de Barroso: Identidade e Desenvolvimento*. Montalegre: Edição da C.M. de Montalegre e Ecomuseu de Barroso. pp. 73-94.

Thompson, Paul, 2000. *The voices of the Past*. 3ª Ed. Nova York, Oxford University Press. Citado em Thomson, Alistair, 2011. “Memory and Remembering in Oral History”. In *The Oxford Handbook of Oral History*. Oxford: Oxford University Press. ISBN 978-0-19-533-955-0, pp. 77-95.

Vilar, António de Almeida Sousa, 1998. *O volfrâmio de Arouca no contexto da Segunda Guerra Mundial (1934-1945)*. Arouca: Edição da Câmara Municipal de Arouca.

Weil, Stephen E., 2005. “Museums and Communities: Their Changing Relationship”, in Domingues, Álvaro et al. (orgs), 2005. *A Cultura em Ação. Impactos sociais e território*. Porto: Edições Afrontamento. ISBN: 978-972-360-6911.

Websites

Associação Portuguesa de Geólogos, 2009 [Online].

Disponível em:

www.apgeologos.pt/docs/geol_verao/guia_borralha.pdf [acedido a 17 julho de 2009].

Câmara Municipal de S. João da Madeira, 2012 [Online].

Disponível em:

www.cm-sjm.pt/1924 [acedido a 23 de Abril de 2012].

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2012 [Online].

Disponível em:

www.cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral [acedido a 19 Abril de 2012].

Clube de Leitura FEUP, 2012 [Online].

Disponível em:

<http://biblioteca.fe.up.pt/cl/node/17> [acedido a 07 de Setembro 2012].

Exploratorium, 2011. [Offline].

Disponível em:

<http://exploratorium.edu/IFI/resources/constructivistlearnig.html>. [acedido em Junho 2011].

Hooper-Greenhill, Eilean, 2001. *Cultural Change in Museums: Professional Issues, Taking the Lead*. [Online].

Disponível

em:

http://museologiaporto.ning.com/groups/curso2008_2009/forum/topics/bibliografia-comunicacao. [acedido em Junho 2011].

Making History, 2012 [Online].

Disponível em:

http://www.history.ac.uk/makinghistory/themes/oral_history.html [acedido a 19 Abril de 2012].

Museu da Luz, 2012 [Online].

Disponível em:

www.museudaluz.org/index.htm?no=671000100161. [acedido a 21 de Abril de 2012].

Museu do Resgate, 2012. [Online].

Disponível em:

www.museudoresgate.org/. [acedido em 28 agosto 2012].

Nunes, João Paulo Avelãs, 2007. Efeitos colaterais do “fomento industrial”. O exemplo do subsector português do volfrâmio até à década de 1950. In *Revista da Faculdade de Letras*. Porto, III série, vol.8. pp. 273-297 [Online].

Disponível em:

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3358.pdf> [acedido a 14 Fevereiro 2011].

Online Library. Cameron, Duncan, 1971. *The museum. The temple or the Forum*. [Online]

Disponível em:

<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.2151-6952.1971.tb00416.x/abstract> [acedido a 06 maio 2010].

Pereiro Pérez, X., Chaves da Moura, V. e Alves Carneiro, P. 2003. “Museus de antropologia e desenvolvimento comunitário no Norte de Portugal: O Ecomuseu do Barroso”. In *Actas do VIII Colóquio Galego de Museus. Museus: Construindo a comunidade*. Santiago de Compostela, 26-28 Setembro de 2002, pp. 255-276. [Online]

Dísponível em:

http://home.utad.pt/~xperez/ficheiros/publicacoes/museos_antropologia/Ecomuseu_Barroso.pdf [acedido a 10 maio 2012].

Pereiro Pérez, Xerardo. 2009. Turismo Cultural. Uma visão antropológica. Tenerife: Asociación Canaria de Antropología & PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. ISBN: (13): 978-84-88429-131. [Online].

Disponível em:

<http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosoedita/PSEedita2.pdf> [acedido a 27 julho 2012].

Ross, Max, 2004. “Interpreting the New Museology”. In *Museum and Society*, 2 (2), Julho de 2004. pp. 84-103. [Online]

Disponível

em:

<http://www.le.ac.uk/ms/m&s/Issue%205/ross.pdf> [acedido em Junho 2011].

Sandell, Richard, 2003. “Social inclusion, the museum and the dynamics of sectoral change”. In *Museum and Society*, 1 (1), Março de 2003. pp. 45-62. [Online].

Disponível

em:

http://museologiaporto.ning.com/groups/curso2008_2009/forum/topics/bibliografia-comunicacao. [acedido em Junho 2011].

Semedo, Alice, 2010. *Impactos Sociais: Que Visões e que Valores?* [Online].

Disponível

em:

http://museologiaporto.ning.com/groups/curso2008_2009/forum/topics/bibliografia-comunicacao. [acedido em Junho 2011].

Steel, Patrick, 2011. *40% of local museum authority museums cut staff*. [Online].

Disponível em:

<http://www.museumsassociation.org/news/13062011-local-authority-museums-cut-staff-in-last-year>

Anexo 1.

Glossário de Termos e Expressões de gíria mineira (parcial).

Apanhista[s]: Termo que de uma forma geral designa o trabalhador ou sociedade semi-independente que trabalha na apanha do minério no exterior da mina. O apanhista, embora não pertencendo formalmente ao universo dos trabalhadores da Companhia, tem uma relação contratual para com ela, formalizada por uma licença fornecida pela própria empresa. O apanhista obrigava-se a cumprir um horário fixo (8 às 17h, segundo informantes), restringir a sua actividade à área demarcada pela Companhia para a apanha do minério e a obrigação de entregar ao final do dia, ou outro prazo estabelecido, o produto da recolha nas instalações da empresa. O minério era comprado a preço fixado pela concessionária (acerca das semelhanças entre apanhista e pilha ver Vilar, 1998).

Modalidade de trabalho característica das Minas da Borralha durante os decénios de 1940 e 1950, época de maior procura internacional de volfrâmio. A utilização de apanhistas para aumentar a exploração de volfrâmio acabou por ter um efeito contrário ao previsto. Os preços de compra praticados pelo chamado mercado livre de volfrâmio eram substancialmente mais elevados dos valores propostos pela empresa proprietária das Minas da Borralha, o que motivava a venda do produto da apanha aos inúmeros compradores e negociantes que rondavam a concessão em busca de matéria-prima. À empresa, os apanhistas destinavam a percentagem meramente estipulada pela Companhia e o minério mais pobre. O fenómeno do contrabando atingiu proporções tais que as Minas da Borralha chegaram inclusive a comprar volfrâmio a separadoras do Porto oriundo das suas próprias concessões (segundo depoimentos de informantes).

Farrear: Ação que designa andar na *Fárria*.

China: Termo usado pelos trabalhadores, apanhistas e farristas das Minas da Borralha para designar uma pedra de minério, geralmente puro e sem muita quantidade de seixo. [ver teoria sobre origem da palavra em Lage, Maria Otília Pereira, 2002. *Wolfram=volfrâmio: terra revolvida, memória revolta, para uma análise transversal da sociedade portuguesa: anos 1930-1960*. Braga: Edição da Universidade do Minho. ISBN 972-98695-6-1.

Farrista[s]: Termo que designa inicialmente aqueles que sem terem licença se dedicavam ao contrabando, apanha e roubo de minério de forma ilegal. A *Fárria* e o farrista têm também

como base comportamental um conjunto de práticas, ritmos de vida e modos de estar associados a manifestações de opulência, riqueza fácil, extravagâncias de toda a ordem e esbanjamento inconsciente de bens e dinheiro, próprios de um período de enriquecimento fácil mercê do valor astronómico que o volfrâmio logrou atingir. O farrista é um fenómeno característico dos anos de 1940 e 1950, época em que a Borralha foi o centro de uma considerável moldura humana oriunda das mais diversas paragens com especial destaque para a região do Minho. O termo acaba por permanecer até ao encerramento da mina, perdendo gradualmente o seu significado inicial e passando a designar todo(a) aquele(a) que retira minério tanto do interior como do exterior de forma ilegal, adquirindo por vezes um sentido perjurativo; O termo, no seu sentido mais lato, encontra significados parcelares no “pilha” das minas de volfrâmio de Arouca (ver Vilar, 1998).

Salão: Designação dada pela maioria dos apanhistas e farristas ao espaço que medeia entre a terra solta e o solo propriamente dito e em que, segundo os quais, se encontravam bolsas de minério de aluvião.

Sarilho: Artefacto de madeira que pode assumir variadas formas. Usado pelo menos desde o período romano nas suas explorações mineiras como instrumento de extracção de escombros. Peça de tracção manual usada na exploração de poços e desmontes verticais para retirar a terra ou fazer descer e subir o pessoal.

Carga[s]: Nome dado a cada uma das porções de minério já preparado para ser fundido e que juntas (cerca de 60, com pesos que variam entre 60 e 100 quilos cada) constituem um pão ou bloco. Cada carga pode conter diferentes tipos de minério (volframite, sheelite, ...), preparado com diferentes dosagens de aditivos e matérias-primas (cal, caulino, enxofre, antracite, fósforo, ...). Acerca deste termo ver Pereira, 1974.

Forno: Nome dado à casa onde os apanhistas depositavam o minério recolhido, situada junto ao rio da Borralha na área da lavaria velha.

Pão, bloco: Designação a que corresponde o conjunto de cargas (cerca de 60), de minério fundido em cada um dos fornos; matéria final de produto fundido, que uma vez retirado dos fornos era levado para uma secção situada ao fundo da fundição para aí ser limpo por pressão de ar e separado do alcatrão e outros materiais de revestimento dos fornos. Segundo depoimentos de informantes, o termo *pão* foi introduzido já após a reabertura da fundição em

1963, sendo usado paralelamente ao termo técnico “bloco nº1” e “bloco nº2”, consoante saíam do forno nº 1 e forno nº 2.

Pretos [ver casa preta, vida de cristo]: Termo da gíria local que designava os operários da fundição nos primeiros anos de laboração quando ainda não estaria instalado o sistema de recuperação de fumos e poeiras e os balneários. Terá eventualmente um sentido pejorativo, no sentido em que distinguia os *sujos* da fundição dos restantes operários das diferentes secções.

Quadro: Cabine de comando dos fornos da fundição.

Negócio negro: Expressão que designa o negócio de compra e venda de minério oriundo do contrabando.

Vida de Cristo: Nome dado ao edifício contíguo à fundição, onde se realizava o aproveitamento dos fumos provenientes da fundição do volfrâmio. Segundo um informante o sistema terá começado a funcionar entre 1956 e 1957 e terá sido concebido pelo engenheiro francês Maurice Danière, coordenador da construção e montagem da fundição nos anos de 1950. Esta expressão poderá advir do facto dos trabalhadores da fundição, em virtude da acumulação de fumos e vapores no seu interior, serem facilmente reconhecidos pelos restantes colegas através dos rostos enegrecidos que apresentavam quando terminavam o seu turno.

Casa preta: O mesmo que fundição.